

Primavera Vermelha

Nº

Revista de debates, reflexão e crítica marxista

R\$ 5,00

oproletario@bol.com.br

espacosocialista@hotmail.com

1917-2007

90 anos da Revolução Russa: outros outubros virão...

Uma revista para a teoria e a prática

Tecendo o amanhã

A Rússia dos czares de 1861 a 1917

A Rússia de 1917 a 1921

A burocratização da revolução: algumas reflexões

A crise e a queda do Estado burocrático

Partido, Estado e Organizações do proletariado na transição socialista

**Coréia do Norte: Reforçar a luta antiimperialista e a defesa do
socialismo**

Uma revista para a teoria e a prática

Apresentamos aos ativistas e militantes do movimento social a REVISTA PRIMAVERA VERMELHA, que é impulsionada, até o momento, pelas organizações ESPAÇO SOCIALISTA E UNIÃO COMUNISTA e que entre os seus principais objetivos está o de construir e fortalecer um espaço de debates de temas teóricos ligados à luta de classes.

Se 1917 foi um ano que apontou novos horizontes e novas esperanças para os revolucionários do mundo inteiro, os processos do Leste Europeu de fins da década de 80 e início da década de 90 foram anos de fantasmas e crise generalizada na esquerda mundial. Aproveitando esse processo, o capitalismo mundial impôs uma brutal ofensiva econômica, militar e ideológica do capitalismo contra os trabalhadores, retirando direitos históricos dos trabalhadores e ainda avançando contra a consciência dessas figuras. Os revolucionários, por diferentes razões, não conseguiram fazer frente a esses ataques e o que marcou foi a decomposição teórica e política da esquerda como um todo. Caracterizamos esse período como de uma profunda crise da alternativa socialista e a perda de uma referência e alternativa frente aos ataques do capital.

Mas a história provou que sob o capitalismo o que resta aos trabalhadores é a fome que galopa em todos os continentes; são as guerras que destroem milhares de vidas pelo controle das riquezas naturais; é a destruição da natureza e de uma crise ambiental sem precedentes; é a angústia de viver em um mundo sem nenhuma perspectiva e que em todos os seus atos aliena o homem em relação ao seu mundo, enfim, um sistema que se não for destruído, coloca em risco a existência da humanidade.

Ante a crise que ainda persiste na esquerda e o caráter cada vez mais destrutivo do capitalismo, colocamos para nós como tarefa central a busca da renovação e desenvolvimento teórico que consiga impulsionar a construção de um programa socialista que faça frente ao capitalismo do século XXI, ou nas palavras de Lênin, novas respostas para os novos problemas que foram colocados no fim do século XX. Colocamos como condição que esse processo seja alicerçado no enfrentamento do trabalho

contra o capital, pois não acreditamos que seja possível qualquer recomposição teórica divorciada dos fatos concretos da luta de classes. **Contribuir para impulsionar esse debate teórico-programático constitui-se como o primeiro e principal objetivo dessa revista.**

Sem querer se aprofundar no balanço do significado da experiência do PT para a luta de classes no Brasil, um elemento chama a atenção que foi a formação de milhares de militantes sem um embasamento teórico e político do significado da luta de classes e seus desdobramentos. Milhares de aguerridos militantes tinham na prática seu único instrumento de atuação, constituindo-se em um praticismo cego e de devoção às elaborações das direções que tomavam conta do aparelho de produção da política do partido e das organizações do movimento social influenciadas pelo partido. Uma militância com uma concepção de mundo que se diferencia muito pouco do senso comum. Uma militância acrítica e quase religiosa que de sujeito do processo histórico passa a objeto. A desgraça é que esse “modelo” serviu tanto ao reformismo (principalmente ao petista) como para a quase totalidade das organizações revolucionárias.

O segundo objetivo da revista é, então, de se constituir num projeto de formação teórica e política para os novos – e velhos – militantes e ativistas que estão surgindo nas lutas que enfrentam PT e CUT – a velha direção que privou os militantes de uma formação teórica e política, justamente para facilitar sua caminhada em direção aos palácios que se constituíram no quartel general desses funcionários da burguesia imperialista e que implementa com magistral eficiência a política decidida nos consensos de Washington, Londres, Berlin, etc. Estamos nos propondo a uma tarefa gigantesca que é contribuir para a formação dos ativistas de maneira que, preparados teoricamente, possam qualificar sua intervenção e se colocarem como sujeitos de sua militância.

Outra face dessa mesma – limitada – moeda é a conformação de uma “outra corrente” que se dedica somente à atividade teórica (invariavelmente à sua formação individual), desprezando e desqualificando a militância que atua nos fatos concretos da luta de classes.

Primavera Vermelha é uma revista de reflexão, debate e crítica marxista, impulsionada pelas organizações Espaço Socialista e União Comunista e está aberta a novos impulsionadores e contribuições dos ativistas e militantes do movimento social. Os textos são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Os temas são definidos de comum acordo entre os impulsionadores.

Se é verdade que há em seu interior honestos revolucionários, também é verdade que, isoladamente, as idéias e a teoria descolada dos processos reais da luta de classes nunca se constituiu em alternativa aos sistemas de dominação. Partilhamos da idéia de Adolfo Sánchez Vasquez de que a “teoria em si (...) não muda o mundo”. (Filosofia da práxis. 2ª ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 1977, p. 206)

O terceiro elemento impulsionador desse projeto é que compartilhamos da idéia de que teoria e prática não se separam mecanicamente, de que ou o militante atua no movimento ou estuda a teoria e que tal separação resulta ou no praticismo ou no academicismo, situação que podemos chamar de um subproduto da divisão social do trabalho burguês: trabalho manual e trabalho intelectual no movimento social, ou seja, uns poucos iluminados detêm a teoria e orientam os demais a cumprir a política e as tarefas decorrentes dessa mesma política.

Negamos e lutamos contra essa concepção porque, como Marx, acreditamos que o operário, com todas as limitações que o sistema lhe impôs, é capaz de superá-las e chegar à compreensão científica desse mundo que oprime e explora. Mas isso só pode se realizar se a sua prática for dotada da teoria e vice-versa, de forma que, numa relação dialética, uma alimente a outra. Para nós, o ato de passar transformar-se de trabalhador inconsciente para consciente deve significar uma totalidade, um rompimento com seu passado de sujeição e submissão, ou seja, deve declarar a independência de seu pensamento em relação aos especialistas em teoria.

Assim, nos colocamos como nossa tarefa tratar de temas teóricos ligados aos problemas concretos que os militantes enfrentam na luta de classes, procurando construir uma “síntese superadora” do praticismo e do academicismo, ou seja, atuando e refletindo. Nos colocamos como militantes que têm na teoria um elemento de esclarecimento, fundamentação e enriquecimento de nossa atividade militante e não como um fim em si mesma.

A história das organizações de esquerda, sobretudo no Brasil, tem sido marcada por uma concepção monolítica de discussão e elaboração teórica, com normas que proibem que os debates extrapolem as fronteiras da

organização. É quase um pecado e sinônimo de crise quando os debates e polêmicas que ocorrem no interior de uma organização ganham dimensão pública, ou seja, aquilo que poderia ser expressão de um vigor passa a ser motivo de vergonha. Não pensamos assim, pois para nós o debate (processo dialético de negação e afirmação) é um aporte fundamental para o desenvolvimento do marxismo e das organizações que se reivindicam como tal. A supressão dos debates públicos entre militantes revolucionários é produto direto do stalinismo, que transformou em princípio a política adotada excepcionalmente pelos bolcheviques para enfrentar a contra-revolução interna e externa.

A ausência de debates produz uma relação alienada entre as organizações de esquerda e seus próprios militantes, os quais não participam de nenhuma esfera do processo de construção da política e da teoria, ficando reservado ao militante – voltando à separação teoria e prática – o papel de aplicar a política. O produto da discussão de sua própria organização transforma-se em um monstro que sequer é compreendido.

Essas são as bases para o **quarto elemento impulsionador da revista: é uma revista de debates no campo do marxismo e da luta de classes**, da qual as organizações, seus militantes ou ainda militantes independentes, participam do conjunto do projeto (elaboração, confecção e distribuição).

Não pensamos que essas tarefas possam ser superadas por uma única e iluminada organização de revolucionários, e é por isso que o **quinto elemento impulsionador é que a revista tem espaços de discussão e deliberação distintos dos fóruns internos das organizações**, ou seja, o conselho editorial é o espaço de definição do seu formato, temas, matérias, etc. Assim, o surgimento da revista justifica-se porque as revistas que se propõem a discutir teoria, ou são “propriedade” de uma organização, portanto, limitadas aos seus interesses, ou são aquelas produzidas nas universidades com uma finalidade bem delimitada, que é a circulação nos meios acadêmicos. Ainda que os consideremos válidos e legítimos, a revista é a negação desses dois projetos porque, primeiro, como já dissemos, é impulsionada por organizações distintas e depois porque não se propõe a circular exclusivamente nos meios acadêmicos, pelo contrário, busca se firmar nos espaços da militância do movimento social.

Reafirmamos o chamado aos militantes, ativistas do movimento social e às organizações revolucionárias que estejam propensas ao debate e não se apeguem às verdades imutáveis, comportamento típico das seitas. Só assim poderemos construir essa ferramenta teórica e política.

Conselho editorial



Tecendo o amanhã

A revolução Russa: a questão do partido e do Estado; o movimento, a consciência do proletariado e suas organizações

Massaru Uemada

Tecendo a Manhã

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

João Cabral de Melo Neto

Há 90 anos, a Revolução Russa de 1917 começava a tornar real um sonho: o Socialismo. O Estado surgido constituiu um elemento tão importante que balizou a história (da luta de classes posterior). No entanto, as coisas não saíram como se esperava e o sonho ainda permanece sonho.

Uma gigantesca ofensiva contra-revolucionária – unindo o imperialismo, as burguesias nacionais, a igreja, as burocracias no controle do poder nos Estados burocráticos não capitalistas - levou à queda do Muro de Berlim e à restauração capitalista. Os ideólogos e a mídia burguesa anunciaram o fim da história e a impossibilidade de um sistema superior ao capitalismo.

A realidade encarrega-se de desmenti-los. O aumento vertiginoso da produtividade no sistema do capital nesta sua fase imperialista produz um crescimento canceroso letal, em contradição com as necessidades humanas. Nem toda a apologia ao capitalismo faz desaparecer suas contradições e impedir sua crise crônica. Nem os violentos ataques no campo econômico, político, militar e ideológico conseguem evitar a explosão de rebeliões das massas miseráveis e oprimidas. A natureza revolta-se contra sua exploração insana com desequilíbrios e catástrofes naturais. A violência, o fundamentalismo religioso, o aumento do consumo de drogas lícitas e ilícitas e das neuroses e loucuras, são produtos do domínio do capital, que transforma as relações humanas em relações mercantis, os instintos e sentimentos mais profundos em mercadorias; são expressões de uma sociedade irracional, doente e sob ameaça de destruição.



Os revolucionários têm a urgente e imensa tarefa de combater a vulgarização do marxismo, a vertente mecânica e dogmática stalinista, a visão estática e impotente da intelectualidade acadêmica, e as suas inúmeras variantes, para que, diante da incapacidade da classe burguesa dominante de resolver os problemas que afligem a humanidade, possam apresentar uma alternativa, intervindo na luta de classes, orientando as organizações do movimento com tática e estratégia bem definidas, desenvolvendo a consciência socialista dos trabalhadores, com o ascenso das lutas do proletariado, de forma a tornar a revolução e sua vitória necessárias e possíveis, avançando na construção de uma sociedade sem exploração e opressão, onde haja progresso real para a civilização humana.

A Revolução Russa: a questão do Partido e do Estado

Não chegamos a esta situação por acaso. A revolução não se limita a um passe de mágica para tomar o poder, expropriar as fábricas, a terra e os meios de produção; é um processo permanente. O Estado surgido só poderá avançar na transição ao socialismo na medida em que as próprias massas trabalhadoras tomem em suas mãos a sua administração e defesa armada, destruindo o aparelho de Estado burguês, para que todo o produzido pelos operários e todas as melhorias introduzidas na produção redundem em benefício dos próprios trabalhadores, eliminando com a participação coletiva consciente, a divisão social do trabalho, a lei do valor, e organizando a sociedade para atender as suas necessidades.

A compreensão dessa perspectiva geral histórica universal deve nos orientar, pois na realidade tudo é muito mais complicado. Na Revolução Russa, o fato de ser o país mais atrasado da Europa e arrasado pela guerra, o isolamento provocado pela derrota da revolução europeia, o cerco imperialista, a morte de grande parte e a cooptação do melhor da vanguarda da classe operária para funções de administração, fez com que, para manter o Estado nascente, fossem tomadas medidas que sacrificavam uma série de pressupostos socialistas, tanto ao desenvolver formas capitalistas, como ao aproveitar o aparelho de Estado czarista. Isto, além do esgotamento e da necessidade de garantir a sobrevivência, provocou o esvaziamento dos soviets, ao mesmo tempo em que as decisões mais importantes do Estado e da sociedade, diante da pressão das circunstâncias extremamente difíceis, eram tomadas pelos organismos dirigentes do Partido que se tornava mais centralizado e hierarquizado, enquanto se aguardava a revolução em outro país mais rico e desenvolvido para retomar a construção socialista. A revolução não se deu e a lógica do retrocesso se impôs, o Partido se confundiu com o Estado, o poder se deslocou dos soviets para o Partido. A burocracia se fortaleceu e na disputa política feroz entre os setores e frações de classe, foi galgando posições e se justificando ideologicamente. O extermínio físico e moral de milhares de revolucionários nos anos 30 do século passado marca a vitória contra-revolucionária da burocracia, que utiliza a propriedade estatal em benefício próprio e prepara as condições para a restauração capitalista (que ainda demora algum tempo devido a força da revolução, ao fato de seus interesses não serem exatamente os mesmos da burguesia e ao papel que ela cumpriu no sentido de impedir vitórias revolucionárias no ascenso pós II Guerra Mundial), mantendo as massas alienadas, exploradas e oprimidas.

A esquerda revolucionária foi incapaz - diante dos ziguezagues, derrotas sofridas e retrocesso da consciência -, de entender o curso dos acontecimentos e a lógica existente por trás dele. Perseguida pela burguesia, alvo de ataques, intrigas e deslealdade da burocracia stalinista (dona do prestígio usurpado da Revolução Russa), transformou em virtude muitas das medidas que foram necessárias, mas que se opunham ao desenvolvimento da revolução e do socialismo. Seus prognósticos e esperanças não se confirmaram, a repetição dos esquemas dos “mestres” divorciada da realidade não respondia aos desafios da luta

de classes, ao mesmo tempo em que provocava cisões e rachas que persistem até hoje.

Isto nos remete a uma questão fundamental: o problema da subjetividade, da consciência. Às massas em movimento, a ação revolucionária é uma condição necessária, já que na luta deixam de ser objeto de exploração e passam a ser sujeitas do seu destino. Mas, ao contrário de todas as classes que chegaram antes ao poder político, a classe operária não é proprietária dos meios de produção, não detém o poder econômico. Ou seja, isto se deu e se dará através do desenvolvimento da consciência do seu papel histórico na construção da nova sociedade. E quanto mais consciente estiverem as massas – consciência esta materializada em organismo e no exercício do poder –, mais rápida será a transição ao socialismo, o definhamento do Estado e o desaparecimento das classes e dos partidos.

O papel do partido e das organizações revolucionárias é desenvolver a consciência socialista da classe operária para poder dirigir o proletariado, e não substituí-lo. Quanto mais consciente estiver a classe trabalhadora mais desenvolverá suas organizações; e o movimento crescerá tanto em quantidade quanto em qualidade. Quando o partido substitui as massas, mostra a fraqueza e incapacidade de dirigi-las. Elas não adquirem a consciência socialista nos livros ou bancos de escola, mas na sua prática diária, através da agitação e propaganda do partido, não só nas questões imediatas mais prementes e nem através de explanações abstratas do socialismo, mas através do desvendar dos mecanismos existentes no funcionamento da sociedade capitalista, de forma que possam identificar os capitalistas e seus aliados como inimigos e compreender a necessidade de destruir o capitalismo, construindo uma outra lógica societária e outro tipo de sociedade.

A burguesia tem clareza: disse e procura por todos os meios impedir a consciência de classe, criando ideologias, corrompendo os dirigentes para causar confusão, utilizando a mídia para ocupar o tempo livre (gasta bilhões de dólares para produzir espetáculos, sejam culturais, esportivos, de diversão), criando necessidades e manipulando psicologicamente através da propaganda, conseguindo com isso ganhar a luta para impedir a consciência revolucionária.

E toda consciência tem que se materializar num tipo de organização, de modo a não se perder com as idas e vindas das lutas, até chegar a um tipo que leve à revolução que cria um tipo de organização distinta: um organismo de poder e a construção de um Estado.

A Rússia dos czares de 1861 a 1917

Daniel M. Delfino

Num dos relatos clássicos da Revolução de 1917 (“O ano 1 da Revolução Russa”, publicado em 1930), Victor Serge situa no ano de 1861 o marco inicial dos processos que arremessariam a Rússia no torvelinho das transformações da sociedade capitalista moderna. Neste ano, o Czar Alexandre II decretou o fim da servidão dos camponeses. Formalmente, o feudalismo estava abolido no Império Russo, o que abria as portas para o desenvolvimento do capitalismo.

Naquele momento, a Rússia era uma das grandes potências europeias, mas era também um dos países mais atrasados do mundo. A esmagadora maioria da população era camponesa e miserável, a monarquia era absoluta, não havia Constituição, nem liberdades civis. Desde as guerras napoleônicas, a Rússia fora um dos bastiões da reação europeia, um dos pilares da Santa Aliança, coligação de monarcas europeus dedicada a esmagar revoluções liberais e revoltas populares. No entanto, enquanto a Europa continental evoluía celeremente para o capitalismo industrial liberal e os regimes constitucionais, a Rússia permanecia feudal e arcaica.

O sinal de alarme soou por ocasião da guerra da Criméia (1853-56), quando uma coligação Anglo-Franco-Turca conteve as pretensões expansionistas dos czares em direção ao Mar Negro e aos Balcãs. A superioridade técnica e militar das potências europeias convenceu os czares a acelerar a modernização do país. Para fazer frente aos seus rivais europeus e também prosseguir a expansão pelos territórios asiáticos, seria preciso contar com um exército e instituições mais eficientes, bem como uma população mais coesa e homogênea. Mas o dilema do Czar é que isso teria que ser feito sem modificar a estrutura social do país, ou seja, sem alterar os privilégios da nobreza fundiária, do clero ortodoxo, da burocracia do Estado e do exército, camadas que sustentavam o poder autocrático da dinastia reinante.

Características do império russo

Antes de tratar das reformas propriamente ditas, é importante descrever mais detalhadamente algumas características da Rússia de então.

O Império Russo se estendia desde a fronteira com a Alemanha e a Austro-Hungria, no Ocidente, até o Japão, no extremo oriente (o Alasca foi vendido aos EUA em 1867 por US\$ 7 milhões); desde o círculo polar ártico e as imensas extensões da Sibéria até as fronteiras montanhosas com a Índia, o Afeganistão e a Pérsia. Era o maior país do mundo, com mais de 20 milhões de quilômetros quadrados. Na prática, era impossível precisar as fronteiras exatas, pois no Oriente elas se perdiam nas infindáveis planícies do norte da China e da Mongólia, com suas populações rarefeitas, selvagens e seminômades. Em direção à Ásia Central, ao Cáucaso e aos Balcãs, a posse do território era objeto constante de disputa com as

indomáveis tribos montanhosas muçulmanas e também de guerras com o Império Turco Otomano.

Depois do episódio da Criméia, haveria ainda outra guerra contra os turcos em 1877-1878 (na verdade as guerras contra os turcos eram uma rotina desde o século XVIII). Exercitava-se o “pan-eslavismo”, a doutrina de que todos os povos eslavos deveriam estar unidos sob um mesmo cetro (o do Czar, é claro), contra os impérios Austro-Húngaro e Turco Otomano, que subjugavam importantes minorias eslavas (tchecos, eslovacos, romenos, búlgaros, sérvios, croatas, eslovenos, montenegrinos, macedônios, bósnios, albaneses). Evidentemente, isso era mero pretexto para expandir ainda mais o Império Russo.

O território colossal do Império continha fabulosas riquezas naturais, como ferro, carvão (hoje se explora também o petróleo), minérios, florestas, terras férteis, vastas extensões despovoadas e grandes concentrações de populações diversas. Era um mundo a parte. Esse grande mundo russo continha também uma ampla diversidade populacional, étnica, lingüística, religiosa e cultural. O censo de 1897 contabilizou uma população de 126 milhões de almas, distribuídas entre 56 milhões de russos, 22 milhões de ucranianos, 6 milhões de bielorrussos, 8 milhões de poloneses, 3 milhões de lituanos, 1,8 milhão de alemães, 1 milhão de moldávios, 5 milhões de judeus, 2,6 milhões de finlandeses, 1 milhão de caucasianos, 3,5 milhões de fineses e 13,6 milhões de tártaros.

Dentre essas populações, figuravam povos que já haviam tido Estados independentes e poderosos no passado remoto, como a Polônia e a Lituânia, e também aqueles que, mesmo sob domínio estrangeiro, vinham desenvolvendo uma forte identidade e consciência nacional, como a Finlândia e a Ucrânia; isso sem falar no caso sempre particular dos judeus.

Para manter o controle sobre essa população heterogênea, o Estado russo se constituía numa estrutura extremamente autoritária. O russo era a língua oficial do Império, o cristianismo ortodoxo de rito grego era a religião do Estado (a denominação de “Czar” dos monarcas russos era uma russificação de “César”, título que evocava o dos imperadores de Constantinopla, de quem os czares alegavam ser os herdeiros na defesa da cristandade oriental), o clero era considerado parte do funcionalismo estatal, a educação básica estava sob controle da Igreja, havia um rígido sistema de castas que impedia aos plebeus o acesso aos cargos da administração civil, bem como à oficialidade do exército. Havia ainda o regimento dos cossacos, tropa de elite fanaticamente devotada ao Czar (seus componentes cumpriam serviço militar dos 20 aos 60 anos) e recompensada com a posse de terras férteis na Ucrânia.

Em relação às nacionalidades subjugadas, havia uma política de russificação pela força, impondo o uso da língua russa e a religião ortodoxa. Havia minorias russas no território

de todas as nacionalidades dominadas. Essas minorias russas ocupavam as posições hierarquicamente superiores nas regiões em que habitavam. Em geral, eram os russos que moravam nas cidades e dedicavam-se às profissões artesanais, comerciais e intelectuais. E também detinham os cargos administrativos. 90% da população total do império era camponesa e analfabeta.

Consequências da reforma de 1861

Foi este o Império que Alexandre II determinou-se a modernizar sem, no entanto, abrir mão do férreo controle exercido pelo Estado autocrático. A abolição da servidão libertou os camponeses dos laços servis de tipo feudal, mas aprisionou-os na moderna servidão capitalista. O servo feudal trabalhava nas terras do senhor durante um certo período do ano, durante o qual deveria entregar em espécie uma certa quantidade de produto. No tempo restante, era livre para cuidar da sua subsistência, produzindo localmente os próprios alimentos, vestimentas, utensílios, ferramentas, moradias, etc.

A reforma de 1861 instituiu a propriedade capitalista da terra. Os camponeses foram obrigados a comprar a terra e os bens de que necessitavam e a vender sua produção no mercado. Os lotes foram divididos em porções mínimas, insuficientes para prover o sustento das famílias. O preço dos produtos agrícolas caía e o das manufaturas aumentava. Os pequenos proprietários tinham que trabalhar cada vez mais para manter o já precário nível de vida de que desfrutavam. Os camponeses pobres (mujiques) se endividaram progressivamente e se tornaram arrendatários dos grandes proprietários. Os nobres, a princípio, detestaram as reformas, mas logo se viram na condição de poder adquirir mais terras do que tinham antes. Os mujiques transformaram-se num proletariado rural sem terra e superexplorado. Apenas uma pequena fração de camponeses prosperou, convertendo-se numa camada de médios proprietários denominados “kulaks”.

A superexploração dos mujiques elevou a exportação russa de cereais para a Europa em 140% entre 1861 e 1876. O lucro dos grandes proprietários aumentou enormemente. Para fugir da superexploração no campo, os mujiques emigraram em massa para as cidades. A população urbana do Império passou de 6 para 18,3 milhões entre 1863 e 1914. Nas cidades, os migrantes se tornaram proletários industriais. A metalurgia e a indústria têxtil se desenvolveram aceleradamente em São Petersburgo, capital do país, e também em Moscou e em Kiev, em menor escala. Com grande investimento de capital francês, inglês, alemão e belga, a Rússia logo se tornaria também uma nação industrial.

É sintomático que no mesmo ano em que acontece a abolição da servidão (1861), tenha início a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Nos dois extremos do mundo, Rússia e Estados Unidos, destinados a serem as maiores potências do século XX, o avanço em direção ao capitalismo encontra um mesmo marco no calendário. O capitalismo necessita que a força de trabalho seja libertada dos laços escravistas e feudais para se desenvolver enquanto sistema de extração de mais-

valia mediatizado pela compra e venda entre “iguais”.

O desenvolvimento da cultura russa

Além da abolição da servidão, as reformas de Alexandre II outorgaram liberdade de organização ao ensino superior, revogando a tutela do clero sobre as universidades. Uma camada letrada começou a despontar nas cidades. Muitos intelectuais russos, oriundos da aristocracia e das classes burguesas, passaram a travar intercâmbio com a intelectualidade européia. Os ideais românticos e nacionalistas da burguesia européia tiveram eco no surgimento de uma consciência nacional russa moderna, marcada por um forte misticismo de origem popular. Era a época em que a “alma nacional” estava sendo “descoberta” (ou melhor, inventada) em vários países da Europa, especialmente os menores, mais atrasados e subjugados a impérios estrangeiros, mas também na própria Rússia. Nos meios intelectuais russos, acreditava-se na “missão” da Rússia de salvar a humanidade.

A partir da década de 1880, uma vibrante literatura russa conquistaria renome internacional, projetando autores que se tornaram clássicos universais. Desde o legendário poeta Alexander Puchkin, morto em duelo em 1837, considerado o Dante ou o Shakespeare da Rússia, até o tempestuoso e arrebatador Fiódor Dostoiévski (1821-1881), o popularíssimo Leon Tolstoi (1828-1910), e um dos inventores do conto e do teatro modernos, Anton Tchecov (1860-1904); os autores russos se tornaram sinônimos de uma literatura de profundidade psicológica e existencial inigualável.

Nas artes em geral, a Rússia se mostrou capaz de produzir obras tão sofisticadas quanto as das culturas mais avançadas da época. As composições de Piotr Tchaikovski (1840-1893) foram executadas nos grandes teatros europeus ao lado das de outros gênios contemporâneos como Wagner e Verdi. As companhias de ópera e ballet e as orquestras dos teatros Bolshoi (fundado em 1776) e Mariinsky (fundado em 1860 e rebatizado como Kirov depois da Revolução) firmaram uma reputação de excelência no cenário mundial que se mantém até hoje.

Até mesmo nas ciências naturais os russos se tornaram capazes de produzir inovações e descobertas tão fundamentais quanto as que eram desenvolvidas nos laboratórios das potências européias. Para ficar em apenas um exemplo, o químico Dmitri Mendeleev (1834-1907) desenvolveu um sistema para classificar os elementos químicos a partir do seu peso atômico, criando o primeiro esboço daquilo que ficaria conhecido como tabela periódica, e prevendo a descoberta de novos elementos.

A intelectualidade e os movimentos revolucionários

Essa cultura vívida e sofisticada se desenvolvia, as classes abastadas se tornavam ainda mais ricas, a economia do país crescia; mas a situação da maioria da população piorava. A crescente pauperização dos camponeses, as condições de vida do proletariado urbano (as jornadas de trabalho freqüentemente chegavam a 14 horas diárias, os salários eram

miseráveis, as habitações precárias), a corrupção generalizada do Estado, o monopólio das carreiras de prestígio pelas famílias aristocráticas, o fausto da nobreza e da autocracia, a persistência do absolutismo, a opressão das nacionalidades, a completa ausência de liberdades civis e políticas; tudo isso exasperava a intelectualidade pequeno-burguesa das cidades. Nos círculos cultos de estudantes universitários e pequeno-burgueses, desenvolvem-se os germes dos primeiros movimentos revolucionários, na década de 1870.

O primeiro movimento significativo foi chamado de “narodnik” (da palavra russa “narod”, que significa povo), comumente traduzido como “populista”. Os narodniks tentaram dirigir-se às camadas mais exploradas do povo, ao campesinato, para despertá-lo para a necessidade de lutar contra o regime. Sonhavam reproduzir na Rússia as revoluções que já haviam acontecido na Europa, pondo fim ao absolutismo e ao feudalismo e proclamando a república. Sonhavam também com um vago ideal de socialismo utópico, baseado nas comunas rurais das aldeias (chamadas “Mir” em russo).

Os mujiques permaneceram surdos aos apelos dos narodniks, incapazes de enxergar-se como classe (e menos ainda como classe revolucionária) e de ver o seu “paizinho Czar” como opressor. Inconformados, os narodniks partiram diretamente para a conspiração. Planejaram tomar o poder primeiro, para que o povo os seguisse depois. Organizaram-se sociedades secretas (dentre as quais a “Vontade do povo” e sua fração “Terra e Liberdade” ficaram famosas pela audácia) e planejaram-se atentados terroristas.

A escalada terrorista teve seu auge a partir de 1878. Generais, ministros, governadores e o próprio Czar foram açoitados por franco-atiradores, granadas, carruagens que explodiam pelos ares. A maior parte da população ignorava ou não compreendia esses acontecimentos. Enquanto o povo permanecia passivo, a polícia caçava febrilmente os terroristas, suas redes de apoio, e mesmo os suspeitos de serem simpatizantes. Finalmente, o próprio Czar foi morto a tiros em 1881, depois de três atentados fracassados.

A reação se fez sentir imediatamente. As reformas do Czar assassinado, mesmo tímidas como foram (a concentração da terra, na verdade, se acentuou), haviam desagradado à nobreza, que clamava por um endurecimento do regime. O novo Czar, Alexandre III, acatou tais conselhos e instituiu a Okrana, a polícia secreta, encarregada de perseguir os revolucionários. Uma repressão feroz se abateu sobre os meios intelectuais. Houve dezenas de enforcamentos, um número ainda maior de exilados e milhares de presos foram enviados à Sibéria. Dentre os condenados ilustres à Sibéria, estiveram o escritor Dostoiévski e o pensador Tchernichevski (1828-89). A Rússia, que já exportava escritores brilhantes, passou a exportar também revolucionários ardentes e tiranícidas apaixonados. Depois da primeira safra de narodniks, vieram os anarquistas como Bakunin (cuja liderança rivalizou com Marx na direção da Associação Internacional dos Trabalhadores, a 1ª Internacional), Nechaiev e Kropotkin, todos forçados a se exilar na Europa.

Num novo complô contra o Imperador, em 1887,

desbaratado antes de ser desencadeado, foi preso e enforcado o estudante Alexander Ulianov, de 21 anos, membro de uma organização terrorista. Seu irmão, Vladimir Ilitch Ulianov, então com 17 anos, passaria à história como Lênin, e seria bem sucedido onde Alexander falhou, adotando, porém, uma estratégia política completamente diferente.

É preciso destacar, ainda, a ocorrência dos “pogroms”, as perseguições aos judeus, tradicional bode expiatório dos regimes autoritários. Os judeus foram proibidos de residir nas grandes cidades, ou confinados em guetos e também forçados a migrar para a Polônia. Foram hostilizados pela população, muitos foram mortos, tiveram suas lojas depredadas, etc. A Okrana forjou os “Protocolos dos sábios de Sião”, um suposto plano dos judeus para conquistar o mundo, usado como pretexto para perseguir os judeus, os intelectuais e os revolucionários (na época essas três palavras eram muito freqüentemente sinônimos).

O movimento socialista e os partidos

Os 30 anos que separam a conspiração de Alexander da Revolução de Vladimir foram marcados pelo crescimento da industrialização, pelo desenvolvimento do movimento operário e pela difusão do socialismo. Em nenhum outro país como na Rússia a profecia de Marx de que “o capitalismo cria seus próprios coveiros” (a classe operária) seria mais verdadeira. A industrialização russa, tardia e acelerada, reunia em grandes fábricas (a lendária metalúrgica Putilov, em São Petersburgo, tinha mais de 10 mil operários, número assombroso para a época) um proletariado fortemente concentrado e submetido a uma exploração brutal. As jornadas eram longas, os salários eram baixos, pagos com atraso e corroídos por multas e punições arbitrárias dos patrões. Essas imensas massas humanas rapidamente desenvolviam a consciência da sua condição comum de exploração e da necessidade de organização e luta coletiva.

Já na década de 1870 começam as greves e manifestações operárias, violentamente reprimidas (os sindicatos eram proibidos e também qualquer tipo de organização ou mesmo reunião política). Também nessa década, os narodniks e os anarquistas começam a militar entre os operários. Na década seguinte formam-se as primeiras organizações operárias, todas clandestinas. O movimento toma impulso quando as idéias socialistas lhe fornecem uma doutrina, explicando o papel da classe operária na História, ou seja, sua condição protagônica na superação do capitalismo e da sociedade de classes. Os compactos batalhões do proletariado russo ofereciam terreno fértil para a semeadura das idéias socialistas.

“O Capital” havia sido publicado em russo em 1872; os grupos marxistas revolucionários se formam na década de 1890. O primeiro Congresso das organizações socialistas russas acontece em 1894, com o intuito de fundar um partido. Todos os participantes foram imediatamente presos. A militância socialista só poderia prosseguir na clandestinidade. A repressão não diferenciava entre os grupos narodniks e anarquistas, com suas táticas terroristas, e os socialistas, com seu paciente trabalho de organização entre os operários. Eram

todos considerados criminosos e como tais eram enforcados, presos, mandados para a Sibéria ou exilados.

O segundo Congresso somente aconteceria em 1903, em Londres, resultando na fundação do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR). Dele participaram nomes como Giorgi Plekhanov, introdutor do marxismo na Rússia, Vera Zasulitch, veterana revolucionária que fora terrorista narodnik na juventude, e o jovem, mas já destacado Lênin. Esses três nomes integravam a redação da revista “Iskra” (Centelha), que publicava artigos de teoria marxista. Foi nessa revista que Lênin publicou o “Que fazer?”, obra em que expõe sua concepção de como deveria funcionar o partido.

Para Lênin, o partido deveria ser composto de revolucionários profissionais, ou seja, militantes clandestinos, inteiramente dedicados à causa da revolução, dispostos a mudar de fábrica para fábrica, de cidade em cidade, organizando greves e círculos operários, promovendo comícios e panfletagens, divulgando as publicações do partido e coletando fundos para a organização, recolhendo notícias das diversas bases e distribuindo informes da situação nacional e internacional.

Na votação que se seguiu sobre os critérios de filiação ao partido, a proposta de Lênin obteve a maioria, enquanto a ala liderada por Martov, que propunha um critério mais frouxo de filiação, admitindo simpatizantes sem tarefas definidas, ficou em minoria. O partido acaba dividido em duas alas, a da maioria (“bolchevique”, em russo) e a da minoria (“menchevique”). Essa divisão quanto à questão organizativa refletia uma divergência política de fundo em relação à concepção programática. Enquanto a ala menchevique se aproximava do reformismo e da colaboração com a burguesia, os bolcheviques mantiveram a inflexível linha revolucionária.

O partido de tipo proposto pelos mencheviques é adequado à concepção “etapista” de revolução. Nessa concepção, deveria haver primeiramente uma revolução burguesa na Rússia e somente depois a revolução socialista. A Rússia deveria passar preliminarmente por uma revolução capitalista, sob a égide da burguesia, a quem os trabalhadores deveriam seguir, para somente depois, num momento posterior, num capitalismo desenvolvido e num regime democrático-burguês consolidado, colocar-se a tarefa de disputar o poder. O partido de tipo proposto pelos bolcheviques, ao contrário, é um partido preparado para a guerra implacável contra o regime burguês. Os bolcheviques partiam da caracterização correta de que a burguesia russa era demasiado fraca para lutar contra o czarismo e pior, atavicamente predisposta a se aliar com este para esmagar as classes subalternas. Desse modo, a Revolução anti-czarista na Rússia seria liderada pelo proletariado, que, das reivindicações políticas democrático-burguesas, passaria logo em seguida à tomada do poder e às medidas transicionais socialistas (reforma agrária, estatizações, etc.).

As duas alas seguiriam atuando dentro do mesmo partido, disputando sua direção a cada Congresso e aplicando separadamente suas respectivas linhas políticas, até 1912, quando as divergências se provaram inconciliáveis a ponto de determinar a formação de dois partidos distintos.

Curiosamente, o grupo bolchevique logo se tornaria minoria (paradoxo explicável, pois era muito mais difícil recrutar revolucionários profissionais do que “simpatizantes” socialistas) em relação aos mencheviques e assim prosseguiria até 1917.

Outro agrupamento que desempenharia papel importantíssimo no período subsequente era o Partido Socialista-Revolucionário (que não era marxista, apesar do nome), mais conhecido como SR (seus militantes eram chamados “esseristas”). Surgido no início do século XX, das cinzas dos narodniks, o SR defendia o socialismo utópico baseado na Mir, e era extremamente popular entre os camponeses e a pequena-burguesia das cidades. Dada a debilidade da burguesia liberal, que temia muito mais a sublevação das classes subalternas do que o pesado tacão da repressão, e portanto não se organizava em partidos de oposição significativos, o SR era na verdade o maior partido da Rússia. Combinava a luta parlamentar com a tática terrorista. Sua formidável organização clandestina de combate causaria baixas importantes nas fileiras da classe dominante, assassinando ministros e aristocratas por anos a fio.

O fato de que o socialismo marxista tenha apresentado



uma tática mais eficiente e historicamente superior ao terrorismo, qual seja, a organização da classe operária diretamente no “chão de fábrica”, não significava que ela tivesse sido imediatamente adotada por todos. O terrorismo continuaria sendo uma praga na vida política russa por décadas. O POSDR conviveu com os SR e os anarquistas, pequena, porém estridente minoria, durante os longos anos de preparação até a Revolução de Outubro.

A Revolução de 1905

Os primeiros anos do século XX foram marcados por um forte ascenso do movimento operário. O ritmo do movimento pode ser medido pelo número de vezes em que o governo usou tropas para reprimir greves e manifestações. Foram 19 vezes em 1893. Esse número cresceu para 50 em 1899, 33 em 1900, 241 em 1901, 522 em 1902 e 427 em 1903. Esse crescimento impressionante das mobilizações atesta a imensa combatividade da classe operária russa. O ascenso do proletariado, ao lado das mobilizações estudantis, das agitações esseristas no campo e do levantamento das nacionalidades oprimidas, colocava um desafio aberto à capacidade do regime imperial de administrar o país.

A saída do Czar para contornar essa situação difícil não poderia ser pior: a guerra contra o Japão. Como parte do impulso em direção ao Oriente, a ferrovia Transiberiana é completada em 1904, ligando Moscou a Vladivostok, no Pacífico, com acesso a Port Artur (Lüshun), cedido pela China. O Japão sentiu-se provocado pela penetração russa em sua área de influência e declarou guerra aos russos. Era a oportunidade que o Czar esperava para mobilizar o entusiasmo popular em defesa da “mãe Rússia”, galvanizar a nação e silenciar a oposição interna. No entanto, o tiro saiu pela culatra. O Japão venceria a guerra (a armada russa no Pacífico foi destruída), o que foi motivo de espanto mundial.

O conflito seria encerrado de maneira humilhante para os russos em agosto de 1905. Antes disso, a população sofreu com as dificuldades econômicas provocadas pelo esforço de guerra. Para que se tenha idéia das dificuldades que a guerra acarretava, um navio da frota do Mar Negro (portanto, muito distante do teatro de operações), o encouraçado Potemkin, foi tomado por um motim dos marinheiros, que se rebelaram contra as privações e o sistema de castigos corporais vigente na Marinha. O episódio do Potemkin se tornaria célebre (virou filme em 1925) e foi encerrado com o exílio dos amotinados na Romênia.

O recrudescimento das dificuldades econômicas provocado pela guerra com o Japão aumentou a disposição das massas populares. Uma marcha em direção ao próprio palácio do Czar foi organizada por um padre no dia 9 de janeiro de 1905, com o objetivo de entregar uma petição ao soberano. Reivindicava-se a redução da jornada de trabalho nas fábricas, o direito de organização, liberdade de imprensa, Constituição e sufrágio universal. Os operários marcharam com suas famílias, mulheres, crianças e idosos, carregando ícones religiosos e entoando cânticos de louvor ao “paizinho Czar”. Foram recebidos à bala pelos cossacos da guarda imperial. Houve centenas de mortos e milhares de feridos.

O “domingo sangrento” marcou o divórcio definitivo entre a população de São Petersburgo e a autocracia. Dali por diante não poderia haver senão ódio e desejo de vingança por parte do povo contra o tirano. O massacre debilitou as organizações populares na capital, mas por todo o país aconteciam greves, manifestações, motins e atentados contra autoridades. A população de São Petersburgo somente voltaria a se mobilizar em outubro de 1905. Os trabalhadores de gráficas de Moscou entram em greve, exigindo o pagamento dos sinais de pontuação, assim como eram pagos os caracteres em geral. Imediatamente, a greve ganha a adesão das outras categorias e das demais cidades. Logo, a capital também está em greve geral. Grandes massas se mobilizam novamente. Dessa vez, porém, os operários estão melhor preparados. Ao invés de ícones religiosos, erguem-se barricadas nas ruas.

No processo de organização da greve, os operários de cada fábrica, cada bairro, cada setor da cidade, enviam representantes para um comando de greve centralizado, o “conselho dos delegados operários”. O conselho (“soviet” em russo), cujos delegados podiam ser revogados a qualquer momento por suas bases, materializava a forma mais acabada

de democracia direta e foi a mais importante inovação política do movimento socialista russo. Nascido diretamente da iniciativa das massas, o seu surgimento podia ser tomado como indicador da elevada maturidade da consciência de classe do proletariado russo. O presidente do primeiro soviets foi Lev D. Bronstein (Trotsky), então estudante de matemática, que militava entre os operários e não pertencia nem aos bolcheviques, nem aos mencheviques.

O governo enviou tropas para sufocar o soviets e houve enfrentamento com os operários armados. Os trabalhadores resistiram heroicamente, mas a sua inexperiência e a falta de um projeto estratégico (o soviets não se propunha derrubar o governo e tomar o poder) culminaram na derrota do movimento. Os líderes foram presos e o movimento refluíu.

Esse conjunto de episódios ficaria conhecido como a “Revolução de 1905”, a qual Lênin mais tarde denominou o “ensaio geral” para a Revolução de Outubro. Logo em seguida a essa primeira onda revolucionária, o Czar Nicolau II (entronizado em 1894), que sentiu a força e o perigo da insatisfação popular, foi obrigado a fazer concessões. Foram convocadas eleições para uma Duma (Parlamento) que, no entanto, somente se reuniria em 1907 (quando os deputados revolucionários já haviam sido devidamente expurgados). O primeiro-ministro Stolipyn decretou uma nova reforma agrária, distribuindo mais terras aos camponeses, porém não ainda em quantidade suficiente.

Ao mesmo tempo em que acenava com essas concessões, o governo recrudescia a repressão, obrigando a maior parte das lideranças (entre as quais Lênin e Trotsky) a se exilarem. O movimento operário entra em refluxo e somente volta a se levantar às vésperas da 1ª Guerra Mundial.

Às vésperas da revolução

Em meados de 1917, a população russa já estava exausta com mais uma guerra, dessa vez muito mais longa e mortífera. Havia escassez de víveres e racionamento, sendo que a prioridade era dada aos soldados na linha de frente. Cansados de lutar, porém, os soldados desertavam em massa, voltando para suas aldeias e cidades. Os regimentos se decompunham caoticamente e a hierarquia do exército se esfarelava. A economia também estava desorganizada, a produção em declínio, havia gargalos de abastecimento em todos os setores.

O cansaço com a guerra era generalizado e também a insatisfação com o regime. A agitação política se intensificava e os rumores de uma nova Revolução cresciam. Logo os soviets começariam a ressurgir espontaneamente no seio das massas. A população em geral (e os soldados em especial) queria o fim da guerra. Os camponeses queriam mais terra. E todos queriam pão. Só havia um grupo político que, sintonizado com as necessidades populares, agitava sistematicamente essas três palavras de ordem, “pão, paz e terra”: o partido bolchevique. E mais do que isso, os bolcheviques indicavam também por meio de outro slogan o único caminho pelo qual essas três reivindicações poderiam ser atingidas: “todo poder aos soviets!” Era a senha da Revolução.

A Rússia de 1917 a 1921

Daniel M. Delfino

Rússia na 1ª Guerra Mundial

O partido bolchevique, juntamente com os setores de esquerda da Internacional Socialista (II Internacional), lutou arduamente para que o movimento socialista se posicionasse de forma clara contra a deflagração do conflito entre as potências imperialistas. Em caso de eclosão da guerra, os socialistas deveriam evitar que os trabalhadores fossem recrutados para matar seus irmãos de classe de outros países; e deveriam também derrubar a burguesia em cada país. Essa resolução, tirada pela Internacional em 1907 e reiterada seguidas vezes até 1912, mesmo que com atenuantes, não foi cumprida. A guerra foi deflagrada em 1914. Os deputados dos partidos socialistas votaram a favor da guerra nos parlamentos burgueses de cada Estado. A II Internacional ficou politicamente desmoralizada e inoperante. A Europa mergulhou na carnificina e os trabalhadores chacinaram uns aos outros aos milhões, em nome dos lucros da burguesia que os exploravam em cada país.

A guerra opunha dois grandes blocos: a “Entente” (Inglaterra, França e Rússia) e a “Tríplice Aliança”, também chamada de os “impérios centrais” (Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia). Dentre esses países, a Rússia foi o que mais sofreu com a guerra. De uma população total de cerca de 150 milhões de habitantes (as estatísticas do período não eram precisas), aproximadamente 15 milhões de homens foram mobilizados ao longo do conflito. A tecnologia de guerra havia sido aperfeiçoada pelas conquistas da II Revolução Industrial, mas as táticas militares não haviam sido atualizadas. Os generais russos lançavam suas tropas em cargas de cavalaria e de infantaria contra metralhadoras, canhões, morteiros, granadas, trincheiras, tanques, arame farpado. Mais de 5 milhões de soldados foram mortos, prisionados ou desaparecidos.

Para sustentar o imenso contingente mobilizado nesse estúpido morticínio, o conjunto da sociedade também teve que arcar com sua parte no esforço de guerra. A produção econômica foi reestruturada para priorizar o abastecimento das tropas na frente de batalha. Foi instituído o racionamento. Itens básicos como o pão começaram a faltar para a população em geral. Depois dos primeiros anos de patriotismo febril, o entusiasmo com a guerra diminuiu drasticamente.

A Revolução de Fevereiro

Todos ainda tinham viva a memória dos acontecimentos de 1905, quando as dificuldades trazidas pela guerra contra o Japão levaram à mobilização da população e ao surgimento do “conselho dos delegados operários” (soviet) de São Petersburgo. No início de 1917, o mesmo fenômeno começa



a se repetir, mas com muito maior volume e intensidade: greves, manifestações, deserções, motins. Multidões imensas se mobilizam e tomam as ruas. A situação se agudiza quando as forças da repressão sucessivamente se recusam a atirar contra o povo. Os destacamentos da polícia, os soldados e até mesmo os cossacos desobedecem às ordens e aderem à mobilização popular.

Na frente de batalha, os soldados destituem os oficiais do comando, elegem seus próprios representantes e deliberam a retirada. Todos desejam voltar para suas cidades e aldeias. Com a deserção de grande parte do exército, que era composto majoritariamente por camponeses, o movimento se irradia por todo o interior do país. Formam-se soviets de operários, camponeses, soldados e marinheiros.

Em 23 de fevereiro (8 de março no calendário ocidental - a Rússia seguia o calendário juliano, que àquela altura estava atrasado em 13 dias em relação ao calendário gregoriano usado no Ocidente; somente depois da Revolução, em fevereiro de 1918, adotou-se o calendário ocidental), Dia Internacional de Luta das Mulheres, a capital São Petersburgo está em greve geral. Centenas de milhares de pessoas marcham pelas ruas. Nos dias seguintes, as praças e principais locais públicos permanecem ocupados pelas multidões, que ninguém consegue fazer recuar. O governo está sem iniciativa. Tendo suas ordens desobedecidas em todos os setores, o Czar abdica em 2 de março. O herdeiro do trono, ainda criança e hemofílico, não pode assumir. O irmão do Czar, próximo na linha sucessória, recusa o trono.

Os representantes das classes dominantes, reunidos na Duma (Parlamento), são forçados pela mobilização popular a constituir um Governo Provisório, que fica sob a chefia do Príncipe Lvov. As primeiras medidas do governo são a redução da jornada de trabalho para 8 horas e a concessão de liberdades civis. Os partidos revolucionários saem da

clandestinidade e passam a atuar abertamente. Em todas as cidades e nos campos multiplicam-se os soviets. As assembleias são praticamente diárias e todos têm o direito à palavra. A Rússia se torna subitamente o país mais democrático do mundo. Desde o início vigora o “duplo poder”, ou seja, a vigilância cerrada dos soviets, órgãos do poder popular, sobre o governo oficialmente constituído.

O Governo Provisório

A composição do Governo Provisório é bastante heterogênea. Dele fazem parte os monarquistas, a burguesia (agrupada no partido Constitucional Democrático, apelidado “cadete”), a pequena burguesia, os intelectuais e até o partido SR (Partido Socialista-Revolucionário), que tem o direito de nomear alguns ministros. Os mencheviques, que neste momento estão em maioria nos soviets, apóiam o novo governo. Para os socialistas moderados, o Governo Provisório era a materialização de seu programa histórico: a revolução burguesa na Rússia, que consideravam uma etapa prévia indispensável para a construção do socialismo.

Em seu doutrinário e distanciamento das massas, esses socialistas tornaram-se absolutamente cegos para a realidade concreta. A burguesia era extremamente débil e completamente submissa à Inglaterra e à França, cujos empréstimos haviam financiado a industrialização russa. Esses laços com o imperialismo faziam com que a prioridade da burguesia fosse a continuidade da guerra contra os impérios centrais. Ora, o fim da guerra era exatamente o que as massas mobilizadas mais desejavam. Os socialistas moderados mantiveram-se surdos ao clamor popular e com isso abriram caminho para a própria derrocada.

Se os moderados tinham a plena convicção da necessidade de apoiar o Governo Provisório, os revolucionários ainda não tinham uma posição definida em relação a ele. Essa situação só muda em abril, quando Lênin volta do exílio e publica as “Teses sobre as tarefas do proletariado na presente Revolução”, que se tornariam célebres como as “Teses de abril”. Nelas Lênin expõe o caráter burguês e pró-imperialista do Governo Provisório e a necessidade de derrubá-lo para tirar a Rússia da guerra. O poder deveria passar à classe trabalhadora, através dos soviets. A Rússia ainda não estava madura para o socialismo, mas sua revolução romperia um elo frágil da cadeia do capital e precipitaria a revolução nos países avançados. Seria preciso convocar os socialistas do mundo inteiro para construir uma III Internacional revolucionária que lutasse pelo socialismo. O novo governo adotaria medidas transicionais (estatização dos bancos, redução da jornada). A terra seria estatizada e distribuída aos camponeses para ser administrada pelos soviets rurais.

Lênin teve enorme dificuldade para convencer o partido a adotar suas teses. Entretanto, foi bem sucedido, e a partir da adoção da nova orientação, a atuação do partido dá um grande salto de qualidade. Os bolcheviques passam a agitar sistematicamente as palavras de ordem de “pão, paz e terra”.

Com isso, passam a ser vistos pelas massas como aqueles que defendem suas reivindicações mais sentidas. Aos poucos, começam a tornar-se maioria nos soviets, num processo de crescimento avassalador e inexorável. A partir de maio, a organização Interdistrital de Trotsky começa a fundir-se com o partido bolchevique (o Congresso da Unificação aconteceria em junho) e seu dirigente ganha um lugar no Comitê Central.



A Revolução de Outubro

Em junho de 1917 acontece na capital o I Congresso dos Soviets de toda a Rússia, com representantes das organizações populares de todo o país. Após mobilizações impressionantes das massas, convocadas pelos soviets, os ministros mais impopulares do Governo Provisório são obrigados a renunciar e forma-se um novo gabinete sob a chefia de Kerenski, do partido SR. O Governo Provisório se equilibrava no poder fazendo promessas duvidosas às massas. Prometeu-se convocar uma Assembleia Constituinte que decidiria sobre a questão da reforma agrária. Mas no campo os soviets de camponeses preparavam-se para apossar-se das terras por sua própria conta e a qualquer momento. Prometeu-se também acabar rapidamente com a guerra por meio de uma ofensiva fulminante contra os impérios centrais. Mas a ofensiva foi um fiasco total e o governo de Kerenski se desmoralizou.

Diante dessa desmoralização, parte da guarnição de São Petersburgo decidiu sublevar-se. Os bolcheviques foram contra, pois entendiam que a hora para tomar o poder ainda não havia chegado. A insurreição aconteceu em julho, e foi derrotada. Kerenski endurece a repressão e revoga as medidas democráticas de fevereiro. Trotsky é preso e Lênin se refugia na Finlândia. Mas a população já não aceita mais as medidas repressivas e protesta. Kerenski perde popularidade.

Setores da classe dominante, informados com a “anarquia” que a seu ver reinava na capital, decidem-se por um golpe de força. O general Kornilov desloca suas tropas do front em direção à capital, ainda em julho. Seu plano é aplicar um golpe de Estado e passar a fio de espada os operários dos

soviets e os militantes revolucionários. Rapidamente, os bolcheviques organizam a defesa da capital. Formam-se milícias de operários e soldados. Os batalhões convocados por Kornilov deserdam à medida em que se aproximam da capital. Muitos se confraternizam com seus irmãos da capital e aderem aos soviets.

Apesar da forma improvisada como são constituídas, as milícias vermelhas são infinitamente superiores em entusiasmo e motivação. O golpe de Estado é derrotado e os operários e soldados ganham enorme confiança em suas próprias forças. Os bolcheviques, que se destacaram na organização das defesas da cidade, tornam-se maioria nos soviets da capital. Lênin e Trotsky retornam. A partir de setembro, o partido desenvolve um intenso e paciente trabalho de organização já tendo como meta a tomada do poder. Cria-se um Comitê Revolucionário Militar (CRM), sob a chefia de Trotsky, e forma-se uma Guarda Vermelha composta de soldados e operários armados.

Esses trabalhos de organização prosseguem até outubro. A data da tomada do poder é marcada para coincidir com a realização do II Congresso dos Soviets de toda a Rússia. Cientes de sua superioridade numérica, os bolcheviques ordenam à Guarda Vermelha a tomada do Palácio de Inverno, sede do Governo Provisório. Isto seria a concretização da palavra de ordem de “todo poder aos soviets!” O governo de Kerenski é derrubado praticamente sem oferecer resistência, em 25 de outubro.

A tomada do poder pelos bolcheviques foi recebida em todo o mundo com grande espanto e incredulidade. Em nome do órgão Executivo dos soviets reunidos em Congresso, forma-se um Conselho dos Comissários do Povo, composto por dirigentes bolcheviques. Os SR de direita e os mencheviques se colocam na oposição. A ala esquerda dos SR e parte dos anarquistas aderem ao novo governo. A burguesia, incrédula, espera pelos acontecimentos.

A luta pela paz

Cumprida a tarefa da tomada do poder, o novo governo passa a atender às reivindicações populares. É enviado um pedido de abertura de negociações de paz (a proposta da chamada “paz sem anexações e reparações” e a divulgação dos tratados diplomáticos secretos tiveram grande impacto no exterior) com os impérios centrais e publicado um decreto de entrega da terra aos camponeses. Os soviets de camponeses, onde os SR de esquerda têm a maioria, encarregam-se de concretizar a reforma agrária. Já a obtenção da paz seria bem mais problemática.

As negociações com os impérios centrais arrastam-se de dezembro de 1917 até fevereiro de 1918. Lênin não tinha nenhuma ilusão quanto a uma possível aceitação do regime dos soviets pelo imperialismo. A burguesia internacional (e também a da Rússia) raciocinava como se se tratasse de um simples motim que seria rapidamente esmagado, como fora a Comuna de Paris em 1871, e trabalhava ativamente para que isso se repetisse. A única chance da Revolução Russa

sobreviver estava na deflagração da Revolução socialista na Europa, cujo próximo passo seria a Revolução alemã. Com extraordinária lucidez política, Lênin e os bolcheviques subordinavam suas táticas a essa estratégia da Revolução internacional.

Foi preciso fazer concessões ao imperialismo alemão para conseguir o fim da guerra. O tratado de Brest-Litovsk foi assinado em 23 de fevereiro. A Alemanha ocupou a Polônia, as repúblicas bálticas e parte da Ucrânia (a Finlândia tornou-se independente). Havia um grande risco nessa concessão, pois a entrega desses territórios abria caminho para uma possível invasão alemã a São Petersburgo. Além disso, a retirada da Rússia da guerra atraiu a hostilidade do ocidente contra a Revolução, mesmo das massas operárias que, intoxicadas pelo chauvinismo, consideravam a paz uma traição à causa da Entente (isso só mudaria com o fim da guerra em novembro de 1918 e a invasão do conjunto do imperialismo contra a Rússia soviética).

Apesar disso tudo, os bolcheviques sabiam que a Alemanha não conseguiria lutar sozinha (o Império Austro-Húngaro e o Turco Otomano se esfacelam e abandonam a guerra) por muito tempo contra a Entente, reforçada pela entrada dos Estados Unidos e seu poderio esmagador. A derrota da Alemanha abriria caminho para a queda do governo do Kaiser e para a possível tomada do poder pelos socialistas alemães. A Revolução alemã continuaria alimentando a esperanças de todos por anos a fio e era em nome dessa esperança que os bolcheviques sabiam que precisavam se manter no poder.

Enquanto essa ocasião não chegava, era preciso administrar a vida cotidiana do país. A situação era catastrófica após anos de guerra ruína. A desorganização era geral e tudo precisava ser improvisado: a distribuição de víveres, o fornecimento de combustível e matérias primas, a circulação de trens, os bondes urbanos, os telégrafos, as escolas, os hospitais. Os SR de direita e mencheviques, hostis ao novo governo, controlavam os principais sindicatos de servidores públicos e de setores estratégicos, como o dos ferroviários, e usavam essa força para desestabilizar os bolcheviques. Greves e sabotagens paralisavam as iniciativas dos Comissários do Povo. A burguesia, por sua vez, tentava paralisar a economia. As fábricas eram fechadas, os estoques de matérias-primas escondidos, as mercadorias tiradas de circulação para que se especulasse com seus preços. Não foi em função de um programa premeditado de transformação socialista precipitada, mas para manter a economia minimamente funcionando, que se adotaram as medidas de desapropriação e estatização das empresas nesse primeiro período, entregando-as à direção dos operários.

Apesar das práticas desleais da oposição, os bolcheviques aprofundaram a democracia obtida em fevereiro do ano anterior e permitiram que os outros partidos funcionassem e que seus jornais fossem publicados, mesmo os que pregavam a derrubada do governo pela força. As medidas repressivas somente eram adotadas em casos de emergência extrema. A sordidez dos opositores não tinha limites. As adegas da

nobreza foram saqueadas e houve uma “epidemia” de embriaguez desenfreada na capital. Os pelotões enviados para vigiar as adegas, por sua vez, também embriagavam-se. Foi preciso decretar a pena de morte para quem roubasse bebidas a fim de controlar a situação. Os criminosos comuns, que haviam sido libertados sob a promessa de regeneração, voltaram a delinquir e tiveram que ser encarcerados novamente, não sem antes provocar toda sorte de confusão. Os anarquistas, sob o pretexto de anti-autoritarismo, admitiam inadvertidamente a infiltração de espões e terroristas a serviço da contra-revolução em seus grupos, de modo que o governo teve que desarmar suas milícias. Os monarquistas pretendiam libertar a família imperial aprisionada nas proximidades da Sibéria e restaurar o czarismo, o que obrigou o soviético local a decretar a execução dos membros da família Romanov, em julho de 1918.

A Guerra Civil revolucionária

As dificuldades dos bolcheviques para reativar a vida do país eram interpretadas pela oposição como um vácuo de autoridade, o que dava a oportunidade para toda sorte de aventuras. Generais monarquistas começam a formar batalhões de cossacos e oficiais do antigo exército para derrubar o governo. Formam-se tropas de “guardas brancas” em várias partes do país (foram tais tropas que tentaram libertar o Czar). Os diplomatas ocidentais colaboram com a contra-revolução com o intuito de derrubar os bolcheviques, primeiro para forçar a Rússia a voltar à guerra, e depois para garantir o estabelecimento de um governo burguês que honrasse as dívidas da Rússia com o capital imperialista. A burguesia, entusiasmada, patrocina a formação de governos paralelos aos dos soviets. Para sua vergonha e desgraça, os SR e mencheviques aderem a tais governos. Terroristas a mando dos SR matam Volodarski e Uritski, membros do CC bolchevique e também o embaixador alemão, a fim de tentar provocar o reinício da guerra contra aquele país. Finalmente, o próprio Lênin é baleado em agosto de 1918.

A partir de maio de 1918, o país já vive uma guerra civil aberta, que é simultaneamente uma guerra revolucionária internacional, em função da necessidade crucial de defender as conquistas da classe trabalhadora contra a agressão imperialista. Com a rendição da Alemanha e o fim da I Guerra (novembro de 1918), Inglaterra e França estão livres para enviar tropas para invadir a Rússia, ao norte (Archangelsk) e ao sul (Criméia), respectivamente. O Japão invade o território soviético pelo oriente. Um exército branco ocupa a ferrovia transiberiana. Ao todo, tropas de 14 nacionalidades invadem a Rússia revolucionária. Forma-se o “cordão sanitário” (expressão do presidente francês Clemenceau) para impedir a “contaminação” do proletariado europeu pelo bolchevismo. No período mais crítico da guerra civil, o território sob controle dos soviets reduz-se praticamente ao do antigo Principado de Moscú da época medieval. Por medida de segurança, a capital tem que ser transferida de São Petersburgo para Moscou.

As tropas brancas procedem com grande crueldade em todas as regiões “libertadas”. Os operários são sumariamente fuzilados, assim como qualquer um sobre o qual recaia a mais leve suspeita de haver participado dos soviets. Além disso, os governos contra-revolucionários mostram-se extremamente corruptos. Seus generais e dirigentes comportavam-se como aventureiros vulgares, tiranetes e saqueadores. As populações locais, revoltadas com o terror dos brancos, jamais se deixam dominar e não colaboram com tais governos. Os métodos autoritários dos brancos, idênticos ou piores que os do czarismo, já não eram aceitos por seus próprios soldados, que desertavam ou passavam para o lado dos revolucionários.

De sua parte, o governo soviético é obrigado a organizar um Exército Vermelho. Trotsky, o encarregado dessa tarefa, adota um procedimento extremamente audacioso e polêmico: recrutar alguns dos oficiais do antigo exército czarista, muitos dos quais eram aventureiros de lealdade duvidosa e também odiados pelo povo, para servir à causa da Revolução, sob a justificativa de que tais homens eram os únicos elementos que detinham o conhecimento da técnica de organização militar. Em cada unidade, ao lado dos oficiais, haveria um “comissário político” (na maioria das vezes, militante bolchevique), delegado pelos soviets, encarregado de referendar as ordens e com poder de, se necessário, aprisionar ou executar os traidores, desertores e os próprios oficiais.

O Exército Vermelho se desdobra para enfrentar os brancos em todas as frentes. No norte, nas proximidades de São Petersburgo (a cidade esteve muito perto de ser invadida no verão de 1918 e de novo no outono de 1919); no sul, na Ucrânia, no Cáucaso e na Ásia Central; no oriente, ao longo da transiberiana. O comando móvel do exército, com Trotsky e sua equipe, se deslocava de trem pelo país, levando disciplina, organização, diretrizes e, principalmente, um contagiante entusiasmo às tropas, numa das jornadas épicas mais gloriosas da História em todos os tempos.

A guerra civil se prolongou até o fim de 1920 e terminou com a vitória incontestável dos vermelhos, que recuperaram para a Rússia soviética quase todo o território do antigo Império czarista, com exceção da Polônia, Finlândia e repúblicas bálticas. Em 1919 os bolcheviques impulsionaram a criação da Internacional Comunista (a III Internacional, também chamada de “Comintern”) com o objetivo de organizar os revolucionários do mundo inteiro. Em 1920, o contra-ataque à ofensiva do general polonês Pilsudski levou o Exército Vermelho às portas de Varsóvia, na tentativa de forçar uma revolução europeia; tal contra-ataque, porém, foi derrotado.

O partido em tempo de guerra

Do ponto de vista de um governo socialista, as contingências da guerra civil apresentavam dilemas excruciantes. Em janeiro de 1918 a dissolução da Assembléia Constituinte não trouxe maiores dramas de consciência a nenhum revolucionário minimamente sério. Afinal, a Assembléia, em que os SR e mencheviques tinham maioria,

era um fóssil do sistema político burguês, completamente supérfluo e historicamente superado do ponto de vista do avanço da democracia, num momento em que os soviets funcionavam plenamente e expressavam de forma viva e direta toda a riqueza e diversidade das aspirações populares. Ninguém lamentou o fim da Constituinte, a não ser os próprios SR e mencheviques e os adeptos fanáticos do cretinismo parlamentar.

A situação mudou bastante de figura quando a guerra civil produziu o esvaziamento dos próprios soviets. Durante o processo revolucionário, as assembleias dos soviets haviam revelado por todo o país dezenas, centenas, milhares de ativistas capazes, oradores brilhantes, organizadores competentes, inteligências diligentes, líderes visionários (muitos dos quais aderiram ao partido bolchevique), surgidos da massa dos operários, dos estudantes e intelectuais, da pequena-burguesia revolucionária, dos camponeses, dos mananciais inesgotáveis de generosidade e voluntariedade revolucionária do povo russo, recém-libertado da tirania nas graves circunstâncias da guerra.

A maior parte dessa vanguarda foi aproveitada no Exército Vermelho, deslocada para a linha de frente da guerra civil, nas funções de comissário político e na reorganização administrativa das regiões libertadas. Nesse momento, os próprios soviets tornaram-se instituições formais, vazias. E também perigosas, pois os SR, mencheviques e alguns anarquistas passam a servir-se deles para obstruir os trabalhos do governo bolchevique. O Conselho dos Comissários do Povo foi forçado a concentrar o poder em suas mãos, revogando na prática a palavra de ordem de “todo o poder aos soviets” do ano anterior.

Além dos soviets, as diversas instituições surgidas espontaneamente no calor da revolução, os diversos conselhos nacionais de planificação da economia, de controle operário da produção, de organização dos sindicatos, das cooperativas, das organizações populares; todas essas iniciativas improvisadas e altamente democráticas tiveram que ser suprimidas para desembaraçar o governo de empecilhos que impedissem a tomada das medidas enérgicas e urgentes que a guerra civil revolucionária demandava.

Por fim, foi preciso cassar a liberdade de atuação dos partidos de oposição e parte dos anarquistas. Os opositores “socialistas” e anarquistas do bolchevismo empregavam contra o governo dos Comissários do Povo os mesmos métodos que se emprega contra o inimigo de classe, ou seja, as greves, sabotagens e atos terroristas. Seus jornais pregavam a derrubada dos bolcheviques e seus partidários atiravam contra os dirigentes do governo nas ruas. Com isso, os “socialistas moderados” do passado e alguns anarquistas colocavam-se ao lado da própria burguesia e dos generais monarquistas facínoras. Optavam pela trincheira oposta na luta de classes; tinham que ser tratados, portanto, como agentes da burguesia, apesar da retórica socialista democratizante e pseudo-libertária.

Foi isso o que obrigou os dirigentes bolcheviques a transformar o regime dos soviets numa ditadura do partido.

Um partido que durante décadas lutara na clandestinidade contra a tirania czarista, pavimentando seu caminho ao poder com fileiras de mártires enforcados e assassinados pela repressão, foi obrigado, uma vez chegando ao poder, a colocar seus opositores também na clandestinidade. Era isto ou deixar-se derrotar pelo inimigo de classe, a contra-revolução feroz, à espreita de qualquer rachadura na armadura do governo revolucionário.

Tratava-se de uma luta de vida ou morte pela sobrevivência material da Revolução, e não de um debate utópico e abstrato sobre princípios mais ou menos democráticos. O Estado foi militarizado. Assim como os comissários políticos impunham a disciplina no exército por meio da pena de morte para desertores e traidores, o governo instituiu uma polícia política (Tcheka), encarregada de reprimir os opositores e desbaratar as conspirações, sabotagens e atentados. Em resposta ao terror branco contra-revolucionário, foi instituído o terror vermelho. A burguesia, a pequena-burguesia, os camponeses ricos, os intelectuais e opositores políticos socialistas moderados e parte dos anarquistas, todos aqueles que colaboravam com os brancos, eram também perseguidos e mortos.

Todos esses passos foram motivo de intenso e acalorado debate nos círculos dirigentes do partido bolchevique. Cada medida era arduamente debatida e lançavam-se teses e réplicas para fundamentar a adoção ou não de cada proposta. Havia polêmicas duras entre os principais dirigentes, a maior parte das quais era publicada nos jornais do partido. Num regime que se tornara um sistema de partido único, era este partido e seus fóruns a única instância democrática que funcionava e na qual era possível discutir os rumos do país.



O “comunismo de guerra”

A guerra civil foi extremamente cruel com a população em geral, já exausta com a guerra precedente. Milhões morreram vítimas dos combates e do terror branco. Na completa desorganização social que se seguiu, bandos armados percorriam o interior do país matando, roubando e estuprando, ora em nome dos brancos, ora em nome da “revolução”. Seria impossível para qualquer governo, branco

ou vermelho, estabelecer-se sem impor as medidas mais autoritárias de ditadura.

Uma questão fundamental era o abastecimento. A população das cidades, os operários nas fábricas e os soldados em guerra precisavam de alimento. Sem comida, a população das cidades emigrou de volta para o campo (num país de urbanização recente, quase todas as famílias tinham parentes próximos divididos entre a cidade e o interior), provocando um grande êxodo urbano. Os camponeses já não tinham como ser pagos, pois não existia mais dinheiro que pudesse ser aceito. A produção industrial estava paralisada (o que piorou com o êxodo) e logo já não havia também sequer manufaturas para trocar com o campesinato.

É importante destacar que, do ponto de vista dos camponeses, a Revolução já lhes dera o que queriam, ou seja, a propriedade da terra. Logo, tornaram-se hostis às cidades quando estas passaram a exigir o produto de seu trabalho sem ter nada para oferecer em troca. Isso criou condições propícias para a especulação. Os estoques de trigo eram açambarcados por aproveitadores que se aproveitavam da escassez para enriquecer. De outro lado, bandos de saqueadores roubavam os camponeses. Muitos simplesmente se recusavam a plantar novas safras enquanto não lhes fossem dadas garantias. A desorganização econômica produziu uma grande fome, em 1921, na qual milhões de pessoas morreram.

Com o abastecimento desarticulado, o governo organizou os “batalhões de requisição”, que iam até o campo, confiscavam o trigo dos camponeses e o embarcavam em trens para as cidades e o front. Estimulou-se a luta de classes no campo, opondo os camponeses pobres aos ricos e aos comerciantes aproveitadores. Do ponto de vista da população camponesa, não havia, porém, diferença prática entre os batalhões de requisição e os salteadores comuns que saqueavam sua produção. Os trens de abastecimento para as cidades eram por sua vez atacados por camponeses e por criminosos comuns.

Nessas circunstâncias um governo fraco ou vacilante teria sucumbido ante as provocações da oposição ou teria aberto caminho para golpes de Estado do primeiro aventureiro com força suficiente. O partido bolchevique, organismo vivo da revolução, teve forças para resistir e inteligência suficiente para manobrar nesse mar tempestuoso sem perder o rumo.

As práticas do partido nesse período ficariam conhecidas como “comunismo de guerra”. Houve um intenso debate para determinar se esse regime, onde tudo estava estatizado e coletivizado, poderia já ser considerado um passo em direção a uma transição socialista. Contra essa opinião, Lênin era constantemente obrigado a esgrimir sua argumentação realista e racional, acima de tudo prática: a Rússia ainda era um país atrasado e tudo o que lhe cabia fazer era sustentar as conquistas duramente obtidas até que a revolução estalasse nos países ricos. A estes sim, com sua ciência e tecnologia avançadas, sua industrialização desenvolvida, sua população urbanizada e culta, seu proletariado numeroso e politizado, caberia a tarefa de construir o socialismo. A Rússia seria tão somente o seu celeiro. Tragicamente, a Revolução alemã foi derrotada e a Rússia

viu-se sozinha com a bandeira do socialismo nas mãos.

A Nova Política Econômica (NEP)

A Rússia no início dos anos 1920 era um arquipélago de cidades devastadas sitiadas por um oceano de ira camponesa. Essa ira se manifestou em março de 1921. Os marinheiros da base naval de Kronstadt, vizinha a São Petersburgo, revoltaram-se contra o governo, exigindo a volta dos soviets. Temendo, por sua vez, a volta da anarquia, o partido bolchevique ordenou o massacre dos revoltosos, executado por Trotsky. O simbolismo de Kronstadt foi cruel: essa base sempre apoiou os bolcheviques, sempre forneceu uma platéia entusiasmada para os discursos do próprio Trotsky e ofereceu heróis incontáveis para a marinha vermelha. Agora, uma nova geração, desprovida da experiência e da maturidade que somente se adquire nas duras provas da luta revolucionária, mas contagiada por uma insolência anarquista despropositada, tornava-se mártir dos ideais libertários que já não mais vigoravam.

Kronstadt forçou o governo bolchevique a fazer um balanço da situação. Calcula-se que os combates da guerra mundial e da guerra civil revolucionária subsequente tenham custado a vida de 14 milhões de pessoas. Outros 17 milhões morreram de fome, frio e doenças. A população de São Petersburgo, Moscou e das grandes cidades caiu pela metade. Os operários foram reduzidos a menos de 200 mil. A produção industrial caiu a cerca de 15% do que era em 1913, último ano antes da guerra. O PIB do país perdeu 60% do seu valor (as estatísticas dos historiadores diferem, prejudicadas pela falsificação e destruição sistemática de documentos característica do período stalinista, de modo que só se pode ter uma idéia aproximada da dimensão de tais fenômenos sociais). Territórios que faziam parte do antigo Império Russo, como a Finlândia, a Polônia e as repúblicas bálticas, onde se localizava parte das regiões mais urbanizadas, de setores econômicos tecnicamente mais avançados e das populações de melhor nível cultural, foram perdidos.

Parte importante da burguesia, da pequena-burguesia, dos intelectuais, da comunidade universitária, cientistas, artistas, advogados, médicos, letrados em geral emigrou ou desapareceu no terror vermelho. Entre os que permaneceram, muitos simplesmente se recusavam a colaborar com o novo governo ou praticavam diretamente a sabotagem. Não havia pessoal especializado, técnicos, engenheiros, gerentes, contadores disponíveis. A economia de então (convém lembrar que estamos décadas antes da invenção da informática) era cronicamente dependente de papelório, procedimentos de controle, burocracia, o que demandava exércitos de profissionais letrados, que simplesmente não havia.

Também não havia comércio exterior. O cerco militar contra a Rússia fora desfeito, mas o cordão sanitário permaneceu. Não havia fornecimento de manufaturas, nem compradores para o trigo russo. O país seria obrigado a se reconstruir com seus próprios recursos. Transcorreram anos até que os demais países aceitassem gradualmente manter

relações diplomáticas e comerciais com o governo soviético.

Em face dessa situação, o governo instituiu, em 1921, a Nova Política Econômica (conhecida pela sigla em inglês “NEP”), que Lênin descreveu como “um passo atrás para dar dois passos para frente”. Tratava-se de reintroduzir relações de mercado no campo, de modo que os camponeses voltassem a produzir e as cidades pudessem ser abastecidas. As empresas estatizadas passariam a ter maior autonomia. Buscaram-se empréstimos no exterior para reativar a economia. À medida em que a década de 1920 avançava, tornara-se claro que a Revolução europeia não viria imediatamente e teria que esperar por uma nova e importante crise. As medidas transicionais para o socialismo teriam que ser implantadas conforme a própria reconstrução do país permitisse.

Os resultados da NEP não se manifestaram de imediato. A insatisfação popular era grande e bastante justificável. Os operários e camponeses haviam feito a Revolução para trabalhar menos, mas o governo revolucionário precisou exigir que trabalhassem mais. Era preciso reconstruir o país devastado e ainda por cima suprir a ausência da considerável parcela de força de trabalho dizimada. Nessas circunstâncias, qualquer governo se torna impopular, e os bolcheviques começaram a receber desconfiança e hostilidade de alguns setores das massas. O partido entendeu que não poderia correr o risco de que novos movimentos como o de Kronstadt fossem instigados por aventureiros e demagogos.

Paradoxalmente, as medidas de abertura econômica coincidiram com o completo fechamento político. Os partidos políticos de oposição, os SR, mencheviques e anarquistas, mesmo aqueles remanescentes que estavam dispostos a praticar uma oposição leal, continuaram na ilegalidade e com seus jornais sob censura. Pior do que isso, foi proibida a formação de tendências e frações dentro do próprio partido bolchevique. Era o caso da Oposição Operária, que reivindicava a volta da democracia dos soviets e o afastamento da Tcheka e dos burocratas. Com a dissolução das tendências no partido, encerrou-se o único espaço democrático que ainda havia na Rússia. O regime prosseguiu fechado, à espera de ventos melhores que, no entanto, jamais vieram.

O fim do período revolucionário

A força do partido bolchevique residia justamente na sua diversidade e no seu método de tomada de decisões pelo coletivo, fato sistematicamente secundarizado pela narrativa convencional. É típico da historiografia burguesa agigantar e desequilibrar as individualidades e omitir o coletivo que as define e potencializa. A história projetou os nomes de Lênin e Trotsky, o que é bastante justo, mas também havia Sverdlov, Bukharin, Zinoviev, Kamenev, Preobrajenski, Radek, Lunatcharsky, Alexandra Kollontai, Eugênia Bosch, Rakovski, Chliapnikov, Tchitcherin, Riazanov, Kalinin, Kirov, Smilga, Rykov, Dzerjinsky, Smirnov, Manuilski, Piatakov, Yoffe, Bubnov, Ordjonikidze, Molotov, Stalin, (sem falar em dezenas de outros heróis anônimos).

Todos esses quadros estavam habilitados a disputar de

igual para igual os rumos do partido. Quase todos eram revolucionários experimentados, a maioria dos quais haviam combatido em 1905, passado pela escola da clandestinidade, da prisão, do exílio, vivido no exterior, aprendido a debater com os socialistas europeus. Quase todos desempenhavam meia dúzia de funções simultâneas, no Estado, no exército, na diplomacia, na Internacional, no partido, e ainda tinham condições de desenvolver as polêmicas teóricas e políticas. Essa plêiade de personalidades titânicas congregava as qualidades humanas mais diversas. Muitos eram cultos e políglotas, outros oradores inflamados, outros ainda escritores prolíficos, ou também teóricos criativos e por último homens práticos habilidosos.

O partido bolchevique era acima de tudo um coletivo, que aproveitava da melhor forma as qualidades individuais e permitia que se desenvolvessem ao máximo. Nesse partido, a liderança não era imposta artificialmente, era conquistada pelo respeito que os militantes adquiriam em função das tarefas desempenhadas. Sem o partido, não teria havido a revolução, e sem os líderes, não haveria o partido. Por outro lado, sem o partido, os líderes não seriam o que eram.

No início dos anos 1920, o que restara do partido bolchevique era essa veterana equipe dirigente. Não havia mais a numerosa camada dos quadros intermediários que ligavam a direção às bases sociais proletárias. Aquela prodigiosa vanguarda surgida desde 1917 nos soviets desapareceu fisicamente na guerra. Na base do partido, por sua vez, proliferava um novo tipo de “militante”: jovem, inexperiente, sem conhecimento do marxismo, de origem social duvidosa, não-proletária, aventureiro, oportunista, carreirista, ambicioso, formado na atmosfera viciada da guerra civil. Esses novos membros do partido eram, na prática, quaisquer pessoas letradas minimamente capazes de desempenhar uma função administrativa, das quais o Estado carecia cronicamente. Eram o germe da futura burocracia.

Desde 1922, Lênin estava debilitado (sua saúde fora afetada pelos atentados terroristas) e não podia mais assumir tarefas importantes. Com sua morte em 1924, o partido, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS, nome adotado em 1922) e a jovem III Internacional viram-se privados de seu dirigente mais importante. Na disputa pela liderança do partido (rebatizado como Partido Comunista da União Soviética – PCUS), o poder veio caber àquele elemento mais apagado e discreto da excepcional equipe dirigente bolchevique; àquele que desempenhava a função mais secundária e sem atrativos políticos (mas cuja importância política se mostraria absolutamente crucial nas circunstâncias dramaticamente diferenciadas do novo período: o controle do centro organizativo que atribuía as tarefas aos militantes de base); àquele cujas principais qualidades eram a determinação férrea, a inteligência política penetrante (porém desprovida de cultura geral e sofisticação teórica) e a completa ausência de escrúpulos; àquele que falava a linguagem da “nova espécie” de membros arrivistas do partido; àquele enfim a quem restaria paralisar as conquistas da revolução no pântano da burocracia: Stalin.

A burocratização da Revolução: algumas reflexões

Alexandre Ferraz

Uma questão não resolvida...

Em suas obras, autores como Victor Serge (*O Ano I da Revolução Russa*), Isaac Deutscher (*O profeta Armado, O profeta Desarmado e O profeta Banido*) e Pierre Broué (*El Partido Bolchevique*), apresentam-nos uma rica análise com uma série de dados e fatos sobre as dificuldades e contradições enfrentadas pelo poder soviético até sua burocratização. Trotsky com *A Revolução Traída* também se propôs a analisar as principais razões e tendências do processo de burocratização ocorrido. Autores contemporâneos também dedicaram esforços para tentar elucidar essa questão. Entre eles destaca-se Aldo Andrés Romero, com o livro *Después Del Stalinismo*.

Neste artigo, pretendemos apenas apresentar algumas reflexões a partir da leitura dessas obras.

A questão da burocratização da Revolução Russa se reveste de um interesse extremamente atual, pois diz respeito não apenas à burocratização dos grandes processos revolucionários, mas também dos pequenos movimentos de avanço da classe trabalhadora no sentido de sua emancipação.

Nos referimos àquelas situações já vividas por todos nós, em que os trabalhadores dão passos à frente mas, depois, não conseguindo sustentar seu próprio avanço, vêm atônitos as conquistas alcançadas se voltarem contra si mesmos e se transformarem em derrotas, muitas vezes catastróficas.

Isso ocorre, por exemplo, quando os trabalhadores expulsam uma diretoria pelega de um sindicato e colocam em seu lugar uma chapa combativa, de esquerda, classista e socialista. Não raro, os trabalhadores e sua vanguarda materializada na chapa vencedora e no grupo de apoio julgam que o principal já foi feito e, entretanto, acaba ocorrendo um processo de burocratização que muitas vezes atinge justamente aqueles que eram os incansáveis defensores da democracia operária. Quando alguns anos depois os trabalhadores e ativistas param para analisar, não reconhecem no que se transformou aquele movimento tão forte e tão democrático, quando percebem nos diretores sindicais de hoje os mesmos vícios dos que estavam ontem, mesmo que estejam mais à esquerda.

O mesmo vale para os partidos socialistas e revolucionários. Quantos novos partidos e internacionais temos visto nascer e rachar exatamente com os mesmos problemas daqueles que os antecederam? De fato, o processo de burocratização muitas vezes se apresenta como uma sina à qual é impossível escapar. Será isso de fato?

O marxismo entende que a burocratização não é em si

um processo inevitável, mas tem suas origens nas condições sociais e políticas concretas de uma situação ou período. Apesar disso, as medidas tomadas pelas organizações e dirigentes podem acelerar ou combater esse processo.

Assim, como a Revolução Russa se constituiu em modelo de possibilidade e de ação para a classe trabalhadora, também seus problemas e seus erros acabaram passando como modelos do inevitável, o que se tornou um sério problema. Não é raro vermos militantes e correntes socialistas e revolucionárias defendendo cegamente todas as medidas tomadas pelos bolcheviques e até mesmo o regime constituído após o fim da Guerra Civil não apenas como um resultado daquele momento, mas como um modelo a ser seguido em futuras revoluções e também na prática diária dentro dos sindicatos e dos partidos.

Um exemplo é a proibição das tendências e frações permanentes, direito este garantido no partido bolchevique até então, inclusive com polêmicas públicas nos jornais do partido, sendo suspenso apenas em seu X Congresso em uma situação extrema, como uma medida momentânea. Mesmo assim, foi aprovada com uma série de resistências. Hoje vemos várias correntes fazerem dessa proibição uma característica essencial do partido revolucionário, mesmo em uma situação de relativas liberdades democráticas e quando o que é mais necessário é aguçar o senso crítico e a reflexão dos militantes e dos ativistas em geral.

Da mesma forma, cansamos de ver o processo de intervenções das direções nacionais sobre as regiões ser usado indiscriminadamente, sem qualquer órgão que sirva de controle às direções. Os Congressos ocorrem a cada dois ou três anos, precedidos de seis meses - na prática quatro, ou menos - com uma discussão política muitas vezes formal e onde divergir da direção pode ser uma forma rápida de decair na hierarquia partidária, ou até mesmo ser expulso.

E de onde vieram todos esses métodos? Do partido bolchevique. De seu melhor momento? Não, de um período em que ele próprio já estava se burocratizando, junto com a própria burocratização da Revolução Russa. Uma situação em que, por uma série de motivos que tentaremos apontar abaixo, os trabalhadores, embora tenham tomado o poder, não conseguiram de fato exercê-lo a seu modo, através dos soviets, por mais que um ano.

A força e a fraqueza da Revolução Russa

A principal contradição interna da Revolução Russa que, ao mesmo tempo, propiciou a base material para a vitória e a tragédia da revolução de outubro é o fato de ser o país

mais atrasado da cadeia capitalista, “o elo mais frágil” na aceção de Lênin. A Rússia vivia a contradição entre possuir uma imensa maioria de pequenos camponeses vivendo em um regime semi-feudal e, ao mesmo tempo, possuir alguns pequenos, mas muito concentrados, núcleos de desenvolvimento industrial nas cidades de Petrogrado e Moscou, onde se aglutinavam cerca de 3 milhões de operários. Neste quadro se desenhava uma burguesia nacional pequena e débil, altamente dependente do estado czarista. Foram esses operários, comandados por uma vanguarda de 30-40 mil militantes, ligados aos soviets e dirigidos pelo partido bolchevique e outras organizações menores, os agentes claros e categóricos da revolução.

Nesse quadro, a única possibilidade da Revolução manter seu caráter operário seria sua rápida expansão para os países da Europa, o que possibilitaria à Rússia receber apoio, já que a Europa era o berço da classe operária mais organizada e das forças produtivas mais avançadas até o momento. Essas eram as previsões de Lênin, Trotsky e de todos os demais bolcheviques. Todos tinham em seu discurso que a Revolução seria derrotada se isso não acontecesse.

Mas enquanto os bolcheviques estivessem no poder, deviam fazer de tudo para manter a posição até que algum outro país da Europa viesse em seu auxílio. E nesse aspecto foram altamente conseqüentes, apesar dos erros que estavam passíveis de cometer, e de fato, cometeram.

No entanto, esse quadro geral de perspectivas fazia com que a situação da Rússia revolucionária fosse altamente instável e contraditória, à medida em que o projeto socialista ficava na dependência da sorte mais geral traçada pelo rumo que tomasse a luta de classes no mundo, com a 1ª Guerra Mundial.

As dificuldades do poder nascente

Uma coisa era destruir a ordem czarista e outra, bem diferente, era construir uma ordem soviética, cercados de inimigos por todos os lados e com uma Guerra Civil no horizonte.

Podemos dizer que o novo regime nem teve tempo de desenvolver as potencialidades do sistema dos soviets, pois logo de seus primeiros passos, quando ainda tentava colocar em prática as medidas de retirada da Rússia da Guerra Imperialista, combate à fome, distribuição da terra, e controle dos soviets sobre a sociedade, já teve que enfrentar o boicote (locaute) da burguesia e da pequena-burguesia, que apostavam todas as suas energias contra o nascente poder operário. Essa resistência ativa da burguesia interna e a necessidade de reorganizar a economia já bastante prejudicada pela presença da Rússia na 1ª Guerra Mundial fez com que os bolcheviques e os soviets tivessem que expropriar as fábricas, mais cedo do que pretendiam, e estabelecer o controle operário da produção que, por sua vez, acirrou ainda mais a resistência burguesa e deu início à Guerra Civil, combinada com a intervenção estrangeira de tropas de 21 países.

Foi preciso construir, às pressas, um exército altamente centralizado, que pudesse se deslocar rapidamente a partir



das necessidades de enfrentar as batalhas nas várias frentes. Para isso, foi preciso aproveitar milhares de oficiais do antigo exército czarista. Pode-se dizer que a centralização e a hierarquização por cima, assim como o aproveitamento dos ex-oficiais czaristas foram, naqueles momentos, condições necessárias para a vitória, mas ao mesmo tempo significavam um retrocesso dentro da proposta bolchevique de um exército democraticamente organizado, em que as lideranças fossem eleitas, revogáveis e não tivessem privilégios.

Para manter o enorme exército que chegou a ter 5 milhões de homens em 1921, a economia entrou em regime de guerra, com o trabalho se tornando obrigatório, o pagamento em espécie e o racionamento geral de víveres. Os produtos agrícolas tinham que ser confiscados, o que levava a choques com os camponeses que não queriam entregá-los.

Os soviets, desorganizados e esvaziados, fruto da desestruturação da própria classe operária pela guerra civil, não conseguiam exercer de fato o poder e nem sequer controlar o poder dos membros do estado. O partido ia substituindo os soviets.

O novo estado ia se constituindo, mesclando a estrutura dos soviets com a estrutura do partido bolchevique, e ainda com partes importantes do estado czarista, como o velho aparelho de administração e execução dos serviços públicos, já que não foi possível substituir imediatamente todas as funções de estado por soviets, como era o plano inicial.

A Guerra Civil e a intervenção estrangeira foram catastróficas para o nascente poder soviético, pois trouxeram a morte de grande parte dos operários e da vanguarda que, na prática, garantiam a revolução e o funcionamento dos seus organismos de base. Para se ter uma idéia, a classe operária que personificava a Revolução, pertencente às duas maiores cidades da Rússia (Petrogrado e Moscou), sofreu terríveis baixas e deslocamentos, ficando reduzida a 1,5 milhão de pessoas e mesmo esse contingente ficou disperso social e politicamente.

A burocratização, começa a se impor...

Com a morte de grande parte dos melhores operários e a cooptação pelo estado de outra parte para exercer funções de administração, houve o conseqüente esvaziamento dos Sovietes. O partido foi assumindo o controle do estado e das decisões que antes cabiam aos soviets.

Os bolcheviques haviam adotado a política de manter a posição a todo e qualquer custo. Tratava-se de impedir que a burguesia retornasse ao poder e apostar que a Revolução ocorresse em algum país da Europa de modo a tirar a Rússia do isolamento.

No entanto, a situação dos bolcheviques era muito mais dramática do que eles próprios poderiam imaginar. Ao terem perdido grande parte de suas forças na Guerra Civil e não tendo recebido a ajuda externa de que tanto precisavam dentro de um intervalo de tempo decisivo, sua luta para manter a posição levou-os a uma lógica de retrocesso cada vez maior em relação aos próprios objetivos gerais da Revolução.

Para manter-se no poder, os bolcheviques acabaram adotando medidas que dificultariam ainda mais a reconstrução de sua base de sustentação revolucionária, sacrificando uma série de pressupostos de um poder genuinamente socialista. Este foi basicamente o drama da Revolução Russa. A partir de um certo ponto, o retrocesso poderia levar à perda do conteúdo da própria posição que desejavam manter.

Ao final da Guerra Civil, em fins de 1921, os bolcheviques haviam se mantido no poder, mas sua base de sustentação estava bastante modificada. Agora eles não mais se assentavam sobre o poder organizado da classe trabalhadora – os soviets – e sim sobre o poder centralizado do partido em sua fusão com os restos do estado czarista, que rapidamente iam se adaptando à nova situação e tragando o partido para a sua lógica. Assim, podemos dizer que o tipo de estado que emergiu da Guerra Civil já não era mais um estado operário democrático, no sentido de que o poder estivesse ou pudesse ser exercido pelos soviets pela simples razão de que esses encontravam-se esvaziados.

Toda a questão se reduzia à possibilidade de, terminada a Guerra, a revolução poder avançar em outros países e, do ponto de vista interno, na possibilidade dos trabalhadores poderem retomar seu papel de sujeitos do poder de estado e, com isso, democratizar novamente o estado. Tragicamente, nenhuma das duas coisas foi possível.

Medidas de emergência se tornaram definitivas

A prática de nomeações por cima, necessária e inevitável durante a Guerra Civil, não foi modificada ao findar a guerra por dois motivos: de um lado pela dificuldade dos trabalhadores fazerem valer seu peso social nos soviets e do outro pela burocratização já iniciada de vários membros do estado.

Em um país arrasado por vários anos de Guerra, exausto e faminto, onde até o canibalismo ressurgiu, as funções de diretor de uma fábrica, chefe de um escritório ou secretário

do partido significavam maior segurança – e eram cobiçadas. Assim, a prática de nomeações por cima aumentou cada vez mais, tornando-se um dos elementos-chave para o crescimento e desenvolvimento da burocracia enquanto uma casta dominante com interesses próprios e cada vez mais opostos ao proletariado.

É verdade que, após o final da Guerra Civil, começava a formar-se um novo proletariado, com a vinda de milhões de camponeses para as cidades. Este proletariado, porém, não possuía nem a experiência de luta e de organização e muito menos a consciência política e a cultura socialista dos seus heróicos antecessores, mortos durante a guerra civil ou agora no aparato de estado. Juntava-se a isso o peso de sua origem camponesa. Por tudo isso, esse novo proletariado mantinha uma relação de indiferença com os rumos do poder soviético.

Essa relação foi reforçada com a nomeação pelo partido dos diretores únicos por empresa, medida que, se por um lado visava garantir o funcionamento das fábricas que precisavam voltar a produzir, por outro lado dificultava ainda mais o desenvolvimento do poder operário nos locais de trabalho, condição fundamental para o exercício de seu poder também na esfera estatal. Assim, o novo proletariado ainda em formação, na melhor das hipóteses, demoraria vários anos até atingir o nível do proletariado que fez a revolução.

Os bolcheviques acabaram presos no meio de um círculo vicioso: a democracia dos trabalhadores não conseguia funcionar, mas as medidas tomadas, por seu nível de centralização e hierarquia vindas de cima, também não contribuíam para formar a nova classe trabalhadora que pudesse assumir seu papel no estado. Ao contrário, a classe trabalhadora já começava a se formar de forma alienada, o que ameaçava o próprio poder bolchevique e fortalecia a burocracia.

A burocracia era o setor social que mais se fortalecia na sociedade russa, ocupando o espaço deixado tanto pela expropriação da burguesia, quanto pelas dificuldades dos trabalhadores em ocuparem seu papel. Os bolcheviques não poderiam ficar imunes a esse processo de burocratização, que foi se desenvolvendo cada vez mais dentro do próprio partido, acelerado por sua fusão com o estado.

A perspectiva de revolução em outros países mais ricos e desenvolvidos única forma de salvar a revolução e propiciar as condições para a retomada do papel dos soviets, se afastava cada vez mais. A Europa entrava em um novo ciclo de crescimento econômico, que postergava a possibilidade de revolução bem mais para frente do que o poder bolchevique poderia suportar.

O estado formado, enquanto aparato independente, havia inchado durante a Guerra Civil e a cada dia adquiria uma dinâmica própria, em grande parte contrária aos interesses da revolução e inimiga de uma gestão democrática.

Qual o tamanho das “deformações burocráticas” do estado?

Ao nosso ver, a partir do fim da Guerra Civil em fins de

1921, emerge um estado operário já burocratizado e não apenas um “estado operário com deformações burocráticas” como foi conceituado naquele momento por Lênin, pois as “deformações burocráticas” já tinham se tornado determinantes no funcionamento do novo poder. A caracterização de Lênin diminuía o problema da burocratização a algumas deformações, quando o estado funcionava já de forma burocrática. Lênin só foi perceber a profundidade dessas “deformações” dois anos depois, já próximo de sua morte.

Essa afirmação não é de caráter moral, no sentido de chamar Lênin, Trotsky ou o partido bolchevique de burocratas, mas de entendermos como de fato funcionava a sociedade e o estado russos naquele momento.

Embora não fosse pela vontade do partido nem de seus dirigentes, mas pela pressão de circunstâncias extremamente difíceis, o fato é que todas as decisões importantes de estado e da sociedade não eram mais tomadas pelos trabalhadores ou seus organismos, nem mesmo pela base do partido, mas pelos organismos dirigentes do partido que havia já se fundido com o estado. Essas decisões tinham que ser impostas aos trabalhadores e apareciam, portanto, como algo externo a eles que as encaravam com indiferença ou mesmo contrariedade, quanto mais duras fossem.

Parece-nos importante caracterizar a mudança de regime que ocorre durante a Guerra Civil de um Estado Operário Democrático embora com problemas, que dura todo o ano I da Revolução Russa, onde o poder estava assente na ampla participação ainda que inicial dos trabalhadores nos soviets, para um Estado Operário Burocratizado, pois esta mudança nos ajuda a entender as condições sobre as quais o stalinismo, enquanto uma corrente política consciente de defesa dos interesses da burocracia, pôde se desenvolver e se afirmar. Essas condições objetivas já estavam presentes desde o final da Guerra Civil, a partir da incapacidade dos trabalhadores de sustentarem o poder por meio de sua participação ativa nos soviets.

Mesmo sendo ainda um Estado Operário, à medida em que era composto por operários recém-incorporados, e cujo poder servia aos interesses históricos dos trabalhadores, da Revolução e de sua expansão, esse Estado enfrentava, no entanto, uma série de dificuldades que levavam à sua burocratização. Ressaltamos que a burocratização do Estado ocorria contra a vontade dos bolcheviques, mas isso não a fazia menos real e problemática.

As polêmicas sobre os erros dos bolcheviques

A partir daí surge a questão de se os bolcheviques não estariam acomodando-se a exercerem o poder de forma burocrática e se não estariam fazendo da necessidade uma virtude, ou seja, teorizando de forma positiva sobre uma situação anormal como se fosse a própria encarnação do poder operário por excelência.

Acreditamos que essa tendência realmente existiu naquele

momento e muitos são os casos em que os bolcheviques podem ter cometido excessos de autoridade. É difícil julgar todos os aspectos concretos de suas decisões, que ocorreram no calor de uma série de ameaças internas e externas ao nascente poder soviético. De todo modo, olhando da perspectiva de hoje, nos parece que algumas medidas ao invés de jogar a favor dos aspectos de retomada da ação dos trabalhadores, fortaleceram as tendências mais burocráticas.

Esse parece ter sido o caso da extinção do direito de tendências e frações dentro do partido bolchevique no X Congresso do PC. Aqui, nos parece que um limite foi cruzado: o fim da democracia dentro do próprio partido que pretendia ser o baluarte da revolução só poderia servir à sua burocratização, como de fato ocorreu. Esta medida foi tomada com o argumento de restringir no partido a ação de arrivistas e oportunistas que haviam adentrado o partido com a vitória da Revolução. Mas acabou surtindo o efeito oposto, pois serviu justamente para calar o setor mais sadio do partido, ao mesmo tempo em que fortalecia o setor oportunista. Seria possível adotar outras medidas, como aumentar a restrição da entrada de novos militantes no partido, ou mesmo aumentar os requisitos para um militante ocupar cargos de importância, estabelecer o rodízio, etc, ao invés de proibir as tendências e frações.

As dificuldades econômicas e um certo excesso de intransigência do partido/estado, mesmo que com a intenção de impedir o caos e o possível retorno da burguesia ao poder, acabou resultando numa onda de greves e na Revolta de Kronstadt, a base naval que nos dias áureos da Revolução de Outubro estivera incondicionalmente do lado dos bolcheviques e de Trotsky em particular. Embora houvessem oportunistas tentando se aproveitar do movimento, hoje se sabe que esse não era o caso de seus principais dirigentes nem de sua base.

Mesmo após a deflagração do movimento, a postura dos militantes bolcheviques enviados à fortaleza para tentar acabar com a revolta foi apenas de ameaças de repressão e exigências aos marinheiros, o que contribuiu para acirrar o conflito que resultou no trágico esmagamento da revolta.

Kronstadt continuará sendo assunto de muitas polêmicas e não é nosso objetivo analisá-la aqui, mas apenas demarcar o contexto extremamente problemático no qual ela pôde ocorrer e a distância a que o poder bolchevique havia chegado em relação aos trabalhadores naquele momento.

Outro exemplo de contraponto à política majoritária, agora dentro do partido, ainda sob direção de Lênin e Trotsky foi o surgimento da Oposição Operária, que lutava pela redemocratização dos organismos do estado e do partido. É impossível não simpatizar com suas reivindicações, embora poucas condições existissem para a realização de suas propostas, pois simplesmente a classe trabalhadora existente não estava organizada nem disposta a lutar para reassumir o poder de forma direta. Mesmo assim, a Oposição Operária foi ameaçada de expulsão por Lênin e teve que recorrer à Internacional.

Nesse contexto é possível e bastante provável que os

bolcheviques tivessem cometido outros excessos em situações particulares.

O surgimento da Oposição Operária demonstra que o poder do partido bolchevique sobre a sociedade e também internamente já possuía um lógica bastante burocrática que teria que ser superada se a Revolução tivesse que voltar a estar sob controle dos trabalhadores e seus organismos. Mas isso poderia se fazer sem luta armada, uma vez que ainda se tratava de um processo inicial em que a lógica burocrática era ainda frágil, muito mais fruto da fraqueza da classe operária do que das forças da burocracia naquele momento, que ainda não possuía nem o tamanho, nem a força social e nem um aparato tão forte e organizado como viria a ter poucos anos depois.

Mesmo acreditando que os bolcheviques tenham agido com excessos, não se pode tributar a eles a causa central do processo de burocratização. São, antes, conseqüências e indícios dos retrocessos mais estruturais e profundos que a Revolução estava sofrendo a ponto de opor suas maiores lideranças às massas.

Raciocinando em termos marxistas, as causas estruturais objetivas e de longo prazo têm maior relevância. Em cada momento houve, dentro e fora do partido, divergências e duras lutas contra e a favor das medidas adotadas. Se prevaleceram determinadas posições, na maioria das vezes não foi tanto a capacidade individual dos representantes desta ou daquela tendência, e sim a força das tendências objetivas da realidade sobre as quais cada setor se apoiava, o que fez com que a balança pendesse para um ou outro lado.

A ascensão da burocracia ao controle do Estado

A partir de 1922, após a derrota da primeira leva de revoluções na Europa, a Rússia teve que aceitar sua situação de isolamento e tentar reconstruir sua economia sem a ajuda dos países mais avançados, pelo menos no imediato. Dessa forma, tomou espaço o debate que iria se concretizar na NEP (Nova Política Econômica).

A NEP, por sua vez, se por um lado fez retomar a atividade econômica no país, por outro levou ao ressurgimento de uma pequena burguesia aliada à burocracia e ao fortalecimento dos setores contra-revolucionários e inimigos de que os trabalhadores pudessem retomar seu papel de protagonistas.

O problema é que todo processo social tem seu ritmo e seus tempos. A realidade não fica esperando até que surja uma solução nos termos esperados. O metabolismo social vai exigindo decisões e ao mesmo tempo impondo interesses vitoriosos que vão se fortalecendo. A burocracia foi crescendo cada vez mais, até se tornar o setor social dominante na sociedade, com interesses próprios, opostos aos do proletariado.

Quando, passados os piores anos, começavam a surgir novamente as condições para a redemocratização da sociedade soviética, já havia sido montado um gigantesco

aparato burocrático que possuía ainda traços operários, mas cuja lógica já não estava mais a serviço da expansão da revolução mundial, nem mesmo a serviço de que os trabalhadores pudessem retomar sua posição de classe organizada e dominante na sociedade. Ao contrário, vemos que cada vez mais a posição de classe dominada é a que corresponde ao proletariado, mesmo que essa dominação fosse feita em seu nome.

A burocracia começava agora a colocar seus interesses acima dos da sociedade, alertando que não iria tolerar quem se colocasse em seu caminho rumo à sua consolidação no poder. Aproveitava-se, assim, das deficiências de uma classe trabalhadora em reconstrução, sem a mesma tradição revolucionária e sem qualquer nível de organização independente.

Com expectativas de crescimento do país e de melhoria de sua situação, a classe trabalhadora passou a ser alimentada constantemente pelos discursos a respeito das possibilidades de se construir na Rússia o socialismo num só país. Era o discurso stalinista rapidamente disseminado pela sociedade.

Diante dessa classe operária que era apenas um arremedo daquela dos anos gloriosos da revolução de outubro, os apelos de democratização das estruturas de poder do estado e do partido soavam como bastante estranhos, para dizer o mínimo, ou como simples utopia.

Para a já imensa casta burocrática que proliferava por todos os poros da sociedade, a reivindicação de participação da classe operária soava como uma ameaça que era preciso remover do caminho para abrir as condições favoráveis a um ciclo de crescimento econômico que só poderia se dar às custas da superexploração do trabalho e que permitiria não apenas acomodar as necessidades mais imediatas dos trabalhadores, e assim manter sua dominação, mas também contemplar os interesses e privilégios da burocracia em crescimento.

A contra-revolução e o Estado Burocrático

É nesse contexto que podemos entender a ascensão de Stalin como o líder pragmático, inflexível e férreo que impunha suas decisões utilizando todos os métodos necessários, inclusive a deslealdade. Stálin desenvolveu essas características em anos de atuação nas profundezas do trabalho clandestino do partido, tornando-se extremamente hábil em aplicar milimetricamente as estratégias a ele designadas, não importando os custos. Ao mesmo tempo, essas características foram aprofundadas nos anos de Guerra Civil e posteriormente no trabalho burocrático do estado e do partido.

Enquanto essa personalidade pragmática e intelectualmente limitada atuava subordinada a um conjunto partidário vivo, que estabelecia os limites claros de sua atuação, os benefícios eram maiores do que as perdas e isso explica que Stalin possa ter convivido por tantos anos na militância sem apresentar grandes problemas para o partido. No entanto, ao ser alçado ao posto de secretário-geral, suas piores características se potencializaram e ao mesmo tempo

se colocaram a serviço dos interesses da burocracia.

Pode-se dizer que houve uma perfeita fusão entre os interesses sociais que Stalin representava e suas características pessoais alçadas ao posto de características dominantes, tal como num outro período as características de Trotsky estiveram em fusão com os genuínos interesses do proletariado revolucionário. Evidentemente, não se pode desprezar o papel dos indivíduos na história, mas aqui se trata de remarcar que esse papel só pode se realizar plenamente quando as condições objetivas o permitem.

Essa batalha terá vários capítulos, que se expressarão em formas de luta tanto nas fábricas como dentro do partido e do estado, até a conformação da Oposição que unificava Trotsky, Zinoviev, Kamenev e a melhor parte dos bolcheviques da velha guarda contra Stálin e seus seguidores anônimos, muito mais medíocres – à exceção de Bukárin. No entanto as condições objetivas e o controle da máquina favoreciam muito mais as posições políticas e de aparato de Stálin e seus seguidores do que as da velha guarda bolchevique.

Ao final de 1928, a burocracia consegue derrotar e esmagar as iniciativas da classe trabalhadora e das lideranças anti-burocráticas e se tornar senhora do poder.

Trotsky e muitos outros são presos e expulsos do partido e depois do país. A maior parte é enviada para Sibéria em campos de prisioneiros políticos.

A partir da ascensão do stalinismo que irá se consolidando, temos a mudança da totalidade com a burocracia se alçando ao posto dominante na sociedade e no estado, como forma de garantir sua preservação e seus interesses, contra os trabalhadores. Passamos a ter um Estado Burocrático, embora com restos de democracia operária e uma série de elementos operários de resistência, porém já em nítida desvantagem.

A contra-revolução burocrática vai durar até 1936, um período de profundos retrocessos na ação e na consciência da classe trabalhadora dentro e fora da URSS, do partido e da Terceira Internacional, combinada com a ação brutal da burocracia. Essa burocracia eliminava fisicamente não apenas qualquer oposição real, mas também qualquer germe em potencial que pudesse significar a possibilidade de um dia os trabalhadores se insurgirem contra ela.

Em 1936, com a eliminação física dentro e fora da URSS de praticamente todos os elementos de resistência, consolida-se finalmente o Estado Burocrático, já sem qualquer elemento de resistência política organizada dos trabalhadores, e que irá se manter, passando por várias fases, mas sem mudar sua essência, até 1990.

Algumas Conclusões

Vemos que o processo de burocratização da maior revolução já ocorrida na história teve seus aspectos objetivos (os determinantes, em última instância), mas também seus aspectos subjetivos que não podem ser desprezados ou tidos como irrelevantes.

Tampouco se pode manter uma posição dogmática de que tudo que os bolcheviques fizeram estava certo e se constitui num modelo a ser seguido, ou em uma teoria definitiva a ser incorporada, sem qualquer crítica ou readequação.

É preciso fazer uma reflexão muito séria sobre o caráter específico da revolução proletária em relação às demais revoluções feitas pelas classes dominantes, como a Revolução Burguesa ou às revoluções dirigidas por partidos-exércitos (Leste Europeu, China, Coréia, Cuba, etc).

A revolução proletária possui algumas características próprias das quais a principal é de que só pode se sustentar se for obra cada vez mais coletiva e consciente, sob pena de caso esse aspecto central deixe de existir se perca a própria essência da revolução.

Nos dias atuais, em que se trata de reconstruir os referenciais socialistas junto aos trabalhadores, é preciso frisar a frase de Marx em um sentido mais profundo: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.” Isso quer dizer que nenhuma outra classe ou setor burocrático será capaz de conduzir à emancipação dos trabalhadores.

Muito já foi escrito sobre a construção do(s) partido(s) revolucionário(s), necessidade indiscutível para o avanço das lutas e para a revolução, mas parece que o processo de burocratização da Revolução Russa que começou ainda sob Lênin e Trotsky fez com que, fruto do dogmatismo, a maioria das organizações incorporasse em sua teoria e em sua prática a subestimação dos organismos de base da classe trabalhadora, como se a construção do partido, por si só, pudesse garantir o sucesso da revolução. Nesse esquema, a construção do partido torna-se um fim em si mesmo que justifica até destruir um fórum de luta unitário, se este entra em contradição com a construção da sua organização naquele momento.

Por mais que essas correntes digam o contrário, sua prática as condena. O que prevalece, via de regra, é a substituição dos organismos da classe ou da juventude pelos do partido, a recusa em encaminhar decisões que não sejam as do seu partido e uma concentração crescente do poder nas esferas dirigentes, com pouca ou nenhuma ênfase ao impulso das formas de organização da base dos partidos ou próprias dos trabalhadores.

A maior lição que temos que tirar da burocratização da revolução Russa, independente dos acertos e erros dos bolcheviques, é a de que o exercício consciente e coletivo do poder pelos trabalhadores (na interação com os partidos/ organizações revolucionárias) é uma condição *sine qua non* para o triunfo e o avanço da revolução. Caso contrário, novos processos de burocratização poderão se repetir no futuro sejam eles de D.As sindicatos, centrais, partidos ou revoluções.

O papel fundamental do(s) partido(s) ou organizações revolucionárias é atuar pelo desenvolvimento do poder da classe trabalhadora e não substituí-la.

A crise e a queda do Estado burocrático

TIRAR LIÇÕES PARA O PRESENTE E O FUTURO

Alexandre Ferraz

No pós-2ª Guerra o Estado Burocrático e o stalinismo, como sua expressão ideológica oficial, saíram fortalecidos a partir da vitória contra o fascismo de Hitler. Esse prestígio foi usado como combustível para se expandir pela Europa do Leste e aumentar sua influência inclusive na Europa Ocidental, com o fortalecimento dos PC's.

Externamente, a capitulação do PCUS, os acordos de sustentação do socialismo em um só país, etc, boicotaram o avanço da luta socialista. A coexistência pacífica – política oficial do stalinismo –, não significou que o imperialismo tivesse deixado de combater qualquer projeto revolucionário dos trabalhadores, ou deixado de querer destruir ou fazer retroceder os Estados em que a burguesia fora expropriada, mas sim que a URSS abria mão de destruir o capitalismo em outros países.

Internamente, a vitória, ainda que com muitos problemas, aliada às grandes perdas humanas e os esforços de reconstrução do país, serviram para conter e disciplinar ferreamente a classe trabalhadora, que foi obrigada a produzir mais e mais, sempre a partir das necessidades do sistema controlado pela burocracia.

A ideologia dominante que traduzia essa necessidade burocrática de aumento da produção em si mesma – calcada na produção de aço, ferro e armas, ao mesmo tempo em que desprezava a produção de bens de consumo primário para os trabalhadores –, foi a de que, para provar sua superioridade frente ao capitalismo, a URSS deveria alcançar e superar a economia dos EUA. Obviamente, a meta da burocracia era manter e desenvolver a posição do sistema burocrático de produção frente aos países capitalistas, no contexto de coexistência pacífica e ao mesmo tempo de corrida armamentista e nuclear que se desenvolveu a partir da 2ª Guerra. Tal crescimento também permitiria o crescimento da burocracia e de seus privilégios, assim como o reforço de seu poder sobre os trabalhadores. Por último, também estava contido neste plano os recursos cada vez maiores para cobrir os desperdícios resultados tanto dos abusos da burocracia como do descompromisso dos trabalhadores com um sistema no qual não decidiam nada, sendo por isso mesmo insensíveis às suas necessidades.

As ameaças da Guerra Fria, na maioria das vezes artificiais, foram usadas para impedir qualquer tentativa de re-democratização na direção dos trabalhadores, por mais tímida que fosse.

No entanto, após um ciclo de grande crescimento econômico que de certa forma acompanhou o *boom* capitalista do pós guerra, teve início a partir dos anos 70 uma crise que se expressou na queda insistente das taxas anuais de crescimento.

A dificuldade cada vez maior da burocracia em manter seu poder sobre a classe trabalhadora tomou a forma de uma crise de sub-produção com uma queda acentuada nos índices de produtividade até mesmo dos bens de consumo básicos para os trabalhadores viverem. Como isso pôde acontecer?

Foi o esgotamento da própria lógica do sistema que fez com que ele ruísse. Para manter uma classe trabalhadora arredia ao trabalho alienado, no qual não decide nada e do qual pouco se beneficia, é preciso uma grande estrutura de controle. No capitalismo, apesar de haver também um aparato repressivo e regulador – o estado -, a forma de coerção fundamental é econômica, devido a necessidade de os trabalhadores venderem sua força de trabalho para sobreviverem. A forma de extração do mais-trabalho também é econômica com a apropriação privada da mais-valia pelos capitalistas individuais através do mercado.

Já nos Estados burocráticos, em que o emprego é garantido e ao mesmo obrigatório, a principal forma de coerção dos trabalhadores e extração de seu mais-trabalho é política, através do Estado. Nesta situação, torna-se necessário um aparato burocrático muito maior do que no capitalismo, que envolva desde as forças armadas até uma infinidade de supervisores, chefes, técnicos, gerentes, ideólogos do estado/partido, etc. Acima dessa rede de burocratas há outra camada superior de controle e assim por diante, como num andaime cada vez mais alto e maior em sua base, pois em um sistema de controle alienado, a menor falta de fiscalização e punição implica em grandes perdas e desequilíbrio do sistema como um todo. Para os burocratas, há a promoção, e seu incentivo reclama privilégios cada vez maiores para os postos mais altos.

Quando se tratava de aumentar a produção, tornava-se necessário estreitar os mecanismos de controle e de repressão sobre a classe trabalhadora, o que por sua vez fazia aumentar tanto o número de burocratas, quanto os privilégios exigidos por eles para fazerem toda a pesada engrenagem burocrática continuar funcionando. E assim, a enorme burocracia continuava aumentando.

Todo esse peso ficava sobre os ombros da classe

trabalhadora, que se fazia cada dia mais resistente ao controle, à medida em que o período de reconstrução pós-Guerra havia terminado e sua situação só piorava, ao passo que os burocratas levavam uma vida cada vez mais luxuosa. Em função justamente do caráter alienado do trabalho, emergia gradualmente uma série de protestos subterrâneos dos trabalhadores, desde o absenteísmo (faltas recorrentes ao trabalho), o roubo de peças, as sabotagens de vários tipos como diminuição do ritmo da produção, quebra de máquinas, greves, entre outras. O peso econômico e político da preservação da estrutura burocrática de alienação do trabalho estava se tornando pesado demais para ser mantido.

Por mais que se aumentasse a repressão e os mecanismos burocráticos de controle, de modo a impor aos trabalhadores uma taxa maior de exploração e obrigá-los a aceitar a piora das suas condições de vida, estava difícil obter resultados pela repetição dos antigos métodos. Era clara a necessidade de uma mudança de rumos e, nesse contexto, havia apenas dois grandes caminhos a seguir:

- ◆ mudar radicalmente o sistema de metabolismo social, entregando ao trabalho o controle do processo de produção e o estado, reduzindo drasticamente o tamanho da burocracia e seus privilégios e apoiar e impulsionar a revolução em outros países, hipótese impensável para a burocracia.

- ◆ modificar os mecanismos burocráticos de controle alienado para os outros mecanismos, também alienados, baseados na lógica de mercado, que seriam mais eficazes e de menor custo financeiro. Nessa mudança estavam desde os prêmios financeiros para os gerentes cujas empresas cumprissem as metas de produção até o fim dos subsídios estatais às empresas que tivessem prejuízo e a permissão para que as empresas comprassem e vendessem no mercado negro como forma de obter peças e matérias primas escassas e, ao mesmo tempo se desfazer do excedente, no caso das empresas com melhor rendimento.

A burocracia optou pelo segundo caminho, tentando manter seu controle sobre o sistema. Mas a implementação desses mecanismos iniciais de mercado se revelaram insuficientes, exigindo outros. A restauração capitalista dava seus primeiros passos, com o aumento da diferenciação entre as empresas e a constituição das máfias a partir do mercado negro que se desenvolvia sob as vistas grossas da burocracia. Um setor da burocracia começou a acumular riquezas de forma individualizada e a depositar em bancos na Europa. Combinada aos incentivos financeiros para os gerentes, aplicava-se férrea repressão a qualquer movimento grevista ou democratizante dos trabalhadores.

A restauração do capitalismo

Com o aprofundamento da crise do sistema e a acumulação de riqueza nas mãos de um setor importante da burocracia, a solução que começou a se tornar mais interessante foi levar às últimas conseqüências a lógica de mercado, ou seja, à restauração direta do capitalismo.

Mas havia divisões no seio da burocracia em relação aos

ritmos do processo de restauração capitalista. A ala de Gorbachev na cúpula do PC, que representava a burocracia mais tradicional, tentava impulsionar uma restauração controlada do capitalismo desde 1985, com a Glasnost e a Perestroika. Essa estratégia visava garantir um tempo para esse setor da burocracia se adequar à nova realidade, migrando do papel de burocratas para o de empresários. Mas a desagregação do sistema foi muito mais rápida com a queda do Muro de Berlim, em 1989 na Alemanha Oriental, atingindo rapidamente a URSS.

Isso agravou ainda mais o problema e fez o outro setor da burocracia, que desejava a restauração imediata, assumir o controle. Esse grupo representava o setor mais rico da burocracia, das máfias russas e também de empresários estrangeiros que desejavam se apossar rapidamente das empresas do estado e assim garantirem sua entrada privilegiada no novo mundo do capitalismo russo. Também tinha o apoio das principais potências como EUA e Inglaterra, que rapidamente abandonaram Gorbachev aos leões. O novo líder à altura desta tarefa era Ieltsin que, a seguir, não hesitou em reprimir duramente os movimentos dos trabalhadores e bombardear o parlamento diante da negação dos deputados em acelerar os ritmos da restauração.

A estratégia era privatizar a preços irrisórios tudo o que fosse possível, aumentando o enquadramento e as ameaças de demissão para os trabalhadores que não cumprissem as metas – até então havia a obrigação por parte do Estado de contratar todos os trabalhadores. O desemprego massivo seria a única forma de disciplinar a força de trabalho e aumentar os índices de produtividade. Ao mesmo tempo, o setor mais privilegiado e mafioso da burocracia já havia acumulado em suas mãos condições de adquirir boa parte das empresas. Outra parcela foi adquirida por grupos estrangeiros.

A restauração do capitalismo foi feita, mas ao contrário de produzir o tão alardeado progresso, levou ao fechamento de milhares de empresas que não se adaptavam aos padrões de lucratividade exigidos, e à demissão de milhões de trabalhadores, o que agravou substancialmente o nível de miséria e criminalidade. As forças produtivas foram em larga escala destruídas e agora, passados quase vinte anos, é que a Rússia está alcançando o nível de produção anterior à restauração.

No entanto, grande parte da economia não foi privatizada por uma simples razão: não era lucrativa o suficiente. O Estado continuou mantendo esses ramos, quando eram necessários para o funcionamento do novo sistema. O que se viu então na Rússia foi sua desindustrialização e um novo padrão econômico baseado na dependência cada vez maior da venda dos seus recursos minerais como o petróleo, o gás e no seu poderio militar.

Por que os trabalhadores não apresentaram outra alternativa?

A falência do regime burocrático foi antes de tudo decorrência do esgotamento de sua própria lógica. Não

houve nem Guerra Civil nem invasão externa por parte do imperialismo que levasse à queda do regime burocrático. O sistema caiu sozinho.

Por isso, não havia naquele momento a alternativa de manter o regime burocrático em substituição à restauração capitalista, como muitos defenderam ou lamentam ainda hoje. A única saída viável ao regime burocrático teria sido a revolução operária que quebrasse o estado burocrático e o substituísse por seus organismos de base, ao mesmo tempo que assumisse o controle das fábricas e os meios de distribuição da riqueza. Mas, desgraçadamente, a classe trabalhadora não estava à altura dessa enorme tarefa naquele momento.

Uma outra parte de dirigentes e teóricos responde prontamente que o problema foi a falta de uma direção revolucionária, sacando da manga a velha carta surrada que, à ausência de uma explicação mais profunda, pode ser sempre utilizada para convencer os militantes ou ativistas com menos formação.

Não estão de todo errados. É óbvio que não havia direções revolucionárias que pudessem apresentar uma saída socialista conseqüente à restauração do capitalismo. Mas a questão continua sem resposta, pois é preciso perguntar: por que no país da Revolução de Outubro não surgiu um partido revolucionário conseqüente justamente no período de crise da burocracia?

Esses dirigentes apresentam os fatos como se o(s) partido(s) revolucionários pudessem cair do céu ou serem construídos apenas pela vontade de militantes bem intencionados e voluntariosos. Infelizmente, as coisas não são assim. Um partido grande, com influência de massas, capaz de interferir no rumo da luta de classes, não é resultado apenas da vontade e abnegação dos militantes, por maiores que estas sejam. É preciso que estejam dadas algumas condições tanto objetivas quanto subjetivas, como o estágio das lutas, a organização dessa classe, seu nível de consciência, das quais o(s) partido(s) seja(m) a expressão mais consciente.

O(s) partido(s) revolucionários podem e devem agir sobre a classe trabalhadora no sentido de disputar sua consciência de conjunto. No entanto, sua existência a ponto de conseguir desempenhar essa função significa já algum nível de avanço espontâneo da consciência de classe que o partido busca generalizar e aprofundar. De outra forma, como seu discurso poderia ter influência?

Dependendo do nível da consciência e organização da classe, a construção dos partidos revolucionários pode ser bem ou mal sucedida. Qualquer visão que menospreze as condições subjetivas reais da classe sobre as quais se constroem os partidos revolucionários de massa significa cair no voluntarismo ou no ceticismo, ambos estéreis.

E qual era a situação dos trabalhadores e da vanguarda no Leste Europeu, em particular na URSS, a ponto de eles não terem conseguido propiciar a construção de organizações revolucionárias à altura daqueles acontecimentos?

Internamente, os regimes da Ex-URSS e posteriormente os do Leste Europeu eram marcados pelo aniquilamento

das mínimas liberdades democráticas, conquistadas durante o processo revolucionário de fevereiro e outubro. Eram Estados onde uma minoria controlava todas as decisões importantes e se apropriava do produto do trabalho da imensa maioria do povo. Assim, a idéia e a experiência que os trabalhadores formaram do “socialismo real”, imposto durante décadas pelas burocracias, era de algo extremamente opressor, que representava a manutenção da exploração e dos privilégios de uma minoria, através do controle do Estado.

Ao final dos anos 80, o capital entrava em uma nova etapa de sua mundialização, ao mesmo tempo em que desenvolvia no interior das fábricas, comércio e bancos um conjunto de novas formas de gestão e controle da produção, serviços e da mão-de-obra que tinha como principais finalidades quebrar a coesão das categorias de trabalhadores, destruir sua consciência de classe e de categoria e também criar formas de extrair maiores taxas de mais-valia. Mas esse lado da chamada globalização ainda não era visível para os trabalhadores do Leste Europeu.

Reprimidos pela burocracia, impedidos de circular sequer pelo próprio país, vivendo ao lado da Europa rica (sustentada pela super-exploração dos países da periferia), sem qualquer referencial socialista verdadeiro que pudesse fazer frente àquela situação, com sua memória histórica desfigurada e com a enorme confusão entre socialismo e poder burocrático que foi plantada em suas cabeças por décadas e décadas, os trabalhadores não tiveram condições de apresentar uma saída própria.

Assim, tanto a burocracia daqueles Estados como a burguesia imperialista puderam aproveitar essa situação para impulsionar de vez a restauração capitalista naqueles países, acabando com as conquistas ainda existentes desde a expropriação da burguesia, como a saúde e educação públicas e universais, pleno emprego, previdência pública, o direito à moradia, à luz, ao aquecimento, à água, etc.

Tudo isso passava agora a ser mercadoria, acessível apenas a alguns. Além disso, a restauração capitalista em todo o Leste Europeu e posteriormente na China fez com que se modificasse a situação internacional, abrindo o período reacionário dos anos 90.

Ao mesmo tempo, a burguesia imperialista pôde sair apregoando no mundo inteiro a “morte do socialismo”.

Vitória ou derrota? A realidade é mais contraditória...

Como toda nova realidade contraditória, seus aspectos progressivos e negativos não se mostraram ao mesmo tempo e nem na mesma proporção.

A queda dos regimes do Leste apresentou logo e com maior ênfase seu lado negativo, o que fez muitos adotarem posturas saudosistas do stalinismo, como se ele pudesse ter se mantido, prognosticando uma etapa contra-revolucionária.

Outras correntes, por outro lado, limitaram sua análise ao lado positivo, ou seja, a queda do maior aparato contra-

revolucionário já constituído na história, apontando que a partir de então estariam abertas as vias da revolução socialista mundial. Embarcaram por essa via para, no momento seguinte, mergulharem numa profunda crise, quando a realidade desmentiu essas análises ufanistas. Mesmo assim, a queda do stalinismo como um fator de liberação dos movimentos sociais permaneceu como o aspecto central na análise de correntes importantes, que mantêm uma concepção facista da luta de classes.

Essa visão decorre da pouca importância que estas correntes dão à subjetividade da classe trabalhadora, à sua consciência. De acordo com essa visão, ainda predominante, ao cair o stalinismo, haveria um desbloqueio imediato das lutas sociais e se abririam novas e melhores oportunidades para a intervenção dos partidos revolucionários, o que de fato não aconteceu bem assim. Os desafios hoje são diferentes, mas nem por isso mais fáceis, dado a crise que atingiu a classe trabalhadora e o próprio movimento socialista.

De nossa parte, julgamos importante remarcar que os resultados contraditórios ainda dão a tônica sem que hoje se possa afirmar que tenha vencido ou predominado os aspectos negativos ou positivos da crise aberta desde então.

O que temos visto é que, por mais que o stalinismo tenha perdido sua força de aparato mundial centralizado, aspecto este o mais progressivo resultante da queda dos regimes do Leste, o mesmo não acabou totalmente, reciclando-se em outras variantes contra-revolucionárias. Além do mais, surgiram outros aparatos que passaram a ocupar o seu lugar no papel de contenção dos movimentos ou em desviá-los das propostas socialistas e revolucionárias.

Isso só pode se explicar pelo fato de que, embora os novos aparatos ou os velhos reciclados sejam muito mais fracos que o stalinismo, apóiam-se sobre uma situação em que o sistema capitalista inovou suas formas de exploração e controle ideológico. Além disso, a confusão criada tanto pela burocracia quanto pela burguesia, de que os regimes do Leste eram socialistas, fez com que seu fracasso trouxesse uma brutal crise de alternativas socialistas, sem dúvida o elemento problemático central que atravessa as lutas dos trabalhadores e dos oprimidos em geral.

A profunda crise de alternativas e a possibilidade de sua resolução

A crise de alternativas socialistas significa que a classe trabalhadora e os explorados lutam bravamente, mas estão desprovidos de um projeto maior, alternativo ao capitalismo. Um projeto político e estratégico que a classe trabalhadora possa se dispor a organizar, construir e depositar sua confiança; que sirva de referência para as lutas imediatas. Por isso, mesmo suas expressões de luta mais avançadas têm sido contidas, desviadas, ou derrotadas diante das artimanhas da burguesia.

O conceito de *crise de alternativas socialistas* – abrange o conceito trotskista de *crise de direção*, mas o supera, fornecendo uma explicação muito mais profunda para os problemas que

a classe trabalhadora enfrenta e das tarefas colocadas, pois diz respeito tanto à ausência de direções socialistas revolucionárias com influência de massas (crise de direção), como também às defasagens mais estruturais na *consciência* da classe trabalhadora. Essas defasagens só poderão ser superadas pela combinação entre os avanços das lutas da classe trabalhadora e a intervenção das organizações revolucionárias no sentido de ajudar e impulsionar o desenvolvimento da subjetividade (consciência) e organização da classe.

A crise de alternativas socialistas da classe trabalhadora é a grande explicação para a permanência do capitalismo degenerado. Combatê-la é a tarefa central dos revolucionários neste período em que estamos. Isso significa retomarmos e valorizarmos a construção da subjetividade socialista e revolucionária da classe trabalhadora e de sua vanguarda.

O questionamento cada vez maior da “globalização”, do “neoliberalismo” e seus efeitos, assim como a crise de “legitimidade” cada vez maior do sistema capitalista aponta para a *possibilidade* de a classe trabalhadora superar a crise em que se encontra e retomar o caminho socialista que foi perdido devido à burocratização da URSS e a restauração do capitalismo.

É preciso voltar à polêmica sobre os chamados Estados operários burocratizados

A elaboração de Trotsky do conceito de *Estado Operário Degenerado*, para a URSS – depois estendido pelos trotskistas para outros Estados dominados pelos PC’s no pós-guerra – , revelou-se uma tentativa problemática de responder à nova realidade daquele momento. Ao atribuir à estatização da economia a característica central de um estado operário, silenciava sobre as verdadeiras relações políticas e sociais existentes no interior do estado e na própria sociedade, ou seja, a dominação e exploração continuavam se impondo sobre os trabalhadores e eles não eram de forma alguma a classe socialmente e nem politicamente dominante. Menosprezou-se o fato de que os trabalhadores não detinham qualquer poder na sociedade que estava se construindo.

O conceito de estado operário degenerado deixado por Trotsky, ainda que com ressalvas, foi defendido dogmaticamente pelos trotskistas, que desse modo não puderam entender a profundidade do papel nefasto cumprido pela burocracia sobre a consciência dos trabalhadores e a carga negativa que o socialismo tinha adquirido naqueles países. Assim, quase todos foram pegos de surpresa com a restauração capitalista daqueles países. A crise foi geral e levou a muita confusão, divisões, expulsões...

Além disso, até a queda dos regimes de Leste, a grande maioria das correntes trotskistas seguia defendendo que a tarefa colocada naqueles países era uma Revolução Política, ou seja, limitada à esfera do Estado, sem ressaltar que na verdade tratava-se de realizar uma revolução muito mais profunda, *política e social*, pois além de remover a burocracia

era preciso devolver aos trabalhadores o controle sobre a produção, sobre a distribuição da riqueza social e a gestão dos locais de trabalho. Resumindo, as tarefas eram muito mais profundas devido ao fato de que o Estado que lá existia não tinha qualquer traço que o pudesse caracterizar como um Estado operário, apesar da propriedade ser estatal.

De lá para cá, muitos autores têm escrito sobre a caracterização daqueles Estados, dos quais os que nos parecem ter respostas mais interessantes são Meszáros (capítulo 17 da obra *Para Além do Capital*) e Andrés Romero (*Después del Stalinismo*). As reflexões aqui desenvolvidas têm como base a leitura dessas obras. Ambos os autores, apesar de utilizarem pontos de partida diferenciados, são taxativos quanto à impossibilidade de caracterizar os Estados que existiam na URSS e no Leste Europeu como Estados Operários, ou mesmo Estados Operários Burocratizados, pelo menos desde 1936. E, de fato, todos os principais elementos que grande parte da esquerda usa para caracterizar o caráter de classe de um Estado não permitem classificá-los como Estados Operários, mesmo colocando o complemento contraditório *Burocratizado*.

Um Estado Operário pode ser burocratizado até que ponto?

É preciso de uma vez por todas separar claramente o conceito de um poder dos trabalhadores, ainda que burocratizado, dentro de certos limites, com o extremo que atingiu a burocratização na URSS e nos demais Estados do Leste.

Hoje, temos todas as condições para afirmar que, apesar dos enormes avanços que haviam representado a expropriação da burguesia e a estatização da economia, o processo foi interrompido, não havendo a passagem para uma sociedade socialista. Ao contrário, com a burocratização stalinista, a economia estatizada sob controle dessa enorme burocracia parasitária degenerou-se em um modo imprevisto de exploração e opressão sobre os trabalhadores. Sob o rótulo cínico de “socialismo real”, essas burocracias construíram um regime totalmente diferente dos propósitos revolucionários.

O conceito de Estado Operário Burocratizado foi uma caracterização conscientemente contraditória feita por Trotsky, já que o mesmo dizia tratar-se de uma situação transitória. E de fato, pois o termo Estado operário é um contraposto lógico ao adjetivo burocrático, pois quanto mais burocratizado for o Estado, menos operário ele será. Em contraposição, para que o Estado seja operário ao extremo, ele precisa eliminar ao máximo os traços burocráticos. Essa era, desde o início, a disjuntiva colocada para a sociedade russa e para os trabalhadores em particular.

A burocracia que começou a se alçar à condição de setor dominante na sociedade russa desde o final da Guerra Civil, aproveitando-se das dificuldades dos trabalhadores para se colocarem como classe dominante (processo este já citado em artigo desta revista). A partir desse momento foi se tornando um setor social cada vez mais emancipado da classe

trabalhadora, chegando a adquirir proporções, um grau de afastamento e de privilégios em relação à classe trabalhadora que impediam que fosse considerada como uma parte – ainda que privilegiada – da classe trabalhadora.

Trotsky mesmo já apontava que a burocracia possuía traços pequeno-burgueses cada vez maiores. Mesmo não sendo a proprietária jurídica dos meios de produção, ela possuía o controle real sobre o processo de produção, e sobre a mais-valia extraída, cuja parte importante era destinada para sustentar seus imensos privilégios.

Não de uma vez, mas em várias etapas, o conteúdo burocrático do Estado foi se impondo sobre o aspecto operário, até anular completamente qualquer característica operária deste Estado. A burocracia conquistou o domínio total do estado nos anos de 1935-36 quando eliminou milhares de ativistas e velhos revolucionários nos processos de Moscou, bem como promoveu os deslocamentos para campos de concentração de todos os que ousassem desafiar seus planos.

E isso ocorreu ainda em vida de Trotsky, sem que no entanto ele pudesse precisar a fundo essa nova realidade, devido a uma série de fatores, entre eles seu isolamento cada vez maior da realidade da URSS, nos mais de 10 anos que passou no exílio.

Seguir considerando a burocracia daqueles países como parte da classe trabalhadora foi uma ingenuidade e superficialidade que levou os trotskistas a apresentarem uma crítica superficial daqueles regimes e, portanto, respostas também superficiais. O conceito de Estado operário não consegue explicar nem os Pactos de Ialta e Potsdam, nem a invasão das tropas russas à Hungria (1953) e à Polônia (1956) para reprimir os movimentos pela democratização daqueles países, nem a ocupação do Afeganistão, etc. Como um Estado dos trabalhadores – mesmo burocratizado – poderia agir desta forma? Estava claro que aqueles estados não tinham mais nada de *operário*.

Por fim, esse conceito não serviu para armar as organizações para a queda daqueles regimes e para as dificuldades que existiram devido à brutal alienação e crise de alternativas existente na classe trabalhadora daqueles países. Assim, a consequência seguinte foi a crise dos anos 90 que se estende até os dias atuais, pois todas ou grande parte das correntes não entendiam o porquê de nem sequer passar pela cabeça dos trabalhadores a idéia de fazer a revolução política, preferindo a restauração do capitalismo.

Lembramos aqui que o fato de não caracterizar a URSS como um Estado Operário em hipótese alguma significaria não defendê-la perante uma agressão de outro país capitalista ou imperialista ou não lutar contra a restauração do capitalismo, como muitas vezes se alegou. Mas também não significaria o apoio ou o silêncio diante das invasões da ex-URSS a outros países sem qualquer apoio dos trabalhadores de lá, sob a alegação de que uma invasão da URSS a outro país como o Afeganistão, era a possibilidade de criação de mais um Estado Operário.

É preciso ir além e entender o papel social que essa burocracia cumpria, qual seja, o de *personificação do capital* como

afirma Meszáros, o papel de controladora e disciplinadora da força de trabalho pela imposição, contra os interesses da classe trabalhadora e em favor de seus próprios interesses, como “algo menos que uma classe e algo mais que uma simples casta”, nas palavras de Andrés Romero.

Quais os critérios para se definir se um Estado operário se tornou um Estado burocrático?

Àqueles que afirmam que o Estado operário se define pelo fato de lá a propriedade ser estatizada, podemos dizer hoje que isso não basta, por mais que em determinadas condições o fato da propriedade ser estatizada possa refrear o nível de extração da mais-valia dos trabalhadores e permitir um grande nível de investimento social, à medida que a mais-valia antes direcionada para o lucro da patronal passa a ser administrada pelo Estado. Porém, nada mais que isso. A estatização não significa por si só que o Estado passa a ser um Estado operário.

O principal critério para se definir se um Estado é operário ou não é saber se a classe trabalhadora detém de fato o poder na sociedade. Isso pode acontecer mesmo que a burguesia ainda não tenha sido expropriada – embora apenas por um período, pois essa situação contraditória tende a levar ou à expropriação da burguesia pelo Estado proletário ou à contra-revolução. No entanto, pode existir a propriedade estatal generalizada sem que se possa afirmar que o Estado correspondente seja necessariamente um Estado operário. Tudo dependerá de ser ou não a classe trabalhadora quem de fato exerce o poder no Estado e na sociedade.

Como a classe trabalhadora é uma classe coletiva, só pode exercer seu poder coletivamente e de forma mais ampla possível em cada momento, através dos seus organismos.

A partir de um certo nível de burocratização, que não pode ser determinado a priori, o caráter operário do Estado pode ser destruído, negado, tornando-se um Estado Burocrático, mesmo que a propriedade continue estatizada. Apesar desse ponto não poder ser apresentado de antemão, há algumas características que podem ajudar a identificar se um Estado deixou de ser operário e se tornou um Estado burocrático:

a) Quando o Estado não se apóia mais sobre o funcionamento vivo das organizações de base dos trabalhadores, mas na hierarquia burocraticamente nomeada por cima.

b) Quando o estado de um meio a serviço dos trabalhadores – para que estes se eduquem e exerçam esferas cada vez mais amplas da atividade do poder –, torna-se num meio de afastar os trabalhadores das decisões que dizem respeito à sociedade e reprimir todas as suas manifestações.

c) Quando o Estado deixa de atender aos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores.

d) Quando o Estado se torna um meio de frear o processo revolucionário não apenas no interior do país, mas também no exterior, sabotando as lutas e as revoluções que possam

ter influência nos trabalhadores do seu país.

e) Por último, quando esse Estado passa a trabalhar de forma escondida ou abertamente pela restauração do capitalismo no país.

Uma das conseqüências nefastas para o programa e a teoria do socialismo foi a transformação da estatização em um fetiche, como algo que caminha por si próprio na direção do socialismo, independente de que classe ou setor social controle o Estado. Pior ainda foi a identidade completamente falsa que o stalinismo estabeleceu entre estatização e socialismo.

A estatização da economia é um passo imprescindível e incontornável do processo revolucionário que se propõe a destruir o capitalismo e começar a construção socialista, mas ela não possui a capacidade própria de conduzir ao socialismo e nem sequer manter indefinidamente o regime estatal.

Os acontecimentos do Leste Europeu trouxeram a trágica lição de que a estatização só pode ser considerada um passo no sentido do socialismo se estiver sob controle e gestão coletiva dos trabalhadores. Caso contrário, tende a se consolidar como um modo, ainda que transitório e instável, de opressão e exploração sobre os trabalhadores, e a médio prazo retornar ao capitalismo, como ocorreu com os Estados do Leste. Não se trata de purismos, mas de preservar a única possibilidade de garantir que o processo de emancipação não se deterá ou retrocederá.

No Brasil, por exemplo, a partir do questionamento dos planos neoliberais, a maioria dos partidos socialistas passou a defender a reestatização das empresas privatizadas, sem, no entanto, frisar que as mesmas só poderão desempenhar de fato uma função social progressiva para a sociedade se estiverem sob o controle dos funcionários e dos demais trabalhadores, e não sob o controle do Estado burguês.

Lições fundamentais a serem tiradas

Passados quase 20 anos da queda dos regimes do Leste Europeu é fundamental fazermos um balanço das principais lições sobre as quais podemos refletir:

◆ Um Estado Operário só pode ser um instrumento transitório de organização, não apenas da produção social, mas também da defesa e expansão da revolução até que o mundo inteiro seja socialista. No entanto, esse é um processo que pode durar décadas até se completar. Até lá, a classe trabalhadora do país em questão deve ser formada e incentivada para exercer o poder de forma cada vez mais ampla, e não mergulhada no trabalho alienado, como aconteceu e ainda acontece em países que se intitulam falsamente de socialistas.

◆ Os trabalhadores, suas organizações de base e os partidos revolucionários devem dar muito mais atenção do que a que tem sido dada à questão da burocratização como um fenômeno social dos mais perniciosos dentro do movimento e mais grave a partir da tomada do poder pela classe trabalhadora.

◆ A tendência do processo de burocratização na

sociedade atual é objetiva, isto é, independe da nossa vontade e tem por base o afastamento das tarefas cotidianas daqueles dirigentes e elementos mais capazes ou com mais tempo, passando a desenvolver apenas as tarefas de planejamento ou elaboração teórica. Embora em certa medida inevitável dentro da sociedade atual, deve ser controlada e minimizada, como forma de impedir que se torne o elemento predominante na dinâmica dos movimentos e ainda mais em futuros Estados Operários.

◆ Por seu papel dentro do funcionamento da sociedade, de um sindicato ou de um partido, e pelo processo espontâneo de acomodação e privilégios, a burocracia, qualquer que seja ela, sempre possui a tendência de se autonomizar em relação ao objetivo para o qual foi criada, adquirindo interesses e um modo de pensar e agir próprios, diferentes e cada vez mais opostos aos interesses dos trabalhadores.

◆ Em sua função, a burocracia está em condições de sabotar as decisões tomadas mesmo pelo mais democrático dos fóruns dos trabalhadores. Por esse motivo, deve existir o constante controle e a troca de funções, bem como o rodízio periódico dos ocupantes dessas funções. Todos os mandatos e funções devem ser revogáveis e não permitirem ganhos acima de um trabalhador médio.

◆ Acima de tudo, deve-se lutar pela maior participação possível em cada momento dos trabalhadores, pois esta é no fundo a única garantia de que o processo avance cada vez mais e não se perca.

◆ Um Estado operário, assim como um sindicato ou um partido político pode ser mais ou menos burocratizado, mas apenas dentro de certos limites, pois a natureza da classe trabalhadora enquanto classe coletiva que só pode produzir coletivamente e, portanto, exercer o seu poder coletivamente, exige um mínimo de democracia operária e seu aumento contínuo para que as funções típicas do Estado possam ir sendo reabsorvidas pela sociedade.

◆ Aqui deve-se mesmo combater as versões que justificam a completa eliminação da democracia operária em função das ameaças externas ou internas. Vale lembrar que a melhor forma de engajar o conjunto ou a maioria dos trabalhadores em suas lutas sempre tem sido a garantia de fóruns de decisão minimamente democráticos, onde se possa discutir e votar as decisões por maioria. A coesão da classe e de sua vanguarda não se faz a partir da imposição da vontade individual ou de um grupo, por mais iluminado que este seja. Evidentemente, não estamos falando de momentos excepcionais como o de uma Guerra Civil, onde seja necessário a maior centralização possível sob o comando de um Estado maior, altamente qualificado e confiável. Mas mesmo a formação desse Estado maior, que não pode ser

composto por apenas um partido ou organização revolucionária, não se faz da noite para o dia, mas se constitui como produto de uma “seleção natural” de décadas, em que o movimento tem condições de produzir e testar seus líderes mais capazes. Além disso, mesmo em um processo de Guerra Civil a democracia operária pode até ser restringida, mas não pode ser completamente eliminada, sob pena de, passado esse período, não ser mais possível retornar ao regime anterior. Assim, devem haver fóruns gerais de discussão, deliberação, avaliação das lideranças e escolha das novas equipes a partir do balanço.

◆ Desde as lutas imediatas e específicas dos trabalhadores, já deve-se começar a construir tanto a consciência como a prática da democracia operária, a fim de que a classe trabalhadora possa ir exercitando e experimentando formas de gerir suas lutas e organizações, como treino para a gestão futura do Estado operário rumo ao socialismo.

◆ O papel dos partidos ou organizações revolucionárias é impulsionar esse processo, apresentando suas propostas e programas no interior das lutas e dos organismos de frente única dos trabalhadores, e não substituindo o processo de organização próprio da classe trabalhadora pelo partido. Qualquer situação em que o(s) partido(s) esteja(m) substituindo a classe em suas tarefas deve ser vista como um desvio de conduta e um problema a ser enfrentado rapidamente e não tratado como a realização da ditadura do proletariado por excelência.

◆ Os erros e situações limites acontecidos na Rússia, mesmo durante o período de Lênin e Trotsky, devem ser encarados como fruto de uma realidade de extremo isolamento e como um desvio de rota, não como um modelo a ser seguido sempre e em todo lugar.

◆ Na relação dialética entre os organismos de base da classe e o(s) partido(s) revolucionários(s) não servem nem o menosprezo da forma partido como organização política de vanguarda da classe trabalhadora, nem o fetichismo do partido como fim em si mesmo, à revelia das tarefas gerais do movimento.

◆ A construção dos partidos e organizações revolucionárias deve se dar ligada e em sintonia com o processo das lutas e da organização dos trabalhadores. Se os interesses da construção do partido ou organização estão entrando em choque com as tarefas do movimento, é porque a política e o programa geral desse partido não respondem às necessidades da classe e, nesse caso, essa elaboração deve ser revista para não dar origem a uma atuação também alienada dos militantes em relação aos trabalhadores, como no estilo de uma igreja.

Partido, Estado e Organizações do proletariado na transição socialista

José Dalmo

Introdução

O Estado surgido com a Revolução Russa constitui um elemento tão importante da história, que, nas palavras de Hobsbawm, marcou o início do século XX, mudando todos os parâmetros da luta de classes mundial. Abre-se um novo período histórico, que vai marcar a correlação de forças na luta de classes mundial até 1989/1991.

Se olharmos alguns aspectos da tomada do poder, como a preparação, o papel do sovietes, do partido bolchevique e dos milhares de militantes que colocaram em andamento o maior projeto revolucionário da história do proletariado, há poucas discussões que dizem se deu certo ou não, por um simples motivo: foi vitorioso. No entanto, se nos dedicamos a estudar o pós-revolucionário, principalmente a partir da consolidação da burocracia stalinista, as discussões são infundáveis e a conclusão é o inverso da primeira: as coisas não saíram como todos sonhavam.

E um desses temas que causam horas infundáveis de discussões é a relação Estado-partido-movimento após a tomada de poder, que na Rússia teve contornos dramáticos, uma vez que a disputa pelo projeto estratégico no partido logo se estendeu ao Estado e demais instituições soviéticas, e daí por diante existia pouca diferença entre partido, Estado e entidades do movimento de massas, como os sindicatos. O controle do partido garantia o controle de todo o aparato estatal e, conseqüentemente, o controle sobre toda a vida social da sociedade soviética. Stálin e sua camarilha, controlando o partido, controlam todas as esferas da sociedade. Havia notadamente uma confusão entre partido e Estado. Trotsky, em *A Revolução Traída*, é categórico: “*A GPU tornou-se o fator decisivo da vida interna do partido*”.(1) Os sovietes, que expressavam o poder do conjunto da classe trabalhadora e dos soldados revolucionários, também perderam o ímpeto e já não tinham vida orgânica ou qualquer papel revolucionário.

É nesse labirinto que estamos entrando, e se vamos conseguir sair ou, ao contrário, nos perder ainda mais, só poderemos responder ao fim deste artigo, mas uma coisa é certa: aqui faremos apenas algumas observações iniciais que objetivam uma primeira aproximação com o tema, de forma que seria importante que outros também participassem desse debate.

Ainda em forma de introdução, acredito que principalmente a relação partido-movimento é uma questão

fundamental para a esquerda revolucionária, pois na atualidade não são poucos os casos em que as esferas de decisão das entidades são substituídas pelo partido.

Um esclarecimento importante é que, pela intensa discussão que existe a respeito do conceito de classes sociais, e que aqui não é possível desenvolver, neste texto nos referimos ao proletariado como o conjunto daqueles que vendem sua força de trabalho – mesmo numa sociedade em que a burguesia foi expropriada, mas manteve-se o trabalho assalariado ainda que sob nova forma(2). Nesse rol incluímos, por exemplo, professores, operariado industrial, assalariados de prestação de serviços, trabalhadores rurais, etc.

Estado

O livro *Estado e Revolução* de Lênin tornou-se um clássico porque conseguiu “juntar” as partes mais importantes da elaboração do marxismo sobre o Estado, em especial o papel que ocupa no período de transição, ou seja, da ditadura do proletariado. É um texto citado por inúmeros autores, mas a pergunta que deve ser feita é: por que não se aplicou a política ali exposta por Lênin?

Para o marxismo, há um período entre a tomada do poder e o socialismo que serve de preparação, de desenvolvimento das condições históricas para o desaparecimento do Estado ou, nas palavras de Lênin, para o seu definhamento. Nesse período de transição, o Estado não deixa de existir, mas também já não cumpre o papel de manter os trabalhadores sob controle, como um poder político acima da sociedade.

Esse Estado de transição tem como característica principal estar nas mãos do proletariado, que o controla através das organizações do conjunto da classe trabalhadora, se colocando como um instrumento a serviço da defesa e expansão da revolução socialista e ao mesmo tempo a serviço do desenvolvimento do poder dos trabalhadores, re-organizando a produção e a força de trabalho, os investimentos necessários para setores essenciais como a educação, saúde, infraestrutura, etc. O proletariado organizado enquanto classe exerce de fato o poder, através de seus organismos

“*O proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado*” (Lênin). Cada palavra de um grande teórico tem um sentido exato e nos parece que a expressão “o proletariado se apodera” demonstra com nitidez a idéia de Lênin de que o ato de condução do processo de transformação da sociedade deve ocorrer com o proletariado organizado, ou seja, através de

suas organizações decidindo sobre tudo que diz respeito à organização da sociedade. Assim, o proletariado deveria ocupar o papel central nesse processo.

A contradição que aqui se levanta é que a política de fortalecimento do Estado e o controle férreo dele pelo partido substituiu, passou por cima da única classe social que historicamente pode levar à frente a transformação. As direções dos processos revolucionários do século XX (na Rússia a partir da era stalinista) tiveram uma política que alijou o proletariado dessa tarefa, colocando o partido como o grande condutor. Nessa esteira, também foram construídas imagens dos líderes desses partidos, como os “grandes timoneiros” das transformações, ou seja, substituiu-se uma classe por um personagem. É evidente que assim a emancipação dos trabalhadores *não* será obra dos próprios trabalhadores.

Essa prática e concepção foram a grande negação do projeto estratégico marxista-leninista.

A idéia de poder dos e para os trabalhadores está diretamente associada à construção da ditadura do proletariado e esta, ao contrário do que querem fazer crer o stalinismo e a burguesia, é a maior expressão de democracia, pois a maioria da sociedade decidirá sobre o seu próprio destino. A ditadura do proletariado deve (no caso da ex-URSS, deveria) significar a combinação do máximo rigor e combate ao imperialismo e à burguesia junto ao desenvolvimento de formas de controle democrático por parte do proletariado de todas as instituições, o que não ocorreu no Estado soviético.

Partido e organizações do movimento de massas

Não há um só texto que trate da revolução russa que não faça referência aos soviets, uma das máximas expressões da revolução e que se tornou referência para todas as gerações futuras, pois representava, de uma maneira totalmente inovadora, o conjunto do proletariado em ação, com um poder de mobilização poucas vezes visto. Também é significativo o papel do partido bolchevique que dirigiu a revolução de outubro, pois conseguiu compreender o momento histórico e as tarefas que dele decorriam, orientando as organizações do movimento de massas com táticas e estratégia bem definidas.

A combinação de uma forte organização de poder do proletariado com a liderança de um partido como o bolchevique é inovadora na história e tem grande destaque na revolução. Victor Serge é quem chama a atenção para essa questão: *“A insurreição de Petrogrado é, ao contrário, a primeira realização de um tipo novo de revolta armada, que a insurreição de Hamburgo, em 1923, iria repetir. A conjuração de um grande partido nela se conjuga com a ação das massas: ambas se desencadeiam num momento determinado, após preparação minuciosa; o imprevisto é reduzido ao mínimo; as forças envolvidas são empregadas com a maior economia (...) os acontecimentos de Petrogrado e de Moscou mostram, pelo seu contraste, a enorme superioridade das ações bem organizadas*

sobre os movimentos em que predomina a espontaneidade...”(3)

O partido, como organizador dos elementos mais ativos e conscientes do proletariado, pode ter uma influência decisiva, mas dificilmente vai conseguir ser a expressão do conjunto desse proletariado. Questão essencial, pois daí decorre a pergunta de quem é que toma o poder: o partido ou o proletariado com suas organizações?

No momento da insurreição, a existência de um ou mais partidos centralizados e com profunda compreensão de suas tarefas é um pré-requisito indispensável, já que trata-se do momento mais agudo da revolução, em que não é possível uma consulta ou votação nos organismos de base, por motivos óbvios.

O partido ou um comitê revolucionário composto pelos principais dirigentes dos partidos deve ter uma análise precisa da realidade para determinar o melhor momento e partir para a ação decisiva, sob pena de permitir que o inimigo se reorganize. Mas a partir da insurreição iniciada, a possibilidade de sua vitória e do exercício posterior do poder revolucionário passa a depender da participação cada vez mais ativa dos trabalhadores e seus organismos de base.

Qualquer teoria que leve a reduzir tanto o papel do partido como o das organizações de base do proletariado, seja cortando a estreita ligação entre eles, seja identificando automaticamente o partido com o movimento de conjunto, significa preparar a derrota ou a degeneração do processo revolucionário.

Assim, mesmo sendo um partido – ou um comitê – a iniciar a insurreição, a tomada de fato do poder, sua sustentação e seu exercício, se dá pelas organizações que representam o conjunto do proletariado revolucionário, como foram os soviets na Rússia, os conselhos na revolução alemã, os comitês na revolução portuguesa de 1974 ou mesmo o ensaio argentino com as assembléias de vizinhos – que, no entanto, não chegaram a se propor à tarefa de tomar o poder.

Dessas organizações, representando o conjunto do movimento, participam todos os partidos revolucionários, ou seja, os partidos são parte desses organismos e não o contrário. Segundo Reed (4), os soviets funcionavam assim: *“O Soviete dos Deputados Operários e Soldados de Petrogrado que estava em plena atividade quando me encontrava na Rússia, pode oferecer um exemplo do funcionamento da organização governamental urbana do Estado socialista. Era formado por cerca de 1.200 delegados e, em circunstâncias normais, tinha uma sessão plenária de duas em duas semanas. Ao mesmo tempo, ele nomeava um “Comitê Executivo Central” de 110 membros eleitos numa base de representação proporcional dos partidos; este Comitê Executivo Central convidava, para participar nos seus trabalhos, membros do Comitê Central de todos os partidos, do Comitê Central dos sindicatos profissionais, comissões das empresas e outras organizações democráticas”.*

Mesmo que a decisão de organizar e realizar a insurreição tenha sido tomada nos órgãos do partido, fica muito clara a preocupação dos bolcheviques de “entregar” o poder aos soviets para seguir adiante, viabilizando a palavra de ordem de todo poder aos soviets. A divergência entre Trotsky e Lênin, se organizariam a insurreição antes ou depois da

realização do II Congresso Pan-russo dos Sovietes, confirma essa concepção de que o exercício do poder caberia aos soviets, independentemente da data da ação insurrecional. São os soviets que decidem, imediatamente após a tomada do poder, sobre a propriedade da terra, sobre a paz, sobre a produção, enfim tornam-se o poder de fato. O partido bolchevique era parte desses organismos em que também participavam militantes sem partido, socialistas revolucionários de esquerda, anarquistas, etc.

Também é possível fazer um paralelo com outras organizações do movimento de massas, como os sindicatos, organizações estudantis ou populares, que devem ter uma atuação que se coloque acima das diferentes concepções que existem no interior desses movimentos.

O fenômeno do stalinismo e da burocratização afetou decisivamente essas concepções. A relação entre o partido e as organizações de massa sofre brusca modificação, de forma que as decisões do partido são extensivas à todas as organizações, ou seja, o partido passa a substituir tais organizações. Curiosamente, Lênin, debatendo com Trotsky – que chegou a defender a militarização do trabalho –, já alertava que *“...os sindicatos são uma organização da classe dirigente, dominante, governante, da classe que exerce a ditadura, da classe que aplica a coerção estatal. Mas não é uma organização estatal...”*(5). Esta é uma posição muito definida em defesa da independência das organizações do movimento de massas em relação ao partido e ao Estado, principalmente levando em conta que, já nesse texto, Lênin caracteriza o Estado como operário, mas “com deformações burocráticas”. O partido atua no interior dessas organizações, mas não as submete ao seu controle, uma vez que no interior delas atuam proletários de outros partidos e mesmo sem partido.

Ora, aqui trata-se de delimitar as esferas e o alcance da decisão do partido e das organizações. Em relação ao primeiro, elas estão restritas ao corpo de membros e esses vão à luta política para o convencimento. Já as decisões das organizações de massa têm um alcance muito maior e já são produto de discussões e deliberações que envolvem o proletariado em movimento, inclusive os militantes dos partidos.

Essa é uma lição fundamental que a revolução russa deixou e, a partir dela, temos que repensar a forma que os partidos atuam no interior das organizações do movimento de massas. O controle das organizações do movimento de massas pelo partido e pelo Estado foi fundamental para que o stalinismo consolidasse o seu domínio, pois essa foi a fórmula para afastar o proletariado das decisões.

Estado e partido

Eis um ponto fundamental, pois a consolidação do stalinismo significou também a construção de uma nova teoria, estranha ao marxismo, segundo a qual o fortalecimento do Estado significaria a construção do socialismo, teoria que combinava-se com outra, de que o partido único é o núcleo dirigente da sociedade e do Estado. Assim, controlando o partido, a burocracia, representada por Stálin, controlava

também o Estado e as demais instituições, principalmente as de repressão. Partido e Estado se identificam, se confundem.

Com a crise pela qual passa o movimento socialista e com a ofensiva do capital, faz-se necessário que essa confusão, ou melhor, traição, seja desfeita. É preciso recolocar o trem nos trilhos. Para responder a essa confusão criada pelo stalinismo, e que custou caro aos revolucionários dos séculos XX e XXI, não basta propor uma separação mecânica entre Estado, partido e organizações do movimento de massas, sob pena de repetir o erro pelo extremo oposto.

Primeiramente, é preciso recuperar o caráter superior do Estado operário revolucionário em relação aos setores e frações do proletariado. Os partidos, por mais influência de massas que possam ter, não representam o conjunto do proletariado em movimento.

Após a revolução, o Estado revolucionário se concretizará em homens e mulheres, militantes de partidos ou não, que defenderão suas idéias livremente. Porém, o Estado deve resguardar seu papel de representante do proletariado revolucionário de conjunto, que não se resume a um ou mais partidos.

Em segundo lugar, a legalização de todos os partidos “de tipo soviético”, ou seja, todos os partidos que defendam e se subordinem aos soviets – ou outro nome que se dê às organizações de base da revolução –, contra a idéia de partido único, é uma medida necessária e fundamental para evitar o monopólio do Estado por uma única força política organizada.

A separação entre os partidos operários e o Estado deve ser clara como a luz do dia.

A confusão Estado-partido foi um dos elementos que desvirtuaram o caminho e os rumos da revolução russa. A tradição da esquerda mundial é a existência de vários partidos que, ou representam setores da classe trabalhadora, ou se diferenciam programaticamente. Nos poucos momentos da história em que um partido foi hegemônico, isso ocorreu pelo acerto de sua política, e não por imposição sobre o conjunto do proletariado. A proibição da existência de outros partidos (e também das diferenças no interior do partido único) fez do PC russo o primeiro caso. Adotada em 1921 como provisória para enfrentar a guerra civil e a invasão estrangeira, tornou-se permanente e utilizada como medida de controle das posições divergentes. Ao não mais existir as instituições da classe, que governassem o país, o controle do partido foi imediatamente estendido ao Estado e à sociedade.

O poder político do Estado é do proletariado e suas organizações gerais. Também para Trotsky, esse poder está relacionado à organização do proletariado de forma independente, enquanto classe, que tem o objetivo de construir as condições necessárias para o “definhamento” do Estado. *“Desde a sua formação, o regime da ditadura do proletariado deixa de ser um ‘Estado’ no velho sentido da palavra, isto é, de uma máquina feita para manter na obediência a maioria do povo. Com as armas, a força material passa diretamente, imediatamente, para as organizações dos trabalhadores, tais como os soviets”* (6)

A idéia de que o partido representa o conjunto do

proletariado, e que é o núcleo dirigente das instituições, é uma concepção monolítica e stalinista. Nenhuma classe na sociedade e na história é ou foi homogênea. Todas elas possuem frações que têm determinadas características e interesses que as fazem internamente diferentes, e que muitas vezes aparecem na forma da existência de diferentes partidos. A concepção de ditadura do proletariado, repetimos, de máxima democracia para os trabalhadores, inclui a possibilidade de existência de mais partidos revolucionários e também de militantes que não queiram se organizar nesses partidos. Nos parece que a melhor formulação é a de que o proletariado, por meio de suas organizações, independentes umas das outras, é a fonte do poder e da decisão de todas as esferas do Estado revolucionário.

Ainda no livro *A Revolução Traída*, Trotsky faz referência a um texto da Constituição soviética de 1936, redigida pela burocracia soviética, normatizando que o partido comunista, formado pelos membros mais ativos e conscientes, é o núcleo dirigente de todas as organizações de trabalhadores e dele participam aqueles que são reconhecidos com tal qualidade. O raciocínio aqui é simples, pois se o partido é o núcleo dirigente de todas as organizações, é ele quem determina a política de cada uma dessas organizações. Participar dessas organizações dos trabalhadores (sindicatos, associações, etc) não tem significado prático nenhum, uma vez que já está tudo decidido... pelo partido que se constitui como poder independente.

Esse problema não é só russo, já que os Estados sob a área de influência da ex-URSS, que surgiram no século XX, já traziam em sua gênese o controle do Estado e das organizações do movimento de massas pelo partido único. Na nossa América Latina, Cuba também se defrontou com o mesmo problema, e a solução encontrada não apresentou qualquer diferença. Francisco Sobrino, em interessante artigo publicado na Revista *Herramienta n.º 16 (7)*, apresenta contradições importantes acerca da relação entre partido e órgãos de poder, ainda que não diretamente de disposições legais:

“El carácter del PCC como ‘*la fuerza dirigente superior de la sociedad y del Estado, que organiza y orienta los esfuerzos comunes hacia los altos fines de la construcción del socialismo y el avance hacia la sociedad comunista*’, fue sancionado constitucionalmente (Art. 5). Al mismo tiempo, en el Art. 4, se estableció que ‘*todo el poder pertenece al pueblo trabajador que lo ejerce por medio de las asambleas del poder Popular y demás órganos del Estado que de ellas se derivan, o bien directamente.*’” (8)

Chama a atenção, primeiramente a caracterização do partido como “força dirigente superior da sociedade”, o que implica em admitir que existam forças inferiores. Isso contradiz o texto constitucional de garantia de que o poder pertence ao povo trabalhador. A contradição foi solucionada com o esvaziamento das decisões das assembleias de poder popular. O autor cita discurso do próprio Fidel na sessão da Assembleia Popular em 29/06/78: “*No podemos simplemente hacer cosas porque el electorado dice que es lo mejor, que es bueno, realmente hermoso. Hay muchas cosas hermosas en el mundo que tienen*

que esperar para ser realizadas. Incuestionablemente hay un plan anual de trabajo, construcción, y cuando se hace este plan, los deseos del electorado no pueden ser tomados en cuenta... Las estadísticas y las necesidades concretas serán las que determinen donde debe ser construido un hospital.” (9)

Com tais transformações no Estado oriundo da revolução, torna-se impossível defender que as relações de produção que ocorrem na base da economia russa sejam pautadas por algum princípio operário e muito menos socialista; pelo contrário, o controle exercido pela burocracia stalinista significou a criação de novos mecanismos de exploração do proletariado, gestando e alimentando confusões que faziam com que muitos interpretassem tais medidas como se fossem socialistas.

Falta apontar alguns elementos que podem contribuir para a identificação das causas desse processo. Um que facilmente é encontrado em Lênin, e que de certa maneira é desprezado até pela esquerda revolucionária porque aponta para questões da subjetividade, é que setores subsistentes da burguesia e da pequena burguesia (da qual muitos dirigentes bolcheviques eram oriundos) serviam de pressões sobre os métodos proletários, de modo que exerciam uma influência corruptora no partido, já que “*no hay duda de que ahora nuestro partido no es, por la mayoría de sus componentes, lo suficientemente proletario...*” (*La Depuración Del Partido*, 26/03/1922). Então, o caráter e o peso que a pequena burguesia adquire no partido e no Estado constituem uma das causas centrais do processo de burocratização.

Uma outra causa, que precisa ser estudada com mais detalhe, é a própria concepção de partido que emergiu a partir do X Congresso do PCUS (1921): proibição de novos partidos, de frações públicas, restrição da democracia interna no partido e na sociedade. De medidas temporárias para enfrentar a crise, transformaram-se em definitivas. Já chama a atenção o fato de um congresso do partido decidir que não poderia haver outros partidos, medida que deveria ser discutida e decidida nos organismos de poder do proletariado, ou seja, diretamente pelos trabalhadores.

Não é propósito deste texto debater se foram corretas ou não, se eram ou não necessárias, mas que essas medidas favoreceram de imediato os interesses da burocracia que começava a se apoderar do partido e do Estado, é um fato inegável. Levantamos essa questão porque ela também resgata uma discussão sobre o papel que o partido cumpre.

Nas obras de Lênin da primeira década do século XX, o encontramos extremamente preocupado com o desenvolvimento da consciência do proletariado e defendendo que essa deveria ser a principal tarefa do partido. Ou seja, o partido deveria concentrar suas forças para ganhar a classe para as tarefas históricas.

Em contraste, o tipo de partido verticalizado que emergiu após o final da guerra civil permitiu ao stalinismo se apoiar para estabelecer sua posição dirigente porque, se por um lado a nova estrutura partidária servia para fortalecer a luta contra os inimigos internos e os invasores, também servia para impor sobre a base do partido e o proletariado o controle

da burocracia.

Desses dois elementos decorre um outro que é a questão da consciência socialista dos trabalhadores. Já há algum tempo que os militantes do Espaço Socialista têm colocado em destaque a necessidade de construir um projeto que tenha como centro a luta pelo desenvolvimento da consciência socialista dos trabalhadores. Essa concepção vem da compreensão de que as revoluções do século XX – entre elas a russa, a partir de sua burocratização – desprezaram o papel da consciência socialista das massas, transferindo unicamente para o partido a tarefa de exercício do poder.

A formação de uma consciência socialista de massas é a base para que “as idéias quando apropriadas pelas massas transformam-se em força material” (Marx).

Tarefas para a transição

Pensar uma teoria – e uma prática – para a transição socialista nos obriga a buscar novos mecanismos que sejam impulsionadores permanentes da proximidade entre o proletariado e sua revolução, como única garantia do desenvolvimento de novas experiências revolucionárias, e isso passa inevitavelmente pela separação entre os espaços dos partidos –majoritários e/ou minoritários –, do Estado revolucionário e das organizações que representem o conjunto do proletariado revolucionário.

Também é necessário recuperar o real significado de ditadura do proletariado, que nas mãos do stalinismo e das correntes burocráticas transformou-se em *ditadura sobre o proletariado*. Para nós, a ditadura do proletariado é o regime da democracia operária, da máxima liberdade para os trabalhadores e, ao mesmo tempo, do mais rígido combate e controle sobre os elementos subsistentes da burguesia. Também é nesse período que o Estado começa seu processo de definimento enquanto aparato autônomo, divorciado das massas, ao propiciar e incentivar, cada vez mais, que o proletariado e a maioria da sociedade assumam um conjunto cada vez maior de tarefas e decisões da nova sociedade.

É certo que o processo revolucionário impõe desafios para os quais muitas vezes o proletariado ainda não está completamente maduro. No entanto, há certas questões, como a relação que o partido mantém com o Estado e com as organizações do movimento de massas, cuja experiência histórica já colocou a necessidade de nós, revolucionários, iniciarmos um processo de crítica e auto-crítica, para que os erros cruciais cometidos no passado não se repitam. Assim, os revolucionários devem repensar novas formas de atuação que sirvam para superar tais problemas.

Outro problema central a que já me referi é sobre a legalidade (10) dos partidos de tipo soviético. No período de transição ainda haverá muitas diferenças e desigualdades no interior do proletariado e da própria sociedade, e é natural que haja organizações políticas distintas. Defendo a legalidade de todos os partidos revolucionários que se submetam aos organismos de base dos trabalhadores. Eventuais proscricões

só podem ser decididas pelos organismos de poder do conjunto do proletariado, a partir de fatos concretos da realidade.

A existência e a legalização dos partidos revolucionários, assim como o Estado operário, também são elementos transitórios e, com a expansão da revolução mundial e o desenvolvimento de formas de auto-organização dos “produtores livres”, também tendem a *definbar*.

Os acontecimentos na Rússia – e nos demais Estados não capitalistas – demonstram que o stalinismo se apoiou no retrocesso da consciência dos trabalhadores para se impor. Então, nos parece lógico que qualquer projeto que queira superar esses erros deva procurar aprofundar ao máximo a consciência socialista dos trabalhadores, de maneira que haja resistência a qualquer retrocesso ou processo de burocratização. Compreender esse aspecto é fundamental para que não repitamos os mesmos erros.

Notas:

- 1) TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. São Paulo: Global, 1980. p. 72
- 2) Entende-se por burguesia a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Entende-se por proletariado a classe dos operários assalariados modernos que, privados dos meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender a sua força de trabalho para poderem subsistir. (Nota de Engels para a edição inglesa de 1888).
- 3) SERGE, Victor . *O Ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Ensaio, 1993, p. 84
- 4) REED, John. *Como funcionavam os soviets*. brochura E.S
- 5) *O momento atual e os erros de Trotsky*, in Sobre os Sindicatos, 1979, p.288
- 6) TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. São Paulo: Global, 1980. p. 39
- 7) *Reflexiones sobre socialisni y democracia*, in Herramienta nº 16, p. 32
- 8) O caráter do PCC como ‘a força dirigente superior da sociedade e do Estado, que organiza e orienta esforços comuns até o objetivo final da construção do socialismo e o avanço até a sociedade comunista’, foi sancionada constitucionalmente (art. 5º). Ao mesmo tempo o art. 4º estabeleceu que ‘todo o poder pertence ao povo trabalhador que o exerce por meio das assembléias do poder popular e demais órgãos do Estado que derivam delas ou mesmo diretamente (tradução livre do autor)
- 9) Não podemos simplesmente fazer coisas porque o eleitorado diz que é o melhor, que é bom, realmente belo. Há muitas coisas belas no mundo que têm que esperar para serem realizadas. Inquestionavelmente há um plano anual de trabalho, construção e quando se faz esse plano, os desejos do eleitorado não podem ser levados em conta...as estatísticas e as necessidades concretas serão as que determinarão onde deve ser construído um hospital (tradução livre do autor). idem, p. 35
- 10) Para quem quer se aprofundar nesse tema, um texto introdutório bastante rigoroso é: FAUSTO, Ruy. Trotsky, a Democracia e o Totalitarismo. In: Lua Nova no.62. São Paulo, 2004 (a partir do Trotsky de Pierre Broué).

Coréia do norte: Reforçar a luta antiimperialista e a defesa do socialismo

Ítalo de Aquino

Introdução

Ao final da II Guerra Mundial, a Alemanha não foi o único Estado a ser dividido pelas forças vitoriosas. Estados Unidos, França, Grã Bretanha e URSS, em acordos selados nas Conferências do Cairo, Teerã, Yalta e Potsdam dividiram, no longínquo oriente, a Coréia. O norte coube à URSS e o sul aos EUA. A cada região coube um sistema econômico, político e social antagônicos: ao norte, o socialismo e ao sul, o capitalismo. Em função da divisão, as tensões na península coreana cresceram até culminar, em 1950, com o início de uma guerra que durou três anos e matou quase quatro milhões de civis e militares, contabilizados os dois aliados. As 18 mais importantes cidades da região norte foram aniquiladas e 75% de Pyongyang foi destruída.

Em julho de 1953 um armistício foi assinado reforçando a divisão da classe trabalhadora coreana e consolidando a existência de dois Estados com regimes próprios.

A queda do muro de Berlim e a contra-revolução capitalista na URSS/Europa do Leste gerou um clima ideológico, contaminado pela visão de fracasso do socialismo, morte do comunismo e fim da história. As economias planificadas foram abertas à política de devastação, fome e miséria do Banco Mundial e FMI.

Nesse contexto, a República Democrático-Popular da Coréia (norte) tombou em crise, resultado de seu isolamento e da direção política do regime chinês, que promove “reformas de mercado”. Impossibilitada de importar bens de capital, sem nenhuma reserva de petróleo e contando com um relevo montanhoso, conseqüentemente sem condições de produzir energia hidroelétrica e impedida de desenvolver suas usinas nucleares como fonte de energia, as instalações industriais ficaram obsoletas e arruinadas.

Com a morte de Kim Il-sung em 1994, seu filho Kim Jong-il o sucedeu no poder. A partir daí houve uma abertura de negociações com os EUA, visando limitar o desenvolvimento da pesquisa nuclear militar em troca do fornecimento de 500 mil barris de petróleo por ano. Esse acordo foi descumprido por Washington. Em janeiro de 2002, Bush elegera a Coréia do Norte, o Iraque e o Irã como “Eixos do Mal”. No mês seguinte, o presidente dos EUA visitou a Zona Desmilitarizada, ocupada por 37 mil soldados das Nações Unidas, umas das regiões mais armadas do planeta.

O governo de Pyongyang desenvolveu tecnologia de

armas nucleares, realizando um teste a 9 de outubro de 2006, que deve ser analisado como uma medida de autodefesa, apesar do caráter burocrático-ditatorial do governo de Kim Jong-il. Desde antes, o imperialismo havia desencadeado uma raivosa campanha de propaganda contra a Coréia do Norte, através de seus meios de comunicação e da Agência Internacional de Energia Atômica.

Hoje, a Coréia do Norte é alvo de constantes ameaças do imperialismo estadunidense e japonês. A vanguarda e o conjunto do movimento operário internacional devem lutar pelo direito à autodeterminação da Coréia do Norte dela se defender dos ataques do imperialismo.

Ásia: divisão da Coréia

A península coreana ocupa uma posição estratégica no nordeste da Ásia. Seu controle é fundamental para quem deseja a hegemonia da região. Ao longo de sua história, mongóis e chineses a ocuparam. Ao final do século XIX chegaram os europeus. Depois da guerra russo-nipônica de 1905, a Coréia foi ocupada e posteriormente anexada pelo Japão em 1910, que alegou a necessidade de proteger bens e pessoas estrangeiras em nome do bem-estar geral e prosperidade de todos os coreanos. Desde então, a soberania do proletariado coreano é desrespeitada pelas mais diversas forças políticas. Dessa época data o início da resistência antijaponesa. O Japão ocupou a Coréia, oprimiu e explorou seu povo que nunca deixou de lutar. No entanto, foi em dezembro de 1941, com o acirramento das disputas inter-imperialistas, deflagradas em 1939 com o início da II Guerra Mundial, que os coreanos visualizaram a possibilidade de resgatar sua soberania com a derrota do Japão na guerra. Porém, a sorte dos vários países envolvidos no conflito dependia das aspirações políticas e militares das potências beligerantes.

No Cairo, capital do Egito, em novembro de 1943, reuniram-se Roosevelt, presidente dos EUA, Churchill, primeiro ministro da Grã Bretanha e o generalíssimo Chiang Kai-shek, representando a China, para discutir o futuro da Ásia. Sobre a Coréia, a declaração das três potências: “resolveu que a Coréia tornar-se-á independente na hora certa”. Ou seja, após um período de transição indeterminado e sem data, as forças aliadas concederiam a independência. Poucos dias depois, em Teerã, a 28 de novembro de 1943, aconteceu uma nova conferência com a presença de Roosevelt, Churchill e Stalin (chefe supremo da URSS). O objetivo, entre outros,

era obter a anuência soviética sobre a questão coreana, o que foi conquistado. A declaração do Cairo foi confirmada pela declaração de Potsdam e subscrita pela URSS, quando declarou guerra ao Japão a 8 de agosto de 1945. Foi, contudo, na Conferência de Yalta em fevereiro de 1945, com a presença de Roosevelt, Churchill e Stalin que a delimitação das esferas de influência sobre o Oriente ficou estabelecida.

A 15 de agosto de 1945, quando o imperador japonês Hiroito aceitou a rendição incondicional, uma nova situação surgiu na Coreia. Todos os coreanos acreditaram que sua soberania seria resgatada e que seria conquistada a independência. No entanto, a derrota do Japão não promoveu o reconhecimento da autonomia política dos coreanos, pelo contrário. Com muita surpresa, souberam que havia sido acordada uma divisão de seu país através do Paralelo 38, adotado como linha de demarcação. Ficou determinado em Potsdam, entre EUA e URSS, que após a entrada dos soviéticos na guerra do pacífico seria estabelecida uma linha de demarcação na Coreia.

Dia 6 de agosto: os EUA lançaram sua primeira bomba atômica no Japão, em Hiroshima. Dia 8 de agosto: a URSS declarou guerra a um Japão já derrotado. Em seguida, iniciaram um movimento sobre o norte da Coreia e após três dias concluíram a travessia de toda a região. Os EUA reagiram diplomaticamente e propuseram o Paralelo 38 como linha divisória, pois consideravam importante incluir a capital coreana (Seul) na área sob controle das tropas estadunidenses. Tanto a Grã Bretanha como o governo chinês nacionalista aceitaram a proposta de divisão.

Quando o Japão enviou mensagem aos Aliados, a 10 de agosto de 1945, solicitando rendição, EUA e URSS decidiram que acima do Paralelo 38 (região norte) as tropas soviéticas renderiam as japonesas e abaixo (região sul) o encargo da rendição caberia aos EUA. Com a desculpa de que se tratava apenas de facilitar a operação militar de desocupação japonesa da península coreana, EUA e URSS afirmaram ser essa uma medida temporária. Porém, estava dividida a Coreia, ao norte sob comando soviético e ao sul, estadunidense.

Em dezembro de 1945, na cidade de Moscou, os ministros das relações exteriores Byrnes, Bevin e Molotov (EUA, Grã Bretanha e URSS, respectivamente) patrocinaram uma conferência que criou uma Comissão Conjunta, EUA e URSS, para governar a Coreia em comum acordo com a Grã Bretanha e a China. A decepção com o acordo de Moscou foi geral e o povo coreano, na expectativa de uma imediata independência, declarou-se contrário e iniciou um movimento de oposição, cuja vanguarda eram os comunistas. Disciplinados por Stalin, os comunistas recuaram das mobilizações e declararam apoio aos acordos de ocupação. A pressão social permaneceu por todo o país, com o objetivo de livrá-lo da presença estrangeira, mas acabou sufocada pelas forças de ocupação.

Sob o governo da Comissão Conjunta, uma nova conferência aconteceu em Seul a 20 de maio de 1946, que nada alterou. Uma segunda conferência, a 21 de maio de 1947, que contou com a representação de ambas as regiões (Norte e sul) em conformidade com as diretivas políticas de cada um

dos ocupantes, manteve a divisão do país e negou a independência.

Em agosto de 1947, Shtikov, chefe da delegação soviética na Comissão Conjunta, propôs aos EUA que se eles saíssem da Coreia; a URSS também o faria. A argumentação baseava-se na visão de que a Coreia deveria ter uma oportunidade de formar seu próprio governo sem interferências alheias.

Vyshinsky, representante da URSS nas Nações Unidas, afirmou que estavam prontos a se retirar incondicionalmente até o final de 1947, desde que os EUA fizessem o mesmo. Essa proposta visava neutralizar a intenção do EUA de formar uma força de defesa nacional na Coreia.

Os EUA julgaram que sem um esquema de proteção da região sul não poderiam desocupar o território. A 23 de setembro a delegação estadunidense nas Nações Unidas apresentou uma outra resolução, com o seguinte teor: a existência de uma força estrangeira de ocupação além do tempo necessário seria contraditória com o princípio da soberania e independência da Coreia. A Assembléia Geral das Nações Unidas votou a proposta dos EUA e recomendou que a Coreia firmasse um tratado com as forças de ocupação para a formação de um Estado independente.

Na lógica de ambos os ocupantes, residia a intenção de manter suas tropas e formar governos aliados como prevenção estratégica militar. As duas conferências bilaterais ocorridas em Seul foram apenas demonstrações diplomáticas para consolidar a divisão da Coreia.

Recusando-se a prosseguir negociações com a URSS, os EUA encaminharam, em outubro de 1947, a questão para a Assembléia Geral das Nações Unidas, que se pronunciou pela independência da Coreia, apesar do voto contrário da URSS e de seus aliados.

A resolução votada estabeleceu o seguinte: 1) a constituição de uma Comissão Temporária da Nações Unidas para a Coreia (Untcok, na sigla em inglês) formada por delegados da Austrália, Canadá, República da China, El Salvador, França, Índia, Filipinas, Síria e Ucrânia; 2) à Untcok compete conduzir o retorno à liberdade e independência da Coreia, em consonância com os princípios do sufrágio universal para adultos; 3) após as eleições, a Assembléia Nacional deve formar, o mais breve possível, um governo central; 4) imediatamente após a formação do governo central, constituir uma força de segurança, que deverá assumir as funções civis e administrativas das forças de ocupação e em acordo com as autoridades acompanhar as medidas de retirada das forças de ocupação, em 90 dias, se possível.

A URSS recusou-se a acatar a resolução e cooperar com a Untcok. Face à rejeição da URSS, a Untcok apresentou novo encaminhamento da questão para as Nações Unidas, que reiterou a 26 de fevereiro de 1948 as propostas aprovadas em 1947 e determina que sejam implementadas nas áreas que a Comissão possui acesso.

Em março, o comando militar do sul anuncia para 10 de maio a convocação de eleições gerais para a formação de uma Assembléia Nacional sob a supervisão da Untcok. A 31 de maio de 1948, a Assembléia Nacional Constituinte se

instala em Seul, que logo em seguida recebe das Nações Unidas o reconhecimento oficial e a autorização para formar um governo em sua jurisdição. A Constituição sul-coreana foi promulgada a 17 de julho e três dias após a Assembléia Nacional elegeu Syngman Rhee como primeiro presidente. Nascia a República da Coréia (Sul), primeiro país a ser formado sob intervenção das Nações Unidas, demonstrando que esse organismo internacional possui desde seu nascedouro vocação para instrumento do imperialismo.

A burguesia coreana foi colaboradora da invasão japonesa. Os russos, ao ocuparem a parte norte e formarem um governo provisório sob o rótulo de “Autoridade Civil”, tiveram dificuldade em encontrar representantes nacionalistas na elite local. O primeiro governo provisório, sob ocupação das tropas soviéticas, se constituiu a 17 de agosto de 1945 sob a liderança de um nacionalista cristão, Cho Man-sik, refletindo uma tendência política a formar governos democráticos populares ao invés de socialistas. Entretanto, o poder de fato era exercido pela URSS.

Um Comitê Popular sob a direção de Kim Il-sung comanda a região. A 25 de agosto de 1948, foi convocada eleição para composição do Congresso Supremo do Povo que, empossado a 9 de setembro do mesmo ano, proclamou a República Popular da Coréia (norte) e nomeou Kim Il-sung seu primeiro ministro.

Após três anos de ocupação soviética, a realidade da região norte já havia caminhado em sentido contrário à do sul, o que colocava uma contradição tanto na retirada das tropas, como acerca da política de reunificação. No norte, foram dados passos na direção de uma economia planificada, via nacionalização do comércio exterior, reforma agrária com formação de cooperativas e expulsão dos grandes proprietários, além da expropriação da burguesia e conseqüente estatização dos bens de produção.

No começo de 1949, os governantes da Coréia popular foram convidados a Moscou para, em comum acordo com a burocracia soviética, traçar uma estratégia para os diversos problemas que uma desocupação acarretaria. Kim Il-sung chegou à capital da Rússia dia 4 de março, acompanhado de um comitiva composta por Hong Hyon-hui (primeiro ministro), Kin Chong-ju (presidente do Comitê de Planejamento Estatal) e Kin Il (chefe militar). Ao final da visita, selaram um tratado de cooperação cujos termos podem ser resumidos nos seguintes pontos: os signatários se comprometem a realizar esforços para promover o comércio com base nos princípios de interesses mútuos; estabelecem o direito de reciprocidade e de nação favorecida; pactuam a promoção de esforços para estreitar laços no campo cultural e científico. Também foram assinados tratados específicos sobre câmbio e compensação, linhas de crédito e assistência técnica. A comitiva norte-coreana deixou Moscou dia 20 de março. Acompanhada do embaixador Shtikov, atravessou a Mongólia e Manchúria para finalmente chegar em Pyongyang a 7 de abril de 1949.

A visita da delegação chefiada por Kim Il-sung ocorreu após a retirada das tropas soviéticas e negociou questões políticas e militares não tornadas públicas. A questão posta

pela viagem era a nova realidade da península coreana e a grande virada na China em favor das forças comunistas. Para se defender do governo nacionalista burguês da China, a Coréia do Norte assinou, a 17 de março de 1949, um tratado de defesa mútua com o Partido Comunista Chinês (Governo Popular do Nordeste).

Antes disso, porém, a URSS já havia iniciado a modernização e reequipamento do Exército Popular da Coréia. Em dezembro de 1948 Bulgamin, ministro soviético da defesa, presidiu a conferência militar sobre o assunto. Além de representantes da Coréia popular, participaram também os marechais de campo Malinovsky e Konev, o almirante Glovko e Malenkov como representante do Soviet Supremo. Como resultado dessa iniciativa, Kalinov, tenente-coronel da artilharia do Exército Vermelho, foi designado para a Coréia do Norte como membro de missão militar. O comando geral da missão coube ao general de carreira Shtikov, embaixador soviético em Pyongyang. Compunha a missão cerca de meia centena de militares das mais diversas especialidades, que assumiram seus novos postos a partir de janeiro de 1949.

Ásia: vitória na China

A colossal derrota da burguesia na China abriu um novo capítulo na história da Ásia, ao ampliar o espectro político e ideológico da revolução socialista por inúmeras regiões do globo. A correlação de forças havia mudado. A 1º de outubro de 1949 foi proclamada a República Popular da China.

Ao final do mesmo ano, Mao Tse-tung encontrou-se com Stalin para celebrar um Tratado de Assistência Mútua e Aliança de Amizade, que somente foi assinado a 14 de fevereiro de 1950 pelos respectivos ministros de relações estrangeiras, Vyshinsky pela URSS e Chou En-lai pela República Popular da China. A questão política central era a defesa militar da nova república socialista contra uma eventual agressão militar nipo-americana.

Independente da vontade política da burocracia do Kremlin, Mao Tse-tung assumiu a condição de líder da luta antiimperialista e arauto do socialismo na Ásia. Sua estratégia político-militar propagou-se pelas facções de esquerda de toda a península indochinesa, Malásia, Paquistão, Japão e Coréia além de outros países e de outros continentes. O partido Comunista da China, sob o impacto de sua vitória, assumiu a supervisão e intervenção na região no sentido de instituir novos regimes políticos.

Liu Shao-chi, que depois de Mao Tse-tung e Chou En-lai era o mais importante dirigente comunista, declarou: “o esforço do povo chinês por estabelecer a República Popular da China com a impressionante queda do imperialismo servia de grande ajuda e exemplo para o combate dos povos coloniais e semi-coloniais para restaurar sua liberdade e instituir democracias populares”.

Óbvio e evidente que o governo popular chinês não via com bons olhos a presença de tropas dos EUA na península coreana. Do ponto de vista militar, isso significava uma ameaça ao novo Estado, pois os EUA poderiam manter o

domínio político e armado na fronteira com a China.

Por outro lado, em toda a Ásia houve um despertar, uma ebulição social decorrente do esmagamento da burguesia na China continental e sua expulsão para Taiwan. Havia um clima favorável para se avançar na luta antiimperialista. A China popular ambicionava enxotar os EUA do sul da Coreia e passo seguinte, apoderar-se de Taiwan, local de refúgio dos capitalistas chineses após a tomada do poder.

Mao Tse-tung e Chou En-ali tencionaram profundamente as relações entre os EUA e a URSS em função dos acordos de divisão de esferas de influência. A burocracia do Kremlin, apesar dos compromissos com a pequena Coreia popular, tinha por objetivo preservar seus tratados diplomáticos. A nova direção política chinesa não reconhecia Yalta e Potsdam, pois não participou das negociações. Em longo telegrama às Nações Unidas, datado de 17 de janeiro de 1951, a República Popular da China questionou as negociações diplomáticas. Chou En-lai afirmou que “não está claramente afirmado se as denominadas obrigações internacionais referentes às declarações do Cairo e Potsdam poderiam ser utilizadas para defender posições de agressão mantidas pelos EUA na Coreia, Taiwan e outras partes do extremo Oriente”.

A mudança de orientação política na China alterou o equilíbrio de forças e obrigou as duas grandes potências – EUA e URSS – a redesenharem alguns mapas. A primeira grande batalha diplomática do novo estado chinês aconteceu no começo de 1950: foi o primeiro movimento para conquistar posição na definição geo-política da Ásia. A 8 de janeiro de 1950, Chou En-ali reiterou a posição da China Popular de que não admitia a permanência da China Nacionalista no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Diante da postura tenaz da República Popular da China, a representação diplomática soviética nas Nações Unidas chefiada por Malik apresentou um ultimato ao Conselho de Segurança, afirmando que não reconheceria nenhuma resolução adotada com a presença e o voto da China nacionalista. Passados seis meses da primeira batalha chinesa nas Nações Unidas, começou a Guerra da Coreia, e passados seis meses do início da guerra, com as posições militares fixadas na península coreana, Chou En-ali em telegrama à Assembléia Geral das Nações Unidas, datado de 17 de janeiro de 1951, esclareceu a conduta da China popular. Nele o ministro reiterou que “(...) as forças armadas dos EUA devem se retirar de Taiwan (Formosa) e os representantes da República Popular da China devem assumir seu lugar legítimo nas Nações Unidas”.

O governo do novo Estado chinês adotou a defesa dos interesses da Coreia popular como trampolim para concluir sua tarefa de esmagar a burguesia chinesa, ao associar, de modo explícito, a retirada das tropas estadunidenses com a tomada de Taiwan. Chou En-lai certificou que: “em vista de uma genuína e pacífica solução para o problema coreano e outros importantes problemas da Ásia. Eu, pelo presente ato submeto, em nome do Governo Central do Povo da República Popular da China, as seguintes propostas para as Nações Unidas: a) as negociações entre os países concernentes implica na retirada das forças estrangeiras da Coreia; b) inclu-se na

negociação a retirada das tropas dos EUA de Taiwan; c) as nações que devem participar da negociação são: além da China Popular, URSS, Grã Bretanha, EUA, França, Índia, e Egito. A conferência das sete nações deve ocorrer na China” (17 de janeiro de 1951)

Ásia: derrota no Japão

Marshall, secretário de Estado dos EUA, a 5 de junho de 1947, na Universidade de Harvard, em conferência intitulada “Ações Americanas para a Crise Européia”, lançou as bases do que posteriormente ficou conhecido como Plano Marshall. Seu objetivo não era reerguer o imperialismo europeu, embora esse tenha sido um de seus efeitos, mas construir uma barreira à expansão soviética. No Japão o esquema foi semelhante. A revolução chinesa deixou o imperialismo receoso quanto aos possíveis acontecimentos no Japão, obrigando-o a adotar medidas de contenção social e política: proscrevendo a esquerda e reprimindo as lutas mas, no campo econômico, injetando vultosas quantias de dinheiro e realizando investimentos de longo prazo.

Contudo, os EUA não foram os únicos agentes que desmontaram a crise revolucionária japonesa em 1945 e que se intensificou com o êxito da revolução chinesa a partir do final de 1949. A URSS também cumpriu seu papel nesse aspecto.

Sob o impacto da revolução chinesa, o Partido Comunista Japonês (PCJ) foi sacudido. O Kominform (abreviatura em russo para Oficina de Informação dos Partidos Comunistas, órgão sucessor da III Internacional, criado em 1947) criticou severamente os debates internos no partido.

No documento “Sobre a situação japonesa”, datado de 6 de janeiro de 1950, as propostas de Sanzo Nozaka, principal dirigente do PCJ, de adaptar a estratégia marxista-leninista para o Japão diante da nova conjuntura asiática, foi considerada anti-marxista e anti-socialista. Além disso, atribuiu a Nozaka e à ampla maioria da direção do partido a formação de uma corrente que foi chamada de Facção Doméstica, em contraposição a uma outra corrente chamada de Facção Internacionalista, alinhada com as posições de Moscou.

A reação dos membros do PCJ foi de incredulidade diante das posições e postura do Kominform. No entanto, quando porta-vozes da burocracia stalinista chegaram em Tóquio a 11 de janeiro de 1950 trazendo cópias do documento citado, houve indignação e reação. A delegação do Kominform convocou para 12 de janeiro, um dia após sua chegada, uma conferência interna para discutir a orientação política. De imediato ocorreu um alinhamento de posições no interior do partido. Nozaka, hegemônico na direção, perdeu força com a pressão do Kominform que patrocinou uma corrente interna (Facção Internacionalista), mas que neste momento não chegou a derrotar as posições de Nozaka. A Facção Doméstica enfatizou que o partido e a realidade do país exigiam uma intervenção particular. As opiniões do Kominform foram abatidas e suas críticas rejeitadas.

O PCJ em reação negativa às propostas do Kominform rumava em direção à estratégia política chinesa. No

documento “O caminho para a libertação do povo japonês”, de 17 de janeiro de 1950, a orientação política se assemelhava à do Partido Comunista Chinês.

A crise do Japão era intensa. A ocupação dos EUA aceita pela burguesia japonesa sofria grande rejeição por parte dos trabalhadores, que foram vítimas da hecatombe nuclear. Greves gerais e por categoria se espalhavam pelo país. Não à toa, os EUA, antevendo uma reviravolta na Ásia, com a derrota da burguesia na China, deslocou toda sua tropa que ocupava a Coreia do Sul para o Japão. O PCJ intervinha nessa conjuntura que prenunciava uma transformação, diante de uma situação próxima de uma revolta armada.

Porém, as pressões da burocracia soviética prosseguiram e poucos dias depois, a 25 de janeiro, uma nova reunião do Comitê Central do PCJ foi convocada. Nela, a delegação do Kominform apresentou um outro argumento para conter a direção do partido: os comunistas japoneses deveriam aguardar os desdobramentos da situação na Coreia com o intuito de assumir a vanguarda política da luta pela retirada das tropas estadunidenses. A atuação do PCJ na luta de classes ameaçava os acordos de Yalta e Potsdam. Daí a enorme pressão de Moscou por asfixiar a direção do partido. Nozaka e sua corrente foram derrotados nos debates internos, que transcorreram de modo intenso e acelerado. Sob a orientação do Kominform foi imposta uma nova diretriz e concretizada uma reforma organizativa. Cinco meses após a crise revolucionária de janeiro de 1950, o partido estava posto na clandestinidade e sua direção desmantelada.

Comunistas Coreanos

A 1º de março de 1919, um levante contra a presença militar do Japão diretamente influenciado pela revolução bolchevique de 1917, na Rússia, alcançou dimensões nacionais. Ao longo dos cinco anos seguintes a luta adquiriu vigor e, sob a inspiração das idéias marxistas, muitos grupos se formaram. Em 1925 fundou-se o Partido Comunista da Coreia, vanguarda na luta contra o imperialismo japonês. Composto por vários núcleos e jovens militantes, a repressão das forças de ocupação japonesas esmagou o PC da Coreia em 1928. Os comunistas que permaneceram lutando não estavam centralizados por uma direção política, eles atuavam de modo disperso em distintas organizações revolucionárias e desenvolveram um combate clandestino principalmente por meio da guerrilha. Durante sua ocupação, o exército do Japão impedia qualquer forma de luta legal. Mesmo assim, houve greve geral dos portuários de Wonsan, de trabalhadores da mina de carvão de Sinjung, de operários da fábrica de goma de Pyongyang, de trabalhadores rurais da granja de Buri em Riongchon e de camponeses de Dnachom e Yongjung.

Com a derrota japonesa na II Guerra Mundial e sua retirada da Coreia, os núcleos comunistas começaram no segundo semestre de 1945 a se reorganizar para refundar um novo partido. Do ponto de vista organizativo, havia uma divisão com a existência dos comunistas braço do norte e comunistas braço do sul. Do ponto de vista político, os

comunistas estavam divididos em três correntes (Yenan, Coreana e Russa) que disputavam entre si a hegemonia do movimento. A “Corrente Yenan”, com base no norte, recebeu a influência da estratégia maoísta. Suas lideranças foram treinadas por tropas chinesas e concebia com simpatia a guerrilha popular. Por ocasião do ingresso das tropas da URSS, essa corrente foi desarmada.

Pak Hon-yong, com a divisão pelo Paralelo 38, passou a atuar no sul ao lado de Hyon Chum-hyok e Chu Yong-ha, que juntos dirigiam a “Corrente Coreana”. Antes da divisão, estavam espalhados por todo o país e enxergavam na mobilização das massas uma forma de conquistar o poder. Possuíam uma grande credibilidade, fruto dos anos de resistência ao lado dos trabalhadores coreanos para expulsar os japoneses.

Havia uma terceira corrente chamada de “Corrente Russa” composta por Kim Il-sung, Kim Chaek e Kim Il que estavam no exílio (URSS) e retornaram à Coreia com as tropas soviéticas. Por isso, não possuíam raízes no movimento de resistência e penetração no movimento de massas. Com eles, cerca de outros 300 militantes voltaram conformando uma corte burocrática na embrionária reorganização do partido. Com apoio do aparato soviético, seus dirigentes se sobrepujaram aos demais setores.

Em outubro de 1945 houve uma convenção para fundar um novo partido na Coreia do Norte. Kim Il-sung foi eleito secretário geral com a tarefa de organizar novo encontro. No mês de dezembro de 1945, em acordo com os ocupantes comandados por Moscou, Kim Il-sung, da “Corrente Russa”, foi eleito secretário geral do Partido do Trabalho da Coreia, denominação do novo partido comunista. Kim Il-sung e Kim Mu-jong se elegeram como segundos secretários representando respectivamente as correntes coreana e a Yenan.

Com isso, os comunistas que possuíam vínculo direto com as massas trabalhadoras e que estiveram lutando diretamente na frente de resistência antijaponesa foram desalojados pelo dirigente ligado ao aparato partidário russo.

“Com isso, os comunistas que possuíam vínculo direto com as massas trabalhadoras e que estiveram lutando diretamente na frente de resistência antijaponesa foram desalojados pelo dirigente ligado ao aparato partidário russo. Kim Il-sung assumiu a condição de líder político e militar supremo pelas mãos de Stalin. Sua hegemonia foi imposta para que Moscou pudesse controlar a região.”

Kim Il-sung assumiu a condição de líder político e militar supremo pelas mãos de Stalin. Sua hegemonia foi imposta para que Moscou pudesse controlar a região.

Coincidentemente, às vésperas do início da guerra, houve, no interior do Partido do Trabalho da Coréia, uma discussão sobre qual a melhor estratégia para se conquistar a reunificação do povo coreano e surgiram para o debate três propostas: uma defendida por Kim Il-sung, que propunha uma ação militar sobre a Coréia do Sul baseada na presunção de superioridade das forças militares do norte, mas desconsiderando o poderio bélico dos EUA, fiadores da república burguesa do Sul; a segunda, apresentada pelo veterano na luta de resistência contra os japoneses e contra os EUA na Coréia, Pak Hon-yong, militante histórico que ao longo dos anos de 1920 e 1930 construiu núcleos comunistas por toda a península e que após a divisão foi destacado para atuar no sul, argumentava que uma ocupação militar do Paralelo 38 deveria ser combinada com mobilizações de massas dirigidas no sul pelos comunistas que recepcionariam em luta as tropas libertadoras do norte; uma terceira proposta, apresentada por Kim Tu-bong, um importante combatente contra os japoneses, sugeriu uma saída pacífica e negociada, rejeitando uma investida militar. O controle do aparato por Kim Il-sung garantiu que sua proposta fosse a vitoriosa.

Guerra da Coréia: Guerra Fria

No ano de 1949 houve uma mudança radical na correlação de forças política e militar na península coreana. Para poder garantir suas posições no Pacífico, diante da iminência da vitória dos comunistas na China, em junho de 1949, os EUA transferiram suas tropas para o Japão. Em outubro do mesmo ano foi proclamada a República Popular da China.

Em março de 1949, o Conselho de Segurança Nacional dos EUA havia aprovado um plano de retirada de suas tropas da Coréia do Sul. O avanço da resistência na China e a instabilidade no Japão e em outras regiões do Pacífico obrigaram os EUA a deslocar suas forças militares para o país chave da região, o Japão. Na região sul da Coréia ficaram apenas 500 conselheiros militares. A 29 de junho de 1949 a desocupação estava concluída.

Diante da nova realidade, Choe Yong-gon, ministro da defesa nacional da Coréia popular, declarou que seu país “(...) está lutando para unificar e obter a independência de seu território e que sentia-se encorajado pelo grande tratado de aliança entre a URSS e a República Popular da China a recuperar e recobrar a confiança na vitória de nossa luta por anular a clique de Syngman Rhee e expelir as forças imperialistas estadunidenses da Coréia”.

No transcurso da guerra, o grande aliado da República Democrático-Popular da Coréia foi a República Popular da China. A vitória comunista chinesa induziu como conseqüência natural a investida do norte sobre o sul. Em toda a península a conjuntura entre as massas era favorável. A luta de resistência dos chineses e o impacto de sua política despertou sobre os trabalhadores coreanos uma nova consciência.

A virada do ano de 1949 para 1950 foi marcada por mensagens de estímulo ao combate. Kim Il-sung conclamou a libertação da Coréia do Sul e o novo Estado chinês declarou a libertação de Taiwan, como uma tarefa sagrada. Passados alguns meses, a 23 de junho de 1950, dois dias antes do início da ofensiva norte-coreana contra o imperialismo, os chineses distribuíram um comunicado encorajando os soldados e conclamando que a libertação de Taiwan e seus preparativos dependiam do sucesso da jornada sobre o sul da Coréia.

Na madrugada de 25 de junho de 1950, as tropas do norte ultrapassaram o Paralelo 38 e no começo de agosto já tinham atravessado toda a Coréia, espremendo as forças inimigas em Pusan, extremidade sudeste do país. Por toda a região sul, as tropas do Exército Popular do norte foram recebidas como libertadoras e reunificadoras.

A resposta das Nações Unidas, leia-se EUA, não tardou e a 19 de outubro de 1950 as tropas imperialistas entraram em Pyongyang, rumando ao norte. A 26 de outubro de 1950, o exército estadunidense marchou sobre a fronteira sino-coreana às margens do Rio Yalu, com o objetivo de controlar os reservatórios de Chang Jin (ou Chosin, em japonês), mas foram derrotados pela 13ª Divisão do exército popular chinês. Em novembro, os Voluntários do Povo Chinês iniciaram uma intervenção massiva em defesa dos norte-coreanos. Por três meses as batalhas foram intensas.

O general MacArthur, comandante do exército estadunidense para toda a região do extremo Oriente, diante da entrada chinesa na guerra, ordenou destruir todos os meios de comunicação/transportes, equipamentos, usinas, vilas e cidades. A 8 de novembro de 1950, 79 aviões bombardeiros B-29 (mesmo modelo utilizado para lançar as bombas sobre Hiroshima e Nagasaki) jogaram 550 toneladas de bombas “convencionais” na cidade de Sinuiju, riscando-a do mapa.

Em março de 1951, os chineses concentraram forças na fronteira com a Coréia e alinharam 200 bombardeiros soviéticos na Manchúria. MacArthur, então, solicitou ao comando militar a permissão para praticar o terror nuclear, ao propor lançar de 30 a 50 bombas atômicas. Seu objetivo era criar uma muralha de cobalto asfixiando toda forma de vida na região norte da Coréia. Acreditava que, dessa forma anularia a resistência coreana e abalaria o regime comunista chinês, facilitando a restituição de Chiang Kai-shek ao poder. Nessa época, os EUA possuíam 450 bombas atômicas e a URSS apenas 25. O efeito desse pequeno arsenal foi o suficiente para dissuadir a insanidade imperialista, além do desacordo da URSS em conduzir a guerra para o campo nuclear.

Syngman Rhee, chefe político da Coréia do Sul, considerou eliminada a divisão entre as coréias pelo Paralelo 38 e o sucesso da reação militar das Nações Unidas como expressão da unidade do país sob a ideologia democrático-burguesa.

Essa, contudo, não foi a interpretação dos protagonistas dos acordos de Yalta e Potsdam. Desde antes da retirada das tropas japonesas em 1945, a divisão da Coréia havia sido acertada por meios diplomáticos.

Passado um ano do início do conflito os EUA, a URSS e a República Popular da China se reuniram, a 10 de junho de 1953, na cidade de Kaesong, para determinar os termos de um cessar fogo, que passou a vigorar. A guerra saiu do campo militar e foi transferida para o meio diplomático. Após dois anos de negociações, um armistício foi assinado a 27 de julho de 1953, estabelecendo as bases de uma “coexistência pacífica”, sinteticamente disposta por três medidas: 1) reiteração do Paralelo 38 como marco divisório das duas coréias; 2) a criação de uma zona desmilitarizada e 3) a cessação das hostilidades.

Coréia do Norte: Estado Operário Deformado

A expropriação da burguesia na República Democrático-Popular da Coréia significou uma derrota histórica do imperialismo e das classes proprietárias; para os trabalhadores representou uma vitória de sua luta. Ocorreu, contudo, sob a direção de uma camada burocrática de dirigentes inspirados no dogma do “socialismo em um só país” com forte inspiração nacionalista, mas suficientemente capaz de iniciar a eliminação da propriedade, da opressão e da exploração capitalista. Isso resultou na adoção de uma economia burocraticamente planejada, mas que simbolizou um grande progresso social para os trabalhadores, mulheres e camponeses que obtiveram casa, saúde, e educação. Itens sociais que o capitalismo nega aos trabalhadores.

O processo de expropriação ocorreu pelo poderio militar das tropas soviéticas, sem que os trabalhadores, através de seus fóruns democráticos, pudessem atuar como sujeitos da história. Em 1946, 70% da indústria passou para o controle do Estado, os latifundiários foram varridos e a produção agrícola foi coletivizada.

Se o stalinismo é “o socialismo em um só país”, o regime forjado por Kim Il-sung é o “socialismo em meio país”. A forma política que essa ideologia adquiriu na Coréia do Norte foi denominada de Zuche. Trata-se de uma adaptação da visão stalinista ao novo país. Assim definida pelo próprio Kim Il-sung: “Estabelecer o Zuche significa manter o princípio de resolver todos os problemas da revolução e da construção [do socialismo] de forma independente, de acordo com a realidade do país, e principalmente com esforços próprios.

“A burocracia dinástica e venal inaugurada por Kim Il-sung, adaptada ao mercado mundial, não se contrapõe a uma contra-revolução capitalista. Daí a importância redobrada dos trabalhadores em assumirem as conquistas obtidas com a derrota das classes proprietárias.”

(...) Zuche na ideologia, soberania na política, independência na economia e autodefesa na salvaguarda nacional, esta é a posição que nosso partido sustenta invariavelmente”. (Sobre a construção socialista na República Democrático-Popular da Coréia e a revolução sul-coreana, 14 de abril de 1965)

O Zuche é uma variante do dogma stalinista do “socialismo em um só país”, com os mesmos ingredientes: culto à personalidade e nepotismo. Embute a noção de um regime econômico autárquico, que abandona a perspectiva da revolução socialista internacional e a luta contra a burguesia sul-coreana.

A burocracia dinástica e venal inaugurada por Kim Il-sung, adaptada ao mercado mundial, não se contrapõe a uma contra-revolução capitalista. Daí a importância redobrada dos trabalhadores em assumirem as conquistas obtidas com a derrota das classes proprietárias.

A análise crítica da burocracia não pode se colocar a serviço da contra-revolução nos Estados Operários Deformados. Superar a ideologia do “socialismo em um só país” depende de uma força política capaz de promover a revolução socialista internacional. Por isso, é demagógico afirmar que um país pode realizar o projeto socialista sozinho e isolado. Para ser conseqüente com a análise crítica dessa ideologia, devemos lembrar que somente a partir do fim do domínio burguês nos centros imperialistas (EUA, Europa Ocidental, Japão) o cerco será desmontado, pavimentando o caminho do socialismo. A democracia operária depende de sua extensão em escala internacional.

A abolição do capitalismo não é a consumação do socialismo, mas seu primeiro passo, a premissa histórica para emancipar o proletariado. O fim da propriedade privada, o monopólio do comércio exterior, a coletivização da terra e a planificação da economia engendram uma contradição cuja superação decorre da vitória da revolução em dimensão mundial. O socialismo comprimido em “um só país”, inevitavelmente, regride.

Perspectiva Internacionalista

A questão coreana não é, tão somente, um assunto interno dos trabalhadores das duas coréias, mas diz respeito ao conjunto da classe operária internacional que luta contra o imperialismo e defende uma revolução proletária mundial.

Há, na Coréia do Sul, uma luta contra as tropas dos EUA capitaneada por um setor nacionalista da burguesia. Essa ideologia disseminada entre os trabalhadores pela burocracia sindical é apresentada como progressista e antiimperialista, o que não é mentira, porém, ilude o movimento das massas coreanas. Os nacionalistas se utilizam de uma retórica de combate às ingerências estrangeiras e defendem uma península desarmada e pacificada, refletindo os interesses da burguesia coreana e dos chaebol em direção a uma reunificação capitalista.

Em comparação com a Coréia capitalista, até os anos 60 a Coréia socialista apresentou maior crescimento econômico e possuía maior parque industrial. Para compensar esse

desequilíbrio, o imperialismo começou a injetar grandes fluxos de capital na Coreia do Sul até transformá-la nos anos 80 e 90 em um Tigre Asiático (denominação para as economias da região que obtiveram crescimento acelerado). A base desse salto foram os chaebol, grandes conglomerados que atuam em diversos setores e controlam por completo a economia e a política na Coreia do Sul. Dentre os maiores, destacamos: Daewoo, Hyundai, Kia, LG e Samsung. Muitos deles estão sob controle do capital financeiro internacional ou a ele associado. Foram criados com uma grande aplicação de capital. O objetivo era o de forjar uma muralha anticomunista contra o regime do norte. Os trabalhadores sul-coreanos que já viviam em regime de dura opressão política de um Estado policial e repressor foram submetidos à escravidão dos chaebol.

Em 1997, a eleição de Kim Dae-yung na Coreia do Sul iniciou conversações para abrir canal de investimentos. No ano de 2000, sua política em direção ao diálogo resultou numa reunião de cúpula entre ele e Kim Jong-il em Pyongyang. Em outubro do mesmo ano, Kim Dae-yung foi condecorado com o Prêmio Nobel da Paz por sua iniciativa de reunificação denominada de “Política da Luz do Sol”.

Atualmente, na Coreia do Sul, combinam-se as tarefas de: liquidar o domínio colonial dos EUA promovendo a autonomia e independência do país, unificar a classe trabalhadora coreana, abolir as relações capitalistas de produção e criar e solidificar as bases de uma democracia operária.

Já o destino da República Democrático-Popular da Coreia está vinculado ao da China. A China responde por 70% do mercado norte-coreano, 10% é dividido pela Rússia e Japão e apenas 20% é atendido pela produção local. O regime de Kim Jong-il vê saída no modelo chinês em direção às reformas de mercado, sinalizando com concessões que desmantelam a economia estatal. Sinuiju, na fronteira com a China, é um exemplo disso. Transformou-se em um enclave capitalista, uma zona financeira internacional.

A outra via para a unificação é a socialista, o que nos obriga a lutar. Se alguém afirmar que sem luta se conquista o socialismo está mentindo. Se alguém afirmar que a saída para o impasse coreano é pacífica, está advogando em defesa de uma saída democrático-burguesa, portanto, capitalista, como foi a alemã.

De nenhum dos lados, nem do lado do regime liberal burguês, nem do lado do Estado Operário Deformado, existe uma verdadeira democracia de massas. No entanto, o jogo de neutralidade da intelectualidade reformista e da esquerda pequeno-burguesa favorece claramente a democracia burguesa. Sem o declarar, se aliam à contra-revolução capitalista.

O imperialismo nunca foi e nem aceita ser um regime de paz e de não agressão. Ele é a força política mais poderosa e perigosa de todos os tempos. Pode destruir a humanidade e o planeta com seu arsenal nuclear. Por isso não existe luta mais humanitária e revolucionária que destruir as bases do imperialismo construindo o socialismo. Os EUA fomentam a contra-revolução por meio de suas agências: a secreta (CIA – Central de Inteligência Americana, cujos métodos são distúrbios, sabotagens, provocações, conspiração, espionagem,

torturas e assassinatos) e as públicas (ONG's).

Em nenhuma circunstância a restauração capitalista resultará em uma democracia burguesa clássica ao estilo das existentes na Europa Ocidental e nem em um vigor econômico semelhante ao dos EUA. Sob a alegação de reunificação, está em curso uma anexação do norte pelo sul capitalista, comandada pelos chaebol. O sentido deveria ser o contrário, o de uma reunificação das Coreias sob bases socialistas que expropriem a Daewoo, Hyundai, Kia, LG e Samsung, sem indenização e sobre o controle operário da produção.

A unificação da península coreana pela via pacífica significa a anexação do norte, Estado Operário Deformado, pelo sul capitalista, da mesma forma que a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental) foi anexada pela República Federal da Alemanha, inclusive com todas as conseqüências que o capitalismo implica para o proletariado. O capitalismo e seu regime político significam uma ditadura disfarçada de democracia. Lenin, no capítulo “Democracia Burguesa e Democracia Proletária” do livro *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, em inúmeras passagens explicou o caráter da democracia burguesa: “*Tomai as leis fundamentais dos Estados contemporâneos, tomai a sua administração, tomai a liberdade de reunião ou de imprensa, tomai ‘igualdade dos cidadãos perante a lei’, e vereis a cada passo a hipocrisia da democracia burguesa, bem conhecida de qualquer operário honesto e consciente. Não há Estado, nem mesmo o mais democrático, onde não haja escapatórias ou reservas nas constituições que assegurem à burguesia a possibilidade de lançar as tropas contra os operários, declarar o estado de guerra, etc., ‘em caso de violação da ordem’, de fato em caso de ‘violação’ pela classe explorada da sua situação de escrava e tentativas de não se comportar como escrava*”.

Kim Jong-il, derrubado pelo trabalhadores, eis um passo ao socialismo. Kim Jong-il, derrubado pelo imperialismo. Eis um passo da contra-revolução burguesa triunfante.

A luta na Coreia depende de um partido que promova uma revolução socialista no sul e uma revolução política no norte. De modo análogo, um partido que promova a revolução socialista no Japão e uma revolução política na China. Esse partido só poderá ser uma nova Internacional Operária e Comunista reconstruída, que assuma a defesa histórica da Revolução de Outubro na Rússia e dos Estados Operários Deformados diante da contra-revolução capitalista.

Referências bibliográficas

- Chum-kon, Kim. *The Korean War. The First Comprehensive of the historical background and development of the Korean War (1950-53)*. Seoul: Kwangmyong Publishing Company, 1973.
- Il-sung, Kim. *Obras Escogidas*. Pyongyang: Ediciones em Lenguas Extranjeras, 1971, Vol. 4.
- McComarck, Gavan. “North Korea in the vice” in *New Left Review*, 18, nov - dec 2002, pp. 5-27.
- Se-jin, Kim. *Korean Unification*. Source materials with an introduction. Seoul: Research Center for Peace and Unification, 1976.
- Shu-tse, P’eng. *The Chinese Communist Party in Power*. New York: Pathfinder Press, 1998.

Apresentação

Toda época possui uma narrativa justificadora que explica o curso dos acontecimentos e lhes confere um sentido. A narrativa justificadora oferece uma estrutura geral na qual se enquadram os movimentos da política, da economia, da cultura, em escala global e nacional; e mesmo a estrutura da atividade de cada indivíduo, seu “projeto de vida”, se organiza em função das perspectivas que a sociedade lhe oferece num dado momento. Essa narrativa organizadora parte sempre de uma leitura prévia da História, que conecta o presente ao passado, o que por sua vez é feito sempre de forma seletiva. A leitura do passado é determinada pelos interesses materiais situados no presente de quem elabora a narrativa.

A narrativa justificadora hoje predominante nos diz que vivemos a era da “globalização”, na qual a queda da URSS em 1991 demonstrou cabalmente a “inviabilidade do socialismo” e que portanto não cabe pensar em abolir o sistema capitalista. É possível apenas tentar corrigir seus defeitos (isso quando se admite que o sistema tem defeitos). “Humanizar o capitalismo” é o magro consolo oferecido às almas piedosas que se sensibilizam com o sofrimento da imensa maioria da humanidade, mas carecem da energia necessária para lutar realmente de modo eficaz contra a causa desse sofrimento, ou seja, contra o próprio sistema capitalista.

Essa narrativa é duplamente falsa. Em primeiro lugar, pela evidência gritante de que, após 250 anos da Revolução Industrial, quem fracassou foi o capitalismo. O padrão de vida desfrutado pela ínfima minoria dos que são beneficiados pelo sistema (os “vencedores”, no jargão da ideologia burguesa) é impossível de ser generalizado para o conjunto da humanidade. Não pode sequer ser mantido por mais tempo em favor dos 5% a 10% que dele se beneficiam sem que, por exemplo, se aprofunde o já catastrófico grau de devastação ambiental do planeta. Um sistema com tais características não pode ser aceito como modelo viável senão por meio da mais grosseira mistificação. Não é outra a finalidade da todopoderosa indústria da comunicação de massa e dos numerosos exércitos de jornalistas, publicitários, roteiristas, intelectuais e acadêmicos regiadamente pagos para reciclar ad nauseam a mentira escandalosa da “inevitabilidade” e do “sucesso” do capitalismo e sua “globalização”.

Em segundo lugar, a narrativa pressupõe que o sistema existente na URSS (e China, Cuba, etc.) é o exemplo acabado do socialismo que se deve ter como alternativa no cotejo contra a ordem do capital. Esse pressuposto é também falso, por uma série de razões, dentre as quais podemos citar:

- ◆ o socialismo não é um modelo pronto e acabado a ser aplicado como receita de bolo para “ver se dá certo”, é um processo a ser construído historicamente na vida concreta e que se redefine conforme as circunstâncias históricas;

- ◆ o socialismo não pode ser construído em um só país, especialmente em países pobres, como os que vieram a formar a URSS, porque pressupõe a socialização do trabalho em seu mais alto grau de desenvolvimento (ciência, tecnologia, alto

nível educacional e cultural, etc.);

- ◆ o socialismo requer o controle da produção pelos próprios produtores associados, ou seja, uma forma de organização em que os trabalhadores detém simultaneamente o controle da economia e da direção política, para decidir sobre os fins da produção; na realidade, isso dissolve a separação entre economia e política e dissolve também a própria forma Estado.

Poderiam ser elencadas várias outras razões, conforme o ângulo do qual se observa a questão. O aspecto que interessa à presente discussão é o fato de que, para afirmar que o socialismo “não funcionou”, o que seria atestado pela queda da URSS, a ideologia burguesa precisa apresentar o sistema lá vigente como produto direto e inevitável da luta pelo socialismo. E isso não pode ser feito sem violentar a História da forma mais criminoso. Por outro lado, retomar a luta pelo socialismo impõe, àqueles que abraçam tal causa, a tarefa de explicar como o surgimento da URSS e seu “paradigma” de socialismo está relacionado ao processo da transformação socialista. A URSS nasceu da Revolução Russa, mas terá sido o seu surgimento a concretização do projeto pelo qual os revolucionários lutaram?

Para responder a essa pergunta, é preciso reexaminar a História. A ocasião para retomar essa tarefa de esclarecimento se apresenta no momento em que a Revolução Russa completa 90 anos. Voltar a Outubro de 1917 é um dos passos para construir uma nova narrativa, que sirva para organizar os fatos da realidade, hoje dispersos de forma confusa e fragmentária pelos propagadores da ideologia burguesa, neoliberal e pós-moderna, na busca por uma visão coerente da totalidade. Só assim se poderão juntar os cacos da perspectiva emancipadora.

Os artigos que se seguem pretendem ser parte deste esforço para desembaralhar os fios da História, desvendando a trama pela qual os acontecimentos de hoje se ligam aos do passado. O objetivo desse exercício de Ciência da História não é o esclarecimento teórico em si e menos ainda o acadêmico; é construir um instrumento para o combate militante contra a nefasta hegemonia da ideologia burguesa reinante. Justamente por isso, seu método será o da dialética marxista. Há diferentes visões da Revolução Russa e dos problemas do socialismo aqui representadas. Não há outro meio de contribuir na formação de uma consciência revolucionária militante que não o convívio com o debate vivo e radical, tal como o que era praticado, por exemplo, entre os próprios bolcheviques.

A presente edição da **PRIMAVERA VERMELHA** tenciona contribuir para este debate, trazendo artigos que retomam a narrativa do processo revolucionário russo, sua problematização, e os ecos que apresenta na atualidade. Essa contribuição é também um convite para que os militantes e estudiosos participem do debate e se somem com suas críticas e elaborações ao necessário rearmamento teórico da esquerda.